



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JULIO CESAR MARÇO

**A ATUAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL
CANAVIEIRO EM REDE: O EXEMPLO DE NOVA LUZITÂNIA-
SP**

Londrina
2010

JULIO CESAR MARÇO

**A ATUAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL
CANAVIEIRO EM REDE: O EXEMPLO DE NOVA LUZITÂNIA-
SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ideni Terezinha Antonello

Londrina
2010

JULIO CESAR MARÇO

**A ATUAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO EM
REDE: O EXEMPLO DE NOVA LUZITÂNIA-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ideni Terezinha Antonello

Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto
Presidente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira
Ferreira
Componente da Banca
Universidade Estadual de São Paulo

Londrina, ____ de _____ de 2010.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais que possibilitaram meus caminhos até aqui.

AGRADECIMENTOS

República Sem Noção pelos ótimos momentos e valorosas amizades: Paulo Henrique, Luis Fernando, Fausto, Bruno, Cléber, Wolney, Giovani, Rodrigo e outros mais, incluindo a Andréia.

Minha namorada Vanessa pela companhia, estímulo, compreensão, carinho e amor.

“José de Mana”, meu avó, por ser uma fonte inesgotável de inspiração.

Ideni Antonello pelas ótimas dicas e inestimáveis ajudas e orientação.

Williams Ribeiro pela introdução nos caminhos científicos.

Tânia Fresca pela ideia inicial do presente trabalho.

Paulo Henrique Março pelo constante apoio e suporte.

Paulo José dos Reis pelos incontáveis favores e ajudas.

Clodoaldo Pereira Castilho pela obtenção de dados fundamentais.

José Ricardo Março pelos vários favores e socorros prestados.

Casa da Agricultura de Nova Luzitânia pela transmissão de dados.

Tia Margarida pelo constante apoio e otimismo.

Todos os professores do departamento de Geografia da UEL pelas ajudas, dicas, favores e ensinamentos.

Aos grandes companheiros da turma de mestrado em geografia de 2008.

MARÇO, Julio Cesar. **Atuação do complexo agroindustrial em rede: o exemplo de Nova Luzitânia – SP.** 2010.115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RESUMO

O presente estudo teve como tema central a análise da evolução dos processos de produção e trabalho ocorridos nas Mesorregiões de São José do Rio Preto e Araçatuba, principalmente, nas Microrregiões de Aurifloma e Araçatuba especificando o município de Nova Luzitânia. Nestas, se desenvolveu o complexo agroindustrial da cana de açúcar atuante através das redes geográficas. Neste trabalho, com intuito de um melhor entendimento das relações sociais existentes, foi realizado um levantamento sobre a história local no âmbito da área de estudo desde o início do século XIX. A região é caracterizada pela presença de imigrantes de outros estados brasileiros e países que vieram para o Noroeste do Estado de São Paulo inicialmente para trabalhar nas lavouras de café. Com a queda da produção de café e tomada da cultura do algodão, influenciada pela construção de ferrovias, principalmente na cidade de Araçatuba, tais imigrantes se dirigiram para os pequenos povoados e colônias das atuais microrregiões de Araçatuba e Aurifloma, intensificando a produção algodoeira em conjunto com uma pequena criação de gado. Em seguida, a queda da produtividade do algodão devido a praga conhecida como “bicudo” e a forte concorrência internacional, os proprietários, habitantes das microrregiões anteriormente citadas, optam por investir na criação extensiva de gado de corte e gado leiteiro, dando a cidade de Araçatuba o título de “capital do boi gordo”. De 1975 a 1979 as mesorregiões de Araçatuba e São José do Rio Preto são incluídas como área de interesse de atuação do Programa Nacional do Alcool (PRÓALCOOL), tendo suas primeiras unidades de produção de etanol instaladas. O mesmo programa foi criado com intuito de gerar maior dinamicidade no campo dessas mesorregiões e através da produção do etanol tornar o país menos dependente do petróleo internacional. Na década de 1980, o Programa de Expansão da Canavicultura para Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA) continuou a gerar financiamentos e redução de taxas para os investidores do setor sucroalcooleiro, aumentando os interesses de investidores. O aumento da demanda internacional por açúcar gerou estabilidade no setor e impulsionou o aumento do processamento da cana de açúcar no final da década de 1980 e início da década de 1990, no final da mesma década, com a criação dos carros bicombustíveis ocorreu um alavancamento no crescimento da produção de etanol a níveis gigantescos. O complexo agroindustrial da cana de açúcar é, atualmente, dotado de grande complexidade comercial, atuando em diferentes territórios e apresentando diferentes extensões e abrangências dentro dos períodos de safra e entresafra. Logo, o presente trabalho enfatiza que a melhor forma de estudá-lo e compreendê-lo é mediante a suas redes de atuação.

Palavras-chave: Complexo agroindustrial. Território. Rede. Relações de trabalho. Cana de açúcar.

MARÇO, Julio Cesar. **Performance of the agro-industrial complex in net: the example of Nova Luzitânia – SP.** 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

ABSTRACT

The aim of this research was to analyse the evolution of the production processes and work at the mesoregions of São José do Rio Preto and Araçatuba, mainly at the microregions of Auriflora and Araçatuba specifying the city of Nova Luzitânia. In these was developed the Agro-industrial Complex operating through the geographics nets. In order to better understand the development of these regions, an investigation of the history of the social relationship in the area, starting from the 19th century until the nowadays was made. The region is characterized by the presence of immigrants from other states and countries, who came to the North-East of the São Paulo state initially to work with coffee cultivars. With the decrease in the coffee production and expansion of cotton farming, influenced by railroad construction and mainly in the city of Araçatuba, these immigrants moved to the small villages and hamlets creating the new microregions of Araçatuba and Auriflora, intensifying the cotton production together with cattle. With the diminution of cotton productivity due to a plague known as “bicudo” and strong international competition, the owners and inhabitants of these microregions chose to invest in intensive beef and dairy cattle farming, giving to Araçatuba city the title of “The Fat-Bull Capital”. From 1975 to 1979, the mesoregions of Araçatuba and São José do Rio Preto were included as interest areas to the National Alcohol Program (PROALCOOL), having its first production units installed. The program was created in order to provide more dynamism to these mesoregions and through ethanol production, progress the country to be less dependent on international petroleum supplies. In the 1980s, the Program of Sugarcane Expansion for Fuel Production of the State of São Paulo (PROCANA) worked to generate funding and reduce fees to investors in this sector, resulting in an increase of investment interest. The increasing international demands for sugar provided stability to the sector and boosted sugarcane processing between the end of the 1980s and the beginning of the 1990s when, due to the advent of biofuel engines, ethanol production was increased to huge levels. The agro-industrial sugarcane business now has a large commercial complexity, being present in a number of territories with a range of extensions and coverage during the harvest and pre-harvest periods. Nevertheless, this research emphasizes that the best way to study and understand the agro-industrial complex is over its acting network.

Keywords: Agro-industrial Complex. Territory. Network. Work relationship. Sugarcane.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Visualização da localização da Microrregião de Auriflama.....	44
Figura 2	–	Estação Ferroviária Araçatuba (1912).....	56
Figura 3	–	Estradas de Ferro do Estado de São Paulo (1950 ?).....	58
Figura 4	–	A praça do Boi Gordo – Araçatuba (1970?)	63
Figura 5	–	Cana deitada.....	87
Figura 6	–	Áreas de queima de palha da cana de açúcar	88
Figura 7	–	Fiscal medindo cana cortada	89
Figura 8	–	Eficiência do corte manual	90
Figura 9	–	Área reservada para corte mecanizado	91
Figura 10	–	Corte mecanizado	92
Figura 11	–	Fluxo de cortadores de cana para a Aralco.....	99
Figura 12	–	Rede de exportação de açúcar da empresa Aralco a partir da atuação de empresas <i>trading</i>	103
Figura 13	–	Empresas que mantêm contato constante com a Aralco como fornecedoras de materiais e mão de obra.....	105
Figura 14	–	Área ocupada com plantio de cana safra 2008-2009.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Estabelecimentos por estrato de área em Nova Luzitânia, 1970	46
Tabela 2	– Estabelecimentos por área em Nova Luzitânia, 1975	47
Tabela 3	– Estabelecimentos por área em Nova Luzitânia, 1980	48
Tabela 4	– Estabelecimentos por área em Nova Luzitânia, 1995-1996	50
Tabela 5	– Estabelecimentos por área em Nova Luzitânia, 2008	51
Tabela 6	– Produção de cana em Nova Luzitânia de 2004 a 2008.....	53
Tabela 7	– Cana de açúcar processada pelas usinas brasileiras	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de estabelecimentos sobre seu total e porcentagem de estabelecimentos por quantidade de hectares, respectivamente, 1970	46
Gráfico 2 – Porcentagem de estabelecimentos sobre seu total e porcentagem de estabelecimentos por quantidade de hectares, respectivamente, 1975	48
Gráfico 3 – Porcentagem de estabelecimentos sobre seu total e porcentagem de estabelecimentos por quantidade de hectares, respectivamente, 1980	49
Gráfico 4 – Porcentagem de estabelecimentos sobre seu total e porcentagem de estabelecimentos por quantidade de hectares, respectivamente, 1995/1996	52
Gráfico 5 – Número de trabalhadores ocupados nos estabelecimentos agropecuários no Brasil, 1920-2006	55
Gráfico 6 – Evolução da utilização das terras no Setor Norte-Occidental do estado de São Paulo entre 1940 e 1960.....	61
Gráfico 7 – Evolução da área plantada com as principais lavouras temporárias da Mesorregião de São José do Rio Preto, 1970-2002 (em ha).....	67
Gráfico 8 – Processamento de cana de açúcar no Brasil (1990-2009).	71
Gráfico 9 – Quantidade de cana entregue pelos fornecedores de cana e participação no total processado no Estado de São Paulo – 1984/1985 a 2004/2005	76
Gráfico 10 – Preços recebidos pelo produtor de São Paulo	77
Gráfico 11 – Venda de veículos no Brasil (1979-2007)	78
Gráfico 12 – Produção de etanol em São Paulo (1990-2009)	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAI	Complexo Agroindustrial
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GPS	Global Position System ou Sistema de Posicionamento Global
LUPA	Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PRÓALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROCANA	Programa de Expansão da Canavieira para Produção de Combustível do Estado de São Paulo
UPA	Unidade de produção agropecuária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	15
1 DO TERRITÓRIO DEMARCADO AO TERRITÓRIO EM MOVIMENTO	16
1.1 TERRITÓRIO E ESPAÇO	16
1.2 A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO: (DES)CONEXÃO, FLUXOS E PODER	19
1.3 AS REDES GEOGRÁFICAS E O TERRITÓRIO	21
1.4 DO AGRIBUSINESS AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL	27
CAPÍTULO II	35
2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA LUZITÂNIA	36
2.1 A GÊNESE DO MUNICÍPIO	37
2.2 A DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS NO MUNICÍPIO DE NOVA LUZITÂNIA	44
2.3 A ESTRADA DE FERRO E O ALGODÃO	54
2.4 O CRESCIMENTO DA PECUÁRIA BOVINA	59
CAPÍTULO III	65
3 A ATUAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL EM REDE	66
3.1 AS CONDIÇÕES DE EXPANSÃO E SEDIMENTAÇÃO DO COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	66
3.2 O COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO NO MUNICÍPIO DE NOVA LUZITÂNIA	80
3.3 A ATUAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS EM REDE – A GLOBALIZAÇÃO	95
3.4 ATUAÇÃO TERRITORIAL EM REDE DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL: ARALCO	98
CONCLUSÕES	110
REFERENCIAS	112

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como tema central a análise da evolução dos processos de produção e trabalho ocorridos no município de Nova Luzitânia, a partir de uma análise que envolveu as Mesorregiões de São José do Rio Preto e Araçatuba, principalmente, a Microrregião de Auriflama. Demonstramos o desenvolvimento do complexo agroindustrial da cana de açúcar atuante, mediante à concretização das redes geográficas. O presente trabalho tem como pressuposto que a melhor forma de compreender os complexos agroindustriais, é o estudo das redes geográficas utilizadas pelos mesmos.

Para compreender a atual presença e força do setor sucroalcooleiro é obrigatório buscar as condições que desencadearam seu desenvolvimento, portanto, o levantamento histórico demonstrou que a exploração inicial das terras do Noroeste de São Paulo foi realizada no início do século XIX em consequência de fatores como a decadência do ciclo de mineração de Minas Gerais, fracasso da tentativa de revolução de 1842 e início da guerra entre Brasil e Paraguai. A chegada dos mineiros no interior de São Paulo causou especulação territorial. Tal fato fomentou a migração interna para outras áreas do Estado como a região Noroeste. Nesse contexto, ocorre o aumento populacional nesta região e o desenvolvimento de vínculos comerciais entre a atual Microrregião de São José do Rio Preto e as cidades como Araraquara e São Carlos, o que promoveu a criação de suínos e bovinos além, de plantações destinadas à subsistência.

No início do século XX o café se transforma na principal cultura da Microrregião anteriormente citada, gerando demanda por mão de obra para as grandes lavouras cafeeiras. A contratação de imigrantes de diversos estados brasileiros – principalmente nordestinos – e de outros países foi a alternativa encontrada para que as lavouras pudessem crescer. O processo de contratação de imigrantes trouxe a base populacional das pequenas cidades da Mesorregião de São José do Rio Preto vindo a influenciar até mesmo a Mesorregião de Araçatuba. Com a queda da produção do café, os trabalhadores vindos de outros estados brasileiros e países foram atraídos pelos baixos preços das terras e a possibilidade de obter uma propriedade nas microrregiões próximas a divisa do Estado de São Paulo com Minas Gerais e Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), entre elas a de

Auriflama, onde se encontra o município de Nova Luzitânia. Nesta Microrregião desenvolveram o plantio de algodão em conjunto com agricultura voltada para a subsistência e pequena criação de gado leiteiro e de corte. A partir de 1975, a cotonicultura inicia um processo de crise desencadeado pela disseminação da praga que ficou conhecida como “bicudo”, a concorrência com a produção da Região Centro Oeste e a reestruturação do setor têxtil nacional em virtude da abertura econômica do país a partir de 1989.

Os proprietários rurais das Microrregiões de Araçatuba e Auriflama encontram na criação de gado o substituto para o algodão, pois, as demandas por carne encontram-se em grande expansão devido ao crescimento populacional de grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro; há facilidade na manutenção do rebanho, que requer pouca mão-de-obra e investimentos, além de ser facilmente convertido em dinheiro, caso haja necessidade urgente.

No final da década de 1980 a concorrência com os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul diminui os lucros dos criadores de gado, abrindo espaço para expansão da produção canavieira, influenciada pelo Programa Nacional do Álcool (PRÓALCOOL) e Programa de Expansão da Canavicultura para Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA).

Em paralelo ao desenvolvimento histórico da Microrregião de Auriflama, há a transformação da estrutura produtiva e as relações sociais de trabalho, partindo dos acordos firmados sem documentação alguma nas lavouras de café e no sistema de colonato do início do século XIX a tercerização e exigência de especialização dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro atual. Para melhor apreendermos tal processo, uma série de entrevista foi realizada com os moradores mais antigos, proprietários rurais e trabalhadores das usinas canavieiras, buscando retratar o histórico da evolução das relações de trabalho e produção ocorridos na Microrregião de Auriflama.

Para compreensão da proposta de análise do Complexo Agroindustrial da cana e sua atuação em rede, fez-se necessário a elaboração de levantamento bibliográfico, buscando esclarecer o entendimento sobre conceitos como território, complexo agroindustrial e rede. O mesmo encontra-se no capítulo inicial deste trabalho. No segundo capítulo encontra-se a parte do trabalho voltada ao processo histórico de transformação sócio econômico da Microrregião de Auriflama e município de Nova Luzitânia. No terceiro capítulo há o debate sobre a

atuação do complexo agroindustrial em rede e sua influência sobre o município de Nova Luzitânia.

CAPÍTULO I

1 DO TERRITÓRIO DEMARCADO AO TERRITÓRIO EM MOVIMENTO

1.1 TERRITÓRIO E ESPAÇO

Como uma das categorias geográficas, o território é visto como um conceito-chave na Geografia, isto, devido a sua complexidade e abrangência. A presente discussão tem por objetivo analisar o conceito de território, bem como demonstrar os diversos fatores que o carregam de complexidade, tornando o um conceito fundamental para a Geografia. Pretende-se diferenciar esse conceito de seu uso limitado e simplificado, tal como noção de espaço físico, salientando sua capacidade relacional presente no sistema territorial.

A grande importância e complexidade da categoria de análise geográfica, o território se apresenta no fato da mesma ser substantivada pelos mais diversos processos, interesses, orientações, forças, desejos, fluxos e, por sua incessante busca pela perfeição. Essa perfeição para o capitalismo é representada pela contínua busca da redução dos tempos de produção, redução dos custos, aumento da produção, entre outros – cria e transforma locais e territórios, engendrando novos processos, sempre, mais dinâmicos e fluidos que os anteriores.

Por aglomerar em si tantos atores, fatores, fluxos, enfim, os mais variados agentes territoriais e seus interesses paradoxais, antagônicos, homogêneos e heterogêneos, o território é construído e reconstruído numa constante mutação ocasionada pelo e para o movimento que é historicamente inerente a ele.

Ao fazer um apanhado sobre as várias formas de concepção do território, Sposito (2004, p.16-17), discute sua definição presente no *Dictionary of Human Geography* – mencionando que tal definição busca incorporar todas as suas características –, sendo que a mesma é usada para descrever uma porção do espaço que é ocupada por pessoas, grupo ou Estado, salientando que, quando associado ao Estado, o termo adquire duas outras conotações; a primeira é a noção de um espaço definido por fronteiras demarcadas, no qual o Estado exerce sua soberania territorial, reivindicando controle legítimo. Segundo Heidrich (2000, p. 26 apud HEIDRICH, 2004, p. 40), para que haja a presença de:

[...] características da condição territorial (apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação) parece necessária a ocorrência de: “(a) uma relação de apropriação (mais de domínio) das condições naturais e físicas por uma determinada coletividade, b) uma organização das relações, de modo a particularizar a coletividade como uma *comunidade*, por isso mesmo diferenciada de outras e, pela mesma razão, c) a delimitação ao acesso, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída.

Subentende-se que o território apenas ocorrerá a partir da criação de uma comunidade regida através de um centro de comando que regule as diversas relações e acessos, ou seja, o Estado, criando-se relações entre os membros que a constitui. A segunda conotação discutida por Sposito (2004, p.16-17), refere-se ao território como área não inteiramente incorporada na vida política de um Estado, apropriado pelos diferentes grupos presentes nele.

Somam-se a tal concepção, os autores que veem o território como “chão”, ou seja, algo delimitado, palpável, como uma propriedade ou limite político-administrativo. Em Haesbaert (2004, p. 93-94), ao tratar das abordagens materialistas, o autor faz uma discussão etimológica da palavra território. Logo, esclarece que ela se origina do latim “territorium”, que por sua vez é derivada direta do vocábulo latino “terra”, utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do chamado “jus terrendi”, do qual se entendia como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. Ou seja, as perspectivas materialistas buscam entender o território aproximando o da concepção romana.

A abordagem materialista apresenta essa visão, devido ao fato de partir do pressuposto que o território é efetivado a partir da apropriação social do espaço; compreensão correta, porém, ao simplificar o território como algo palpável ou uma propriedade, muito ou tudo se perde no sentido de entendê-lo em suas dimensões econômicas, políticas e culturais. Tal debate é encontrado em obras de autores como Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Heidrich (2004), Candioto (2004), Haesbaert (2004), Eduardo (2006) e Saquet (2007). Dentro dessa mesma discussão, Saquet (2007, p. 43) aborda vários pesquisadores que contribuíram para a superação dessa visão; segundo o autor, faz com que o território seja “[...] entendido como suporte da sociedade ou configurado biologicamente por animais que ‘controlam’ certas áreas.” (grifo do autor).

Discutindo o mesmo assunto, Candioto (2004, p. 80) cita Souza (1995) com intuito de demonstrar que a concepção de território entendida apenas como Estado nacional, não engloba todas as relações inerentes ao conceito, uma vez que o território se (trans/re)forma nas mais diversas escalas temporais e espaciais, atingindo de modo diferenciado diversas áreas do mundo.

Sposito (2004, p. 17) ainda cita a concepção naturalista de território; tal linha de pensamento o entende como elemento da natureza, fazendo parte de um habitat pelo qual um povo luta, se defende ou conquista. Logo, algumas espécies animais pertenceriam a determinados territórios, tornando-se características dos mesmos. Sobre tal abordagem, Candioto (2004, p. 78) cita Ratzel, demonstrando que esse autor, entende o território assim, como a noção de habitat utilizada na Biologia, desenvolvido para delimitação de áreas onde ocorre o predomínio de determinada espécie ou grupo de animais, tornando o território sinônimo de solo ou ambiente. Observa-se que Ratzel não apresenta uma definição clara e precisa do termo território.

Outra concepção é a de que o território estaria vinculado ao indivíduo, sendo que ele se realizaria na territorialização do mesmo, na sua forma de territorialidade, nas suas relações, conhecimentos e contatos com o espaço, fazendo do território, o espaço em que esse indivíduo vive e circula seus limites de deslocamento. Logo, a variação deste território estaria ligada ao indivíduo, sua capacidade de deslocamento e relacionamento; seria uma concepção territorial voltada ao indivíduo e sua cultura. Sposito (2004) ainda cita uma terceira abordagem do território, na qual, o termo se confunde com o espaço, uma vez que sua compreensão vai além do suporte às relações de produção, incorporando-as verticalmente.

O espaço é onde se encontra o território, logo, o espaço é anterior ao território, assim como nos afirma Raffestin (1993, p. 143) “O território se forma a partir do espaço. É resultado de uma ação conduzida por ator sintagmático [...]” e ainda “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço.”, ou seja, o espaço é a base para o território, pois o território será erigido a partir do espaço mediante as ações realizadas por vários atores. Do ponto de vista processual e relacional, essa seria uma definição simplista do que é o território.

Saquet (2007) e Haesbaert (2004) fazem uma ampla discussão acerca da importância de se considerar as dimensões políticas, econômicas e culturais na análise do território, chamadas pelo segundo autor de “EPC”. O primeiro autor salienta a importância de não ignorarmos as características naturais presentes no território, isto é, Saquet considera as dimensões “E – P - C – N” (econômica, política, cultural e natural) ao trabalhar com o conceito de território.

1.2 A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO: (DES)CONEXÃO, FLUXOS E PODER

Como já foi dito, o território se forma a partir de ações conduzidas por atores sociais que segundo Raffestin vão: “Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território.” (1993, p. 152), ou seja, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais perpassadas pelo poder, são responsáveis pela gênese do território. O autor ainda afirma que, “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’” (RAFFESTIN 1993, p. 152). Observa-se que o território é marcado e formado pelas relações nele existentes, sendo que muitas delas se definem por serem relações de poder. Nesse processo de produção do território existe o uso do território por parte do capital, sujeitando o a diversas e contínuas mudanças (CALABI; INDOVINA, 1973).

Nessas relações de poder e “criação” de territórios, Raffestin (1993) salienta a presença do que denominará de tessituras. Nós e redes que irão traduzir de modo direto as relações econômicas, culturais, políticas e de poder que irão produzir os diversos territórios: “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). O autor ainda destacará que os nós, redes e tessituras irão interagir com intuito de assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado ou possuído, assim sendo, serão diretamente usados a serviço do poder.

Ao se partir para a discussão sobre fluxos e conexões no território, faz-se necessário um esclarecimento do que se entende por poder e, nada melhor

para defini-lo que usar as ideias de Raffestin, embasadas nas de Foucault; assim, o autor afirma que, “Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 53-54). É possível perceber nessa afirmação que o autor visa trazer à tona a ideia de que tanto os nós, fluxos, redes, relações, conexões e até mesmo as desconexões, são relacionadas e direcionadas para e pelo poder. Nesse sentido Saquet defende que:

[...] o poder significa [...], relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de força que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho etc. O desvendamento das relações de poder e da ideologia se faz fundamental porque, nesta, age-se na orientação e constituição do *eu*, do indivíduo, interagindo-o à dinâmica socioespacial através das mais distintas atividades da vida em sociedade. A ideologia molda comportamentos e atitudes, condiciona normas e regras e vice-versa (SAQUET, 2007, p.32-33).

Observa-se que o poder age com muita influência no cotidiano, nas relações e fluxos, uma vez que é mediante a ele que as informações serão direcionadas constituindo locais ricos ou carentes dela. Santos (2001) realiza uma ampla discussão sobre a importância dos fluxos, dando ênfase a informação. Saquet (2007, p. 33) salienta que o poder é inerente às relações sociais e está “[...] presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas..., enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas...”. Segundo Raffestin (1993, p. 58) “O território [...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações [...]”, trata-se, portanto, de um conceito norteador das relações; como as relações são o que caracterizam os fluxos e redes, logo, o poder é quem às orienta.

Segundo a intencionalidade e conveniência do poder, territórios podem ser espaços de fluidez ou viscosidade, rapidez ou lentidão, luminosos ou opacos e de mando ou obediência (SANTOS, 2001). Essas características são assumidas devido ao grau de conexão do território com o global e também, ao grau de complexidade alcançado pela rede que nele se localiza. Portanto, um território pode ser amplamente conectado, possuir diversas facilidades de fluxo informacional, vias de circulação em bom estado, aparatos tecnológicos que viabilizem operações complexas, desde que haja o interesse dos “atores sintagmáticos”, caso contrário

eles serão vistos como inviáveis, ou seja, não possuirão tal estrutura facilitadora aos diversos fluxos, principalmente aos informacionais, caracterizando locais e territórios com diferentes velocidades de reação a chegada dos fluxos.

1.3 AS REDES GEOGRÁFICAS E O TERRITÓRIO

Há muito tempo as redes estão presentes no território e no cotidiano; são marcantes no período Romano, porém, “[...] são um componente do território, desde as formações tribais, imperiais, passando pelas feudais até as capitalísticas (SAQUET, 2007, p. 160). Desde seu início elas carregam em si a importância da disseminação de informações, ordens e para atender necessidades das sociedades localizadas em diferentes locais. Castells (1999) realiza uma ampla discussão da presença das redes no cotidiano, bem como, suas origens e o aumento de sua importância. O mesmo autor afirma que, nunca houve ou se deu tamanha importância às redes. É a partir da evolução das técnicas informacionais, de circulação de mercadorias e pessoas que as redes irão adquirir maior importância.

Nesse sentido, Dias (2007, p. 143), afirma que a rede se torna um conceito-chave para a Geografia. A autora menciona Pinto, (1979) que diz “o conteúdo de um conceito é a sua história”. Dias segue essa linha de pensamento ao referir-se à rede, uma vez que, segundo a autora, a compreensão completa do conceito de rede deve ser feita através do desenrolar de sua história.

Entretanto sobressai a questão: por que a rede ganha tanta importância a partir da consolidação das inovações tecnológicas voltadas à informação e circulação de mercadorias e pessoas? Segundo Dias (2007, p. 143), o motivo está presente na sua “[...] capacidade virtual de criar condições sociais inéditas, de modificar a ordem econômica mundial e de transformar os territórios”. Nesse contexto, como resposta que melhor se encaixa às necessidades suscitadas à rede, irá eleger a informação como sua norteadora, superando o papel central representado, até então, pela energia, nas palavras de Santos (1994, p. 8):

Em todos os casos, a informação tem um papel parecido àquele que no passado remoto era destinado à energia. Antigamente, sobretudo

antes da existência humana, o que reunia as diferentes porções de um território era a energia, oriunda dos próprios processos naturais. Ao longo da história é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território.

O processo de superação da energia pela informação acarreta diversas mudanças na sociedade. Em sua forma de agir e pensar cria-se a necessidade de conectar os diversos territórios e lugares dos países, de que se faça a integração territorial, integração de mercados regionais, de matérias-primas, mas, principalmente, de capitais e informações. Para que isso ocorra, há a obrigatoriedade de que se faça um esforço para superação de obstáculos, principalmente os físicos (DIAS, 2007; CASTELLS, 1999).

As redes ganham força e se tornam populares com a revolução tecnológica (CASTELLS, 1999). A popularização do termo rede é sentida não apenas no cotidiano e no uso dele pelos atores sociais, mas também nas ciências. As mais diversas áreas científicas irão se apropriar deste termo fazendo o uso que melhor lhe couber, indicando uma série de significados diferentes dos adotados pela ciência geográfica (DIAS, 2007, p. 146).

O desenvolvimento das redes torna-se tão intenso, cujo qual, faz com que todas as inovações tecnológicas, tanto de circulação, quanto informacionais, entre outras, sejam usadas direta ou indiretamente em prol à maior dinamização e fluidez das redes. Tais esforços podem ser traduzidos por fluxos de conexão ou, para aqueles que se encontram fora de seus interesses, desconexão, que obrigaram a rede a adquirir características marcantes, as quais atuam de modo direto em nosso cotidiano; são elas: a instantaneidade e a simultaneidade (DIAS, 2007).

A presença da instantaneidade e da simultaneidade ou, a “corrida” para alcançá-las, causa e continuará causando grandes transformações ao redor do globo. Há uma crescente integração global de capitais, matérias-primas, integração financeira, produtiva, de mercados e a integração das informações. Tais processos se realizam através de redes que atuam instantaneamente e simultaneamente, aumentando a complexidade dos fluxos, sejam eles materiais ou imateriais. Em sua contramão há processos igualmente fortes de desintegração, de exclusão, de diferenciação de vastas superfícies do globo. Dias salienta que:

Os fluxos, de todo tipo – das mercadorias às informações pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade – qualidade de conexo –, que tem ou em que há conexão, ligação. Os nós das redes são assim lugares de conexão, lugares de poder e de referência [...] (2007, p. 148).

Tal nível de conexão pressupõe meios que facilitem os fluxos. Logo, as redes são amparadas pelas estratégias de circulação e comunicação, que serão responsáveis por nortear os fluxos presentes em uma rede: não havendo estratégias de circulação e comunicação, é inviável a existência de uma rede e pontos de conexão. Os atores sociais agem de modo direto na constituição das estratégias de circulação e comunicação, atuando de modo diferente em suas áreas de maior ou menor interesse, Raffestin (1993, p. 156) ao discutir sobre os atores sociais afirma que:

[...] esses atores não se opõem; agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles. [...] Uma rede pode ser abstrata ou concreta, visível ou invisível. A ideia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação [...]

Ao demonstrar esse “jogo” de interesses realizado pelos atores sociais por meio das redes, o autor salienta que as redes em si não asseguram a comunicação, ou seja, as redes só garantirão a comunicação entre os atores sociais conforme os seus interesses. O autor ainda acrescenta “Toda rede revela [...] certo domínio do espaço, um domínio do quadro espaço-temporal da realidade.” (1993, p. 157). Em outras palavras, os atores sociais que são beneficiados pela circulação e comunicação das redes – ou outros aspectos presentes nela – exercerão grande influência sobre essa rede direcionando os fluxos e escassez dos mesmos dominando o espaço.

Atualmente, o território é “coberto” por um emaranhado de redes com os mais distintos fins, porém, uma propriedade está presente em todas elas – sua intencionalidade:

É a partir da atual configuração do meio geográfico que as redes promovem novas possibilidades de uso do território para a produção, ou seja, constroem estratégias verticais de uso e comando das ações, principalmente quando se trata da ação das grandes empresas. É por isso que as redes possuem hoje, um ritmo próprio e

muito caro à intencionalidade dos agentes que a produzem, conferindo uma pluralidade e complexidade de sua tipologia, visto que as intenções de tais redes são infinitas e contraditórias, transformando assim suas características materiais e a natureza de seus fluxos. (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 218-219).

A atuação das redes é decisiva no que diz respeito à inclusão ou exclusão dos territórios, transformando-os em locais atrativos aos investimentos e à atuação das grandes empresas quando elas se fazem presentes e, excluindo ou tornando menos atrativos, os territórios em que suas atuações são fracas. Em outras palavras, as redes influenciam de maneira direta no desenvolvimento ou estagnação dos territórios em todo o mundo.

Outra característica marcante das redes é sua função de aceleração dos processos, possuindo como ferramenta mais “veloz” a informação. Logo, a velocidade dos fluxos informacionais de uma rede desempenhará papel de extrema importância na colocação de um território frente a uma hierarquia de territórios localizados nos mais diversos locais do globo (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

As redes trouxeram para o território tamanha complexidade, que cada indivíduo tem a possibilidade de agir ao mesmo tempo em diversas redes participando com objetivos, formas, intensidades, intencionalidades e significados distintos, em diferentes lugares ou no mesmo, sem que a sua distância em relação ao local seja uma determinante forte (SAQUET, 2007, p. 159).

Nesse sentido, cabem algumas considerações sobre a ideia que se tem de distância. Aqui, não há a negação do espaço ou a afirmação de que a localização geográfica perdeu seu valor. Há de se salientar que, virtualmente, as redes apresentam uma descomunal velocidade de conexão e transmissão de dados. Porém, mesmo com a diminuição do tempo gasto para que se desloque de um local a outro, tanto pessoas quanto mercadorias, a distância presente entre os locais é a mesma encontrada em outros tempos. A simultaneidade e instantaneidade, antes mencionadas, são referentes aos fluxos imateriais ou virtuais, no que se refere a tais dados a distância não exercerá grande influência, mas a presença de instrumentos que viabilizem o fluxo e aumento de velocidade das transmissões de informações sim. (DIAS, 2007, p. 156-157).

Outro parêntese que se faz sobre as inovações tecnológicas e, principalmente, informacionais, é em relação ao tempo. Ao se discutir sobre a disseminação destas inovações, não se afirma que elas atinjam todos os locais e

sociedades, até mesmo devido ao fato de seu custo. Tais inovações serão “adquiridas” ou “instaladas” em diferentes locais e com diferentes intensidades e intenções, ocasionando uma diferenciação dos territórios, tornando os locais, onde tais inovações ou ferramentas se encontram instaladas, supervalorizados em relação aos que se encontram sem as mesmas. Isso causa a inclusão com diferentes intensidades e até mesmo a exclusão. (DIAS, 2007, p. 157-158).

A busca constante por mais velocidade – fluidez, conforme Santos (2001) vincula-se ao aumento da produção e a diminuição dos custos (entre outros fatores), o que levou a transformar e continuará transformando o território. As redes constituem, atualmente, um dos mais profundos fatores que exercem tais transformações, de forma que podemos falar de rede de empresas, rede de territórios e territórios em rede. Como afirma Saquet (2007, p. 160-161, grifo do autor):

Há *redes de territórios e territórios em redes*, territórios nas redes e redes no território, num único movimento; territórios e territorialidades nas redes e interconexões e estas nos territórios e territorialidades, em movimento e no movimento [...].

Desse modo, os diferentes papéis e intencionalidades das redes permitem que elas atuem conjuntamente em um mesmo território e nem sempre se encontrem conectadas umas as outras, havendo uma gigantesca sobreposição de redes com os mais diversos fins.

A partir de uma visão economicista, Mazzali (2000), também demonstra a ocorrência desse processo, principalmente nas indústrias e empresas que dão prioridade e importância aos locais onde tais redes se encontram, tendo em vista os investimentos, ampliações e instalação de setores produtivos, administrativos, entre outros.

O território adquiriu tamanha complexidade que, segundo Dias (2007, p. 148) “[...] nunca lidamos com uma rede máxima, definida pela totalidade de relações mais diretas, mas com a rede resultante da manifestação das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais”. O território encontra-se tomado de tal forma pelas redes e fluxos, que a maior parte desses processos que se pode observar visivelmente, é de seus fluxos materiais, porém, sua parte imaterial ou virtual, que em vários casos é esmagadoramente maior e mais intensa, nos escapa.

Os movimentos presentes no território e do território são intensos, segundo Saquet (2007, p. 161):

[...] o *movimento* está no território, como componente, determinante e resultado. Todos vivemos territorialidades múltiplas, identificados ou em trânsito. A *negação* do território ou da territorialização (o movimento) não está separada do território e contém territorialidades, relações de poder, redes em si mesmas. A unidade permanece. O movimento é resultado e condicionante de determinações territoriais, (i)materiais; contradições sociais; das forças econômicas, políticas e culturais que condicionam a vida.

As contradições e mesmo condições que se encontram no território o impulsionam para o movimento. Por sua vez, o movimento arremete o território às superações e às interações territoriais; assim como afirma o autor “o movimento está no território e o território está em movimento e no movimento.”, esse processo contínuo e recíproco entre território e movimento o força a buscar mudanças, saídas, inovações, no sentido que este movimento vincula-se ao processo de produção social do território. Nessa busca, o território se reciclará, não se inovando totalmente, uma vez que:

O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. A continuidade se dá na não-mudança e na própria descontinuidade, que contém, em si, elementos do momento e da *totalidade* anteriores. Com isso, o *velho* não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no *novo*. (SAQUET, 2007, p. 161, grifo do autor)

O movimento que implica ao território, à recriação e à superação é um processo inerente à dinâmica territorial, a qual é fruto das dimensões econômicas, política, cultural e da natureza (E – P – C – N). O novo e o velho deixam de existir sem desaparecer, coexistem dentro do território; as relações sociais que concretizam o território se realizam desfazendo-o e o reconstruindo.

Tal movimento de superação se dá no território pelo fato de ele carregar em si fatores antagônicos ou paradoxais. Ele é substantivado por forças contrárias e favoráveis, homogêneas e heterogêneas, pela unidade e diversidade, desigualdades e diferenças, conflitos e contradições e diferentes ritmos e tempos conforme os interesses dos atores sociais que colocam em marcha esse movimento.

1.4 DO *AGRIBUSINESS* AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

Antes de se abordar o tema complexo agroindustrial, faz-se necessário um debate sobre as origens e influências do mesmo. A difusão e popularização dos termos *agribusiness*, complexo agroindustrial, sistema agroindustrial, agronegócio, entre outros, desvirtuou a origem e o significado de cada termo criando a falta de precisão e conhecimento no uso de cada um deles, uma vez que, cada termo faz menção e enfatiza diferentes peculiaridades analisadas pelos mesmos. Tal popularização se deu devido ao crescimento das inovações voltadas ao campo, descoberta de novas técnicas e, principalmente, a adição da biotecnologia, da engenharia genética, da informática entre outras que abriu novos horizontes e possibilidades para o setor agroindustrial.

O primeiro termo utilizado para fazer referência à integração entre agricultura e indústria foi o *agribusiness*. Ele foi inicialmente cunhado, em 1955, por J. H. Davis em uma conferência em Boston (Estados Unidos), sendo utilizado na literatura internacional, em 1956. Em 1957, Davis e Goldberg lançam um livro em que definem o termo *agribusiness* referente à soma de operações envolvidas no processamento e distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados. (GRAZIANO, 1996).

Segundo Graziano (1996) e Silveira (2005) existem duas falhas consideráveis na construção deste termo. A primeira diz respeito a não inclusão da influência advinda do contínuo e crescente progresso tecnológico que, com o passar do tempo gera diferenciações nos processos abrangidos pelo termo anteriormente citado.

A exclusão das inovações tecnológicas no conceito de *agribusiness* faz com que o termo seja modificado diversas vezes. Em 1968, após estudar os casos do trigo, laranja e soja, Goldberg adiciona ao *agribusiness* o que denominou de *agribusiness industries*. Tal adição serviu para o autor demonstrar que o destino dos produtos agrícolas era a indústria e não mais o consumidor final. A partir desta agregação os estudos realizados com a utilização deste termo se dividiram em análises de subsistemas, dando uma demonstração clara da segunda falha presente na noção de *agribusiness*. (GRAZIANO, 1996).

A segunda falha presente no termo ocorre em função ou influenciada pela primeira. Ao excluir o progresso tecnológico do conceito o autor o torna estático, tornando necessária a divisão da noção de *agribusiness* em vários subsistemas, demonstrando sua incapacidade de analisar de modo completo o processo por ele abarcado, sendo necessárias contínuas mudanças e inclusões que desgastam o conceito e o tornam inapropriado com o passar do tempo e aparição de inovações tecnológicas.

Em 1973, Louis Malassis propõe o conceito de Sistema Agroindustrial com o intuito de apreender as características do processo de industrialização da agricultura, enquanto nova etapa do processo de desenvolvimento capitalista. O autor diferencia quatro subsetores: o das empresas que fornecem à agricultura serviços e meios de produção, ou seja, o segmento de produção de insumos e serviços à montante da atividade agropecuária; o segmento agropecuário produtor das matérias-primas; o segmento das indústrias de transformação e processamento de alimentos ou matérias-primas, chamado de indústrias à jusante; e o segmento de comercialização e distribuição dos produtos finais. (GRAZIANO, 1996).

As inter-relações e interações exercidas por esses quatro segmentos conformariam o que Malassis denominou de setor agroalimentar (SAA). Dentro do setor agroalimentar o autor distinguia dois subsetores, sendo que o primeiro englobaria a agricultura propriamente dita e as indústrias à montante e jusante da atividade agrícola, chamada de agroindustrial (ou complexo de produção agroalimentar); e o segundo subsetor que englobaria as atividades ligadas ao comércio e a distribuição, chamado pelo autor de subsetor de distribuição agroalimentar. (GRAZIANO, 1996; SILVEIRA, 2005).

A concepção de Sistema Agroindustrial valoriza a dinâmica dos fluxos e encadeamentos observados em cada produto agrícola, para melhor analisar estes processos. Malassis propôs o uso da concepção de cadeia ou "*filière*" agroalimentar, que se refere aos itinerários seguidos por um determinado produto dentro do sistema produção-transformação-distribuição e aos diferentes fluxos que a ele estão ligados. (SILVEIRA, 2005).

Os conceitos de *agribusiness* e sistema agroindustrial buscam identificar, analisar e entender modificações geradas pelas redefinições experimentadas pela agricultura em seu processo de perda de valorização e peso no

conjunto da economia devido à transferência de funções para outros ramos da economia. Observa-se que o conceito de sistema agroindustrial, assim como o de *agribusiness*, é estático, pois, procura analisar e entender as ligações intersetoriais e os fluxos existentes num dado momento ou, transformações sofridas em um curto intervalo de tempo. (GRAZIANO, 1996).

No caso do conceito de complexo agroindustrial (CAI), é preciso que se faça uma distinção inicial. Existem duas correntes que fazem uso do termo de forma distinta, a primeira usa o termo como uma complexão, união, um macrocomplexo – o CAI, a segunda o utiliza referindo-se aos diversos complexos agroindustriais existentes – os CAIs. As duas possuem inspirações diferentes, sendo a primeira claramente inspirada pelas noções de *agribusiness* e sistema agroalimentar.

A aplicação desses conceitos encontra duas correntes de resistências. A primeira argumenta contrariamente a ideia de que a origem do complexo agroindustrial seja recente, alegando que há no Brasil uma integração entre as agroindústrias e o setor agrícola de longa data. A segunda argumenta que o conceito de complexo agroindustrial não pode ser aplicado no caso brasileiro, visto que os produtores rurais nacionais e o setor agroindustrial, em sua grande maioria, não possam ser sequer considerados modernos (GRAZIANO, 1996).

Para os autores que entendem o complexo agroindustrial como uma união ou um macrocomplexo, o conceito de industrialização da agricultura é visto como a subordinação da agricultura à indústria, sendo que o setor agrícola converte-se num elo intermediário entre os setores de indústrias e empresas à montante e jusante da atividade agrícola. Tais autores entendem o CAI como uma integração entre os diversos setores responsáveis pela produção de forma vertical, sendo orientados pelo capital financeiro. Assim, o Estado se torna o agente capitalista e, principalmente, financeiro, por excelência, sendo ele responsável por gerir uma planificação global que dá condições aos diversos investidores e produtores de obterem uma taxa média de lucros. Resumindo, em qualquer posição do complexo agroindustrial que determinado elemento estiver alocado, o Estado será capaz de executar políticas que lhe gerem uma taxa média de lucros equivalente aos demais localizados em outros segmentos do complexo. Tal ideia dá a entender que os produtores rurais e os proprietários das agroindústrias à montante e jusante

possuem o mesmo poder de lucratividade e representatividade perante o Estado, o que se sabe ser uma inverdade (GRAZIANO, 1996; SILVEIRA, 2005).

Destarte, nota-se um grave problema de delimitação presente no citado conceito. Para que o Estado atue de modo a gerar uma taxa média de lucratividade para o complexo agroindustrial, deverá separá-lo e entender os diferentes processos presentes em cada ramo. O que entra em contradição com a ideia central desta teoria que se baseia em entender o complexo agroindustrial como um único macrocomplexo. Uma segunda observação que se faz pertinente é que em diversos casos os proprietários de empresas e indústrias ligadas ao setor agroindustrial fazem parte do contexto político, ou seja, encontram-se ligados ao Estado, o que lhes permite articular políticas que favoreçam seu ramo comercial ou industrial, quebrando a ideia da planificação da economia que gera uma taxa média de lucros para todos que fazem parte do complexo.

Para Marafon (1998, p. 9), o conceito de Complexo Agroindustrial como um único macrocomplexo é influenciado e chega a utilizar-se das concepções e “[...] critérios de agregação previamente definidos e derivados do conceito de *agribusiness*, proposto nos Estados Unidos na década de cinquenta e de *filière*, que foi desenvolvido na França [...]” , pois, a concepção de um único complexo agroindustrial que engloba todas as atividades nele envolvidas, insere-se em um espaço econômico previamente determinado, ou seja, fixo. Portanto, a partir do espaço de atuação deste complexo, poderia isolar-se o conjunto ou, conjuntos, de atividades que são dependentes e interdependentes, onde cada complexo formaria um conjunto de cadeias produtivas relativamente independentes dos outros.

A segunda noção de complexo agroindustrial diz respeito aos autores que a entendem como diversos complexos, ou seja, os CAIs. Estes autores possuem influências da noção de complexo rural, que faz menção a um processo evolutivo pelo qual setor agrícola brasileiro passou. Ambos os autores aqui utilizados seguem esta corrente – Graziano da Silva e Silveira – tornando pertinente um resumo sobre o complexo rural e sua evolução baseada nas obras desses autores (GRAZIANO, 1996; SILVEIRA, 2005).

A produção agrícola no complexo rural era voltada para exportação, a dinâmica do complexo rural era determinada pelas flutuações do comércio exterior e suas demandas. Porém, algumas áreas eram ocupadas com a produção de bens de consumo para a população local e dos próprios bens de produção, manufaturas,

equipamentos simples para produção, transportes e habitação. A divisão social do trabalho era incipiente, as atividades agrícolas e manufatureiras encontravam-se ligadas; note-se que grande parte dos produtos não tinha valor de troca, apenas de uso, fato este devido à quase inexistência de mercado interno.

O passo fundamental para a crise do complexo rural foi a transição (forçada) do trabalho escravo para o trabalho livre. Tal mudança fez com que as relações de trabalho fossem reordenadas, fazendo com que os fazendeiros buscassem o trabalhador que lhe trouxesse mais produtividade ou rentabilidade, deixaram de abrigar na fazenda a área destinada à produção de meios de produção – atividade incorporada pela cidade.

A crise do complexo rural deu origem ao complexo cafeeiro que se caracterizou pela intensificação da divisão do trabalho, bem como o aumento dos números e modos de relação de produção, criando novos ambientes para as relações de trabalho. Há uma tendência ao fortalecimento e crescimento do mercado interno, originado com o processo de substituição de importações.

O período de 1890 a 1930 constituiu o auge do complexo cafeeiro, antes da grande crise. Ampliam-se às atividades tipicamente urbanas e outros setores começam a ser alavancados pelo complexo cafeeiro. De 1930 a 1950 a diversificação de produtos reforçou a integração do mercado nacional, fato crucial para a circulação. Se as fases de produção e circulação tendiam ao desenvolvimento, as relações de produção demonstravam outro horizonte. Até 1960 quase 70% do pessoal ocupado na agricultura era de mão-de-obra familiar e de parceiros, agregados. A mesma tendência de atraso também é verificada no que diz respeito aos maquinários utilizados em campo, apenas a minoria dos produtores contavam com tratores, tornando a produção mais lenta e ineficaz (GRAZIANO, 1996).

Mesmo que de forma lenta, o pós-guerra demonstrou ao setor agrícola a urgente necessidade de se realizar uma corrida rumo à modernização de sua base técnica, fazendo com que governo e produtores buscassem formas de romper as barreiras que atravancavam a evolução da produção nacional. Uma vez solucionado o problema do “o que” produzir, surgiu o problema do “como” fazer isso, ou seja, os produtores já haviam diversificado seu leque de produtos, porém, as suas formas de produzir eram ineficazes perante as exercidas em outros países, tornando-as mais caras e menos produtivas. Era crucial desenvolver um setor que

trouxesse para os produtores meio de produzir mais rápido e mais, para que assim respondessem à demanda a qual lhes era direcionada. Em síntese era necessário que se melhorassem os fluxos de importação de insumos ou que tais indústrias e empresas fossem recriadas ou trazidas para o país. (GRAZIANO, 1996).

O segundo período de governo de Getúlio Vargas (1951-1954) trouxe como uma de suas principais preocupações o aumento da produtividade agrícola com auxílio de técnicas modernas de cultivo. A partir do impulso inicial para a modernização do campo nota-se a mudança do foco dinâmico da economia da agricultura para a indústria. A busca pela modernização da agricultura abre espaço para criação de indústrias de bens de capital e insumos para a agricultura. Mas enquanto depende da importação dos elementos de sua nova base técnica, a modernização vê-se restringida pela capacidade de importar. (GRAZIANO, 1996).

A busca pela modernização do setor agrícola fica evidente no pós-guerra quando os gastos com o consumo intermediário começam a elevar-se. O consumo intermediário diz respeito aos gastos realizados com insumos que são consumidos ou utilizados no processo de produção (sementes selecionadas, defensivos, fertilizantes, aluguel de máquinas, entre outros).

Todavia, considera-se que a década 1960 é o marco que indica a superação do problema de importação dos insumos base para produção moderna agrícola. Ao desatramancar o setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos para a agricultura, abre-se a fase de criação do complexo agroindustrial, criando-se um novo padrão agrícola, tendendo a integração vertical e incremento da produção como o aumento da produtividade. Observa-se que este processo não ocorreu de forma uniforme em todo o país. (GRAZIANO, 1996).

A resultante da intensificação do uso de tecnologias e a crescente integração entre agricultura e indústria é a criação do complexo agroindustrial que pode ser completamente estabelecido na década de 1970. Indústria e agricultura iniciam uma intensa interação nunca vista antes, sendo que o comando dessa interação pertence à indústria, que determina o ritmo e intensidade de produção, bem como padrões e metas.

O Estado age protegendo os interesses desse setor, criando o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), gerando financiamento para que os produtores pudessem investir na compra e uso de insumos com uma intensidade e facilidade nunca antes vista no país. Os financiamentos para insumos básicos para a

produção, presentes na década de 1970 eram especificamente destinados a desencadear e sustentar a modernização agrícola, com linhas específicas de financiamentos a insumos químicos, sementes e investimentos rurais. Na década seguinte esse padrão de financiamento é rompido, inserindo-se o crédito rural no sistema de financiamento geral, apenas com juros e prazos de carências diferenciados, tornando-o atraente para capitais de outros setores, que passam a disputar essa fonte de financiamento com os produtores rurais. (GRAZIANO, 1996).

O resultado da abertura executada pelo Estado é a tomada do complexo industrial pelos investimentos feitos pelo setor financeiro em outras áreas. Demonstrando que o Estado não pode ser visto como um agente planejador do mercado e muito menos de que age com intuito de gerar uma taxa média de lucros para todos os setores.

Até este ponto os dois autores – José Graziano da Silva e Rogério Leandro Lima da Silveira – concordam plenamente. Porém, Silveira amplia a discussão, observando que, para se compreender e utilizar o conceito de complexos agroindustriais com maior intensidade geográfica é necessário que apliquemos ou associemos a ele os conceitos de rede observando seu foco no território. Isso porque os complexos agroindustriais representam e fazem parte das diversas grandes empresas que lançam mão dos suportes e ferramentas presentes no território para influenciar na sua construção e constituição, sendo elas mesmas agentes modificadoras do território que operam por meio das redes geográficas suas influências e ações.

Os autores concordam que os complexos agroindustriais, atualmente, são uma fase dinâmica e transitória no processo de desenvolvimento da agricultura, não são sua expressão final e completa. Nesse mesmo rumo, Silveira aponta que a rede é a melhor forma para compreensão das atividades dos complexos agroindustriais, pois, este conceito prioriza as inovações tecnológicas, a constante renovação e flexibilização do processo de produção e relações de produção, valoriza as relações existentes entre os diferentes nós presentes na tessitura do território, circulação de informações, pessoas e mercadorias. A rede pode ser apreendida como uma forma de organização espacial, ou, mais especificamente, como uma forma de organização espacial que expressa, simultaneamente, a condição e o resultado de uma racionalidade técnica,

econômica, informacional e normativa, também da dinâmica social e política, historicamente expressadas.

Logo, a adoção da rede como instrumento analítico da dinâmica gerada pelos complexos agroindustriais no território pode quebrar com a idéia de rigidez e de um sistema fechado que o compõe. Os fluxos presentes e gerados pelos CAI's podem e devem ser analisados com a ajuda das redes, bem como suas relações com o território. Relações estas que exercem inclusões e exclusões, continuidades e descontinuidades e superposições de territórios, entre outros, além das conexões entre esses processos.

CAPÍTULO II

2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA LUZITÂNIA

“Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço.” (SANTOS 1982, p. 15).

No presente capítulo buscamos realizar, de modo sintético, um levantamento histórico sobre a ocupação inicial das áreas de interesse para a pesquisa, salientando as atividades econômicas e os acontecimentos e modificações deflagrados por influência das mesmas. Cada atividade econômica desenvolvida trouxe para a área de pesquisa modificações nas relações de trabalho e produção, desde a relação do colono com o fazendeiro à atual relação entre trabalhador especializado e empresa. A análise das sucessivas mudanças das atividades econômicas e sua influência nas relações de trabalho permite compreender de forma mais clara as atuais relações de trabalho e seu contexto histórico.

Partimos da ocupação inicial da Mesorregião de São José do Rio Preto, a chegada dos colonos vindos de outros estados e países para compreendermos a gênese do município de Nova Luzitânia. Essa análise proporciona detectar a origem dos primeiros habitantes do município e se aproximar do seu contexto histórico e das atividades econômicas que influenciaram a presença dos mesmos.

O levantamento de dados dos censos agropecuários do IBGE e LUPA foi utilizado na realização de debate sobre a quantidade e tamanhos dos estabelecimentos agropecuários do município de Nova Luzitânia. O mesmo foi realizado a partir do censo de 1970, visto que o município foi fundado em 1965, tornando inviável o debate com períodos posteriores.

Em seguida, nos dirigimos à análise das atividades econômicas e a influência da mesma nas modificações dos fluxos econômicos e relações de trabalho, tal como as estradas de ferro e a atividade cotonicultora. Seguimos analisando a pecuária bovina, sua origem, vantagens e desvantagens até o início do plantio da cana-de-açúcar voltada para a produção de açúcar e etanol.

2.1 A GÊNESE DO MUNICÍPIO

Consideramos que se encontram vinculados ao processo histórico as diferentes relações de produção, relações de trabalho e necessidades engendradas pela disseminação das relações capitalistas de produção, as quais produzem diferentes espacialidades do capital. Dessa forma, ao longo do processo histórico há a criação e desenvolvimento tanto de novas relações de trabalho quanto de necessidades produtivas para o pleno desenvolvimento da lógica do capital. Pois, conforme Antonello (2002, p. 48):

[...] a divisão do trabalho é produto do processo histórico de cada modo de produção específico e se apresenta conforme as condições materiais de produção. [...] pode-se a partir da trajetória evolutiva do capitalismo apreender a produção de espacialidades desigualmente desenvolvidas do capital na materialização do processo produtivo [...]

Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é trabalhar a evolução do processo histórico e das relações de trabalho do município de Nova Luzitânia que apresenta similaridades com os demais municípios da Microrregião de Auriflama.

A exploração inicial da Mesorregião de São José do Rio Preto deu-se no início do século XIX mediante a abertura de áreas para plantio e criação de suínos e bovinos. Neste período, Minas Gerais sofria as consequências da decadência da atividade mineradora e da frustrada tentativa revolucionária de 1842, que colocou os mineiros na linha de frente do recrutamento militar para a Guerra do Paraguai (1864 a 1870). Tal fato tornou interessante a migração em direção ao estado paulista. Logo, os primeiros moradores da região de São José do Rio Preto têm origem mineira, tendo em vista que esses migrantes buscavam novas atividades econômicas, bem como fugiam da perseguição do Estado. Os mesmos realizavam a criação de bovinos e suínos com intuito de comercializá-los em Araraquara e São Carlos; essas cidades se encontravam em desenvolvimento e necessitavam desse comércio. Assim, a criação de suínos e bovinos influenciou o surgimento das primeiras pequenas cidades ao redor de São José do Rio Preto (OLIVEIRA, 2004).

É importante salientar o desenvolvimento do município de São José do Rio Preto devido ao fato de que grande quantidade de habitantes de Nova

Luzitânia e de pequenas cidades vizinhas terem saído daquele município. A maior parte dos moradores de Nova Luzitânia veio com suas famílias de São José do Rio Preto e das pequenas cidades de seu entorno. Em alguns casos, mudaram-se para uma ou duas cidades pequenas antes de se estabelecerem em Nova Luzitânia. Porém, essas cidades estavam entre São José do Rio Preto e Nova Luzitânia e, em sua maioria, tais trabalhadores habitavam o campo ou exerciam funções voltadas ao mesmo. (LIMA; SANCHES, 2010, p. 23-24).

Para traçar o histórico de Nova Luzitânia foi necessário recorrer às experiências vivenciadas pelos seus habitantes mediante entrevistas realizadas, nos anos de 2008 e 2009, com os moradores mais antigos, bem como ao trabalho de Lima e Sanches (2010) denominado “Pelos caminhos de Nova Luzitânia: o resgate de uma história”. Em todas essas etapas, notamos uma grande semelhança no processo de criação e desenvolvimento das pequenas cidades ao redor de Nova Luzitânia. Contudo, observamos que existem e existiam diferenças em atividades econômicas e, principalmente, nas formas e velocidades de desenvolvimento desses municípios.

A cidade de Nova Luzitânia surgiu a partir de um pequeno aglomerado de casas, ou seja, de uma colônia, a maior parte da população residia no campo, formando diversas colônias. Por volta de 1910, a colônia, ainda sem nome, era conhecida por “Cabajá”, segundo antigos moradores, o nome se deve ao fato da grande distância entre a cidade e o ponto mais próximo de abastecimento que, na época era a cidade de São José do Rio Preto. Devido à distância de aproximadamente 110 quilômetros, percorridos com carroças puxadas por bois, o denominado “carro de boi”. Os mantimentos trazidos não duravam muito tempo nos pequenos armazéns, que eram chamados de “vendas”, pois, as famílias tinham costume de estocar os produtos não perecíveis. Assim que os “carroceiros” (trabalhadores que realizavam o transporte dos mantimentos com carros de boi) chegavam, já iniciavam os preparativos para a viagem de volta. Dessa forma, os habitantes diziam que os mantimentos “acabavam já”, passando-se a uma compressão das palavras para cabajá, nome a que muitos antigos moradores ainda fazem uso com frequência. (LIMA; SANCHES, 2010, p. 18).

A colonização inicial ocorreu no início do século XIX por meio de grandes propriedades, algumas delas sequer foram habitadas, pois, a Microrregião de Auriflora continha grande quantidade de matas, soma-se à dificuldade para

transformar o local em uma área de cultivo a falta de mão de obra e pessoas com disposição para morar em um local ermo e sem conexões.

Ceron (1971, p.33 apud OLIVERIA, 2004, p. 97) afirma que, em 1920, o distrito sede de São José do Rio Preto contava com 34.000 habitantes, enquanto os moradores dos pequenos distritos próximos eram somados chegava-se ao total de 92.000 habitantes. Isso quer dizer que a soma total era de quase 127.000 habitantes, em sua maioria, mineiros que migraram para o local após a crise do ciclo da mineração. Segundo Oliveira (2004, p. 98), algumas grandes propriedades não foram habitadas, pois o propósito era o de garantir a posse para posterior venda a preços maiores.

Logo, com o passar do tempo, as grandes propriedades foram divididas como herança e muitas delas vendidas em menores partes. Era prática comum arrendar a terra para famílias – em sua maioria de nordestinos e estrangeiros (italianos, espanhóis e portugueses) – que iriam derrubar parte das matas e plantar (LIMA; SANCHES, 2010, p. 13).

É notável o número de nordestinos que saíam do Nordeste com destino ao Estado de São Paulo para trabalhar nas fazendas de café. Conseqüentemente ocorria o mesmo para as propriedades próximas à cidade de São José do Rio Preto. Esses trabalhadores eram obrigados a quitar suas dívidas com o fazendeiro que havia custeado sua viagem. Após o pagamento das mesmas, esses trabalhadores estariam “livres” para trabalharem em outras propriedades ou para migrar para áreas de menor interesse econômico, onde a dificuldade de se produzir era maior, pois, tais áreas eram de matas virgens. Em alguns casos, um membro da família migrou e, posteriormente, escrevia aos demais parentes dizendo que viessem. Os que acabavam de chegar sem dinheiro e lugar para morar, moravam junto com os parentes, trabalhavam em troca de porcentagem da produção final e na maioria dos casos no sistema de parceria.

O sistema que inseriu trabalhadores nordestinos e estrangeiros na produção agrícola no estado de São Paulo, principalmente a do café, é denominado de colonato. Esse sistema foi desenvolvido não apenas para suprir a mão de obra necessitada pelos fazendeiros após o fim da escravidão; ele foi moldado para fazer com que os fazendeiros mantivessem sua condição social e garantissem sua posse sobre a terra. Tal processo só foi possível devido ao desenvolvimento do mercado de terras e o aumento do preço das terras, pois no período da utilização da mão de

obra escrava a terra não possui grande valor no mercado. O maior custo para os proprietários era inerente a compra e manutenção dos escravos. Com a queda do sistema escravocrata a posse da terra seria fácil e ameaçaria a posição dos latifundiários, obrigando-os a realizarem mudanças no sistema de trabalho e de acesso a terra com intuito de criar obstáculos à obtenção de terras; a Lei de Terras de 1850 é uma prova desse processo (MARTINS, 1979, p. 24-34). Martins (1979, p. 34) salienta que “A transformação da renda capitalizada recriou as condições de sujeição do trabalho ao capital, engendrando ao mesmo tempo um sucedâneo ideológico para a coerção física do trabalhador.”, ou seja, o trabalhador deveria se esforçar ao máximo em seu trabalho, não devido aos castigos físicos, mas pelo fato de que o trabalho seria o único meio de se obter a propriedade das terras.

A busca por trabalhadores europeus se justificava devido ao fato de possuírem melhor qualificação e costume com o sistema de trabalho assalariado. A proibição da escravidão trouxe consigo transformações em toda economia e nas relações de trabalho, os antigos escravos não compreendiam o trabalho assalariado e não possuíam costumes com horários ou períodos de trabalho, pois, em sua maioria, trabalhavam da hora que acordavam até o momento em que eram mandados de volta para senzala. Por outro lado, o trabalhador europeu repudiava o cativo; os fazendeiros compreendiam esse fato e lhes dava tratamento diferenciado, principalmente, quando ambos coexistiram nas fazendas de café, porém, ao colono era adicionado o custo de sua viagem, ou seja, ele seria obrigado a quitar uma dívida contraída antes do início de seus trabalhos na lavoura (MARTINS, 1979, p. 60). Portanto, os trabalhadores europeus foram a saída para o estabelecimento do trabalho assalariado, uma vez que os mesmos possuíam intimidade com tal sistema e instituiriam a ideia de que apenas mediante o árduo trabalho será possível chegar à propriedade das terras.

A transição entre trabalho escravo e assalariado não foi simples e muito menos passiva. Na segunda metade do século XIX, os trabalhadores europeus eram contratados em seus respectivos países e chegando ao Brasil, deveriam quitar seus custos de transporte, alimentação, estadia durante a viagem e seus gastos até os primeiros resultados de seu trabalho. Porém, o esquema montado pelos fazendeiros estava transformando-os em novos escravos através das dívidas contraídas. Esses colonos sofriam com juros sobre adiantamentos, a manipulação de taxas cambiais, preços excessivos cobrados nos armazéns das

fazendas e outras exigências e restrições que levaram a diversas rebeliões e desentendimentos entre colonos e fazendeiros (MARTINS, 1979, p. 62-63). Em outras palavras, a parceria efetuada entre colonos e fazendeiros era estritamente vantajosa para os fazendeiros, pois, eles realizavam um investimento menor que o de compra de um escravo e obtinham trabalhadores qualificados e habituados com o sistema assalariado, além de garantirem um lucro ainda maior onerando as despesas e dívidas dos colonos.

A partir de 1870, o estado de São Paulo subvenciona a imigração com intuito de criar colônias oficiais com o escopo de suprir a necessidade por mão-de-obra nas propriedades cafeicultoras. Tal processo não obteve sucesso devido à distância entre essas colônias e os estabelecimentos, sendo substituído pela criação de colônias de trabalhadores dentro das próprias fazendas, sendo que os imigrantes foram encaminhados às fazendas. Dessa forma, o fazendeiro deixaria de arcar com os custos da imigração, que passaria a ser subvencionada pelo Estado e os colonos seriam enviados diretamente às suas propriedades, onde os armazéns instalados nas mesmas se encarregariam de criar dificuldades para o colono se tornar “livre” do trabalho subjugado ao fazendeiro, conseqüentemente obter o acesso à terra, ou seja, conseguir atingir o objetivo de transformar em produtor rural independente. (MARTINS, 1979, p. 65-66).

Como relata José Sousa do Nascimento (Trabalho de campo, 2008) que chegou, em 1937, na cidade de São José do Rio Preto, viagem essa custeada pelo então presidente Getúlio Vargas – até o porto de Santos –, “Eu era o mais velho de três filhos, tinha quatro anos de idade, ainda me lembro da viagem no navio, chegamos em São José do Rio Preto em 27 de setembro de 1937”. O fazendeiro havia contratado a família e mais 45 trabalhadores vindos do Nordeste no porto de Santos, porém, sua família estava há alguns dias no porto devido à falta de interesse dos fazendeiros em uma família com quatro crianças e apenas um trabalhador. Seu pai trabalhou por três anos para pagar as dívidas feitas com o proprietário da fazenda, como afirma o entrevistado: “Fomos contratados para trabalhar como colonos na lavoura de café. Trabalhar como colono é igual ser escravo: às cinco da manhã toca o sino e você vai trabalhar, no almoço toca o sino e de tarde na hora de parar”. Ele ainda afirma que havia regras, tais como: o trabalhador e sua família poderiam ir à cidade uma vez ao mês, suas compras deveriam ser feitas no armazém da fazenda [...], após o período de trabalho saíam sem nenhum dinheiro,

porém, “livres”, assim como ele afirma: “Saímos de mão abanando, sem nada, como os escravos saiam”.

Logo após, começaram a trabalhar nas fazendas e propriedades do entorno da cidade de São José do Rio Preto como diaristas: “Comecei trabalhar como diarista, eu e o irmão, trabalhava os dois para ganhar o dia de um homem, meu pai ganhava um dia e, eu e o meu irmão fazia dois dias de serviço, eu fazia meio dia e meu irmão meio dia...”. Ele e sua família mudaram para Vicentinópolis, em 1941, distrito vizinho a Nova Luzitânia, onde arrendaram uma propriedade e mesmo assim continuavam trabalhando para outros sítiantes como diaristas, até conseguirem dinheiro para comprar uma propriedade, a qual foi adquirida no município vizinho, ou seja, Nova Luzitânia.

Segundo José Sousa do Nascimento (Trabalho de campo, 2009) as propriedades arrendadas ou utilizadas por meio da parceria em sua maioria eram áreas de mata virgem, portanto, com exceção da abundante quantidade de animais silvestres e peixes não havia nada para se alimentar. Essa condição exigia que os trabalhadores iniciassem uma produção de subsistência, derrubando o mato, preparando a terra, reconhecendo locais de caça e pesca, procurando por fontes de água próximas e localizando árvores das quais se pudessem obter os frutos, isto é, ocupando e produzindo o espaço.

Note-se que para o proprietário este era um ótimo negócio, pois, além de obter lucro com a propriedade, conseguia que ela fosse desmatada e houvesse a abertura de uma área de cultivo sem que ele pagasse por isso. Após o término do período de arrendamento, sua propriedade seria mais interessante a possíveis compradores e futuros arrendatários e, até mesmo para que o proprietário viesse a produzir. Observa-se que o interesse em desmatar grandes extensões de terra foi originado pelo aumento dos preços das mesmas, causado pela mudança nas relações de trabalho, ou seja, da escravidão para o trabalho assalariado, uma vez que tal modificação trouxe consigo o aumento dos preços exercidos sobre as terras.

Os colonos que se “libertavam” dos fazendeiros buscavam outros locais para trabalharem e continuarem sua “busca” pela possibilidade de se tornar proprietários de terras. Nesse contexto, não apenas o município de Nova Luzitânia surgiu como fruto deste processo, como também outras pequenas cidades próximas. Houve a formação de diversas colônias de trabalhadores vindos de diferentes

regiões. Nova Luzitânia foi apenas uma dessas colônias que se transformou em município, enquanto as outras colônias foram sendo reduzidas até deixarem de existir.

O passo inicial para a criação da cidade foi a doação de terras realizada por Sebastião Pedro da Silva e João Batista Moreira em 1934, para a construção de uma igreja e sua praça. Como lembrança dos fundadores, a cidade carrega seus nomes na praça matriz (João Batista Moreira) e em uma de suas principais ruas (Sebastião Pedro da Silva). A rua principal da cidade possui o sobrenome José Afonso da Lisboa; uma homenagem a um dos primeiros moradores. Esse senhor era um português que possuía um pequeno comércio na então colônia que, tomou a iniciativa de tentar transformá-la em um distrito. E, foi atendendo a seu pedido que os proprietários das terras fizeram a doação para que se construísse uma igreja e uma praça: símbolo de um maior nível de “civilização”. Esse senhor, em suas horas vagas, alfabetizava outros moradores e transmitia a importância do conhecimento, principalmente, da leitura, uma vez que a maioria dos habitantes era analfabeta e era trapaceada nas negociações cotidianas (LIMA; SANCHES, 2010, p. 22-23). Em entrevista, Nascimento (Trabalho de campo, 2008) nos relata: “Eu não sabia fazer um “O” com o fundo de uma garrafa” – posteriormente, foi alfabetizado com a ajuda de parentes e amigos. Hoje, todos seus filhos possuem nível superior, tal fato demonstra ascensão socioeconômica obtida por este migrante ao longo do seu processo de vida na busca de se tornar um proprietário rural, por conseguinte, um produtor agrícola que contribuiu como o seu trabalho na construção do espaço de Nova Luzitânia.

Nova Luzitânia foi elevada à categoria de Distrito de Gastão Vidigal em 30 de dezembro de 1953, posteriormente, à categoria de Município em 28 de fevereiro de 1964. O município foi instalado em 21 de março de 1965. Ele está situado a noroeste do Estado de São Paulo e pertence a Mesorregião de São José do Rio Preto e Microrregião de Auriflama (figura 01), esta microrregião engloba os municípios de Auriflama, Floreal, General Salgado, Gastão Vidigal, Guzolândia, Magda, Nova Castilho, Nova Luzitânia e São João de Iracema. Por ser o município limítrofe Nova Luzitânia possui maiores relações com a cidade de Araçatuba.



Figura 1 – Visualização da localização da Microrregião de Auriflama

Fonte: Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em 11/10/08.

A partir da contextualização do processo histórico do município de Nova Luzitânia, cabe realizar uma análise sobre a distribuição das terras no espaço rural, uma vez que se percebe que este município é fruto do movimento de migração de antigos colonos e outros trabalhadores, em busca do seu objetivo de tornarem-se proprietários rurais. Assim o próximo tópico será dedicado a essa discussão.

2.2 A DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS NO MUNICÍPIO DE NOVA LUZITÂNIA

O município de Nova Luzitânia foi fundado em 1965, tal fato reflete nos dados disponíveis, os quais serão apresentados a partir do Censo de 1970. Para o debate sobre a estratificação dos estabelecimentos rurais do município foi adotado o padrão utilizado no Levantamento Censitário das Unidades de Produção

Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Esse levantamento censitário utiliza o conceito de unidade de produção agropecuária (UPA), sendo que uma UPA é definida como um conjunto de estabelecimentos agrícolas contíguos pertencentes ao mesmo proprietário localizadas inteiramente dentro de um município, inclusive dentro do perímetro urbano, sendo que uma UPA será repartida ou agrupada apenas quando não houver viabilidade de levantamento como tal. (CATI, 2010).

A adoção do conceito de unidade de produção agropecuária não alterará a interpretação dos dados censitários do IBGE devido ao fato do conceito ser muito próximo ao de estabelecimentos utilizado pelo mesmo. A definição e proximidade destes conceitos são fundamentais para que se possa compreender a variação da área total dos estabelecimentos agrícolas; evitando a conclusão de que a área total do município foi alterada, quando o que ocorre é a alteração da área das UPAs, principalmente, se o imóvel se estender por mais de um município.

Em 1970, a maior parte dos 209 estabelecimentos do município estava localizada entre os produtores que possuíam estabelecimentos com áreas de 10 a 50 ha. Os 108 estabelecimentos responsáveis por esse estrato representavam 51,67% do total de estabelecimentos, seguidos por 77 estabelecimentos com menos de 10 ha, 14 estabelecimentos com áreas entre 50 e 100 ha, 08 estabelecimentos com áreas entre 100 e 200 ha, uma entre 200 e 500 ha e, finalmente, um estabelecimento com mais de 1000 ha. Portanto, em 1970, o município contava com uma boa média de estabelecimentos com até 50 ha, sendo que os mesmos representavam 88,51% do total dos estabelecimentos. Porém, não se pode dizer que a propriedade de terras era igualitária quando se nota que apenas um estabelecimento com mais de 3.000 ha em um total de 8.589 ha (Tabela 01).

Tabela 1 – Estabelecimentos por estrato de área em Nova Luzitânia, 1970.

ESTRATO	Nº ESTABELECIMENTO	% SOBRE TOTAL	ÁREA (HA)	% SOBRE T. ÁREA.
< 10	77	36,84	527,00	06,14
10 – 50	108	51,67	2.546,00	29,64
50 – 100	14	06,70	951,00	11,07
100 – 200	08	03,83	1.141,00	13,28
200 – 500	01	00,48	244,00	02,84
500 – 1000	-	-	-	-
>1000	01	0,48	3.180,00	37,03
TOTAL	209	100	8.589,00	100

Fonte: Censo Agropecuário FIBGE, 1970.

Organização: Julio Cesar Março.

A compreensão desta diferença causada entre o grande número de estabelecimentos com pouca terra e o pequeno número de estabelecimentos com muita terra pode ser visualizada no gráfico 01. A monopolização territorial do município é clara em 1970, sendo que apenas dois estabelecimentos concentram 39,87% da área total abrangida pelas UPAs, tornando a acessibilidade a terras difícil, principalmente para trabalhadores que buscavam obter terras, tendo em vista baixos rendimentos auferidos nas relações de trabalho.

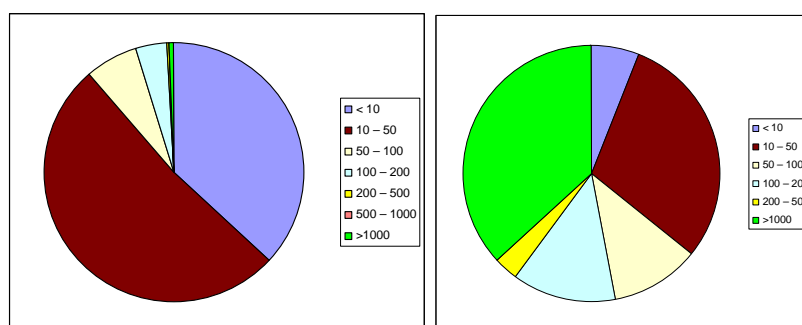


Gráfico – 1 – Porcentagem de estabelecimentos sobre seu total e porcentagem de estabelecimentos por quantidade de hectares, respectivamente, 1970.

Fonte: Censo Agropecuário FIBGE (1970).

Organização: Julio Cesar Março.

O censo de 1975 destaca a continuação do processo de monopolização do território exercido pelos fazendeiros. O número de estabelecimentos cai para 193 e a área total das mesmas chega a 8.848 ha. Nota-se

também a queda de estabelecimentos com menos de 10 ha e com áreas entre 10 e 50 ha, havendo o aumento de cinco proprietários com áreas entre 50 e 100 ha e redução de oito para três estabelecimentos com áreas entre 100 e 200 ha. Porém, houve o aumento de um para quatro estabelecimentos com áreas entre 200 e 500 ha.

Tabela 2 – Estabelecimentos por área em Nova Luzitânia, 1975.

ESTRATO	Nº ESTABELECIMENTO	% SOBRE TOTAL	ÁREA (HA)	% SOBRE T. AREA.
< 10	67	34,72	459,00	05,19
10 – 50	99	51,30	2.514,00	28,41
50 – 100	19	09,84	1.234,00	13,94
100 – 200	03	01,55	381,00	04,31
200 – 500	04	02,07	920,00	10,40
500 – 1000	-	-	-	-
>1000	01	0,52	3.340,00	37,75
TOTAL	193	100	8.848,00	100

Fonte: Censo Agropecuário FIBGE (1975).

Organização: Julio Cesar Março.

A redução dos pequenos estabelecimentos acabou gerando o aumento das áreas dos estabelecimentos maiores e a tendência a concentração de terras foi firmada, pois, apenas cinco estabelecimentos passaram a possuir 48,15% da área total ocupada pelas UPAs, aumentando a concentração de terras em quase 8,5% e a queda na quantidade de estabelecimentos com áreas entre 100 e 200 ha é compensada pelo aumento de estabelecimentos com área de 200 a 500 ha. Nota-se que o período em questão, 1970 a 1975, é marcado pela cotonicultura e criação de gado extensiva para corte (Gráfico 02).

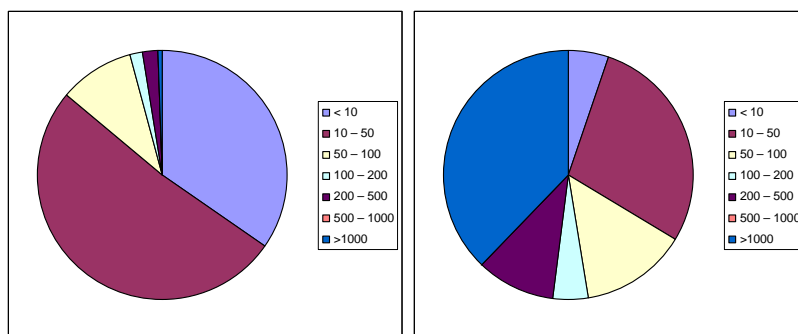


Gráfico 2 – Porcentagem de estabelecimentos sobre seu total e porcentagem de estabelecimentos por quantidade de hectares, respectivamente, 1975.

Fonte: Censo Agropecuário FIBGE (1975).

Organização: Julio Cesar Março.

Em 1980, amplia-se ainda mais a concentração de terras no município. Em relação aos dados de 1975, o censo de 1980 demonstra redução dos pequenos estabelecimentos, passando de 67 estabelecimentos com área menor que 10 ha para apenas 25, uma redução de 42 pequenos estabelecimentos, ou seja, ocorreu à extinção de 62,69% dos estabelecimentos com área menor que 10 ha. Ocorreu uma queda nos estabelecimentos com áreas entre 10 e 50 ha, pois em 1975 eram 99 estabelecimentos nesse estrato, havendo diminuição de 24 estabelecimentos, uma queda de 24,24%. Como se era esperar há aumento dos estabelecimentos inseridos no estrato de área entre 100 e 200 ha, passando de três estabelecimentos para cinco e, um único estabelecimento com mais de 1000 ha o que apresentou um aumento de 512 ha, no período de apenas cinco anos (Tabela 03).

Tabela 3 – Estabelecimentos por área em Nova Luzitânia, 1980.

ESTRATO	Nº ESTABELECIMENTO	% SOBRE TOTAL	ÁREA (HA)	% SOBRE T. AREA.
< 10	25	19,69	165,00	01,98
10 – 50	75	59,06	1.860,00	22,34
50 – 100	20	15,75	1.412,00	16,96
100 – 200	05	03,94	724,00	08,70
200 – 500	01	00,79	314,00	03,77
500 – 1000	-	-	-	-
>1000	01	0,79	3.852,00	46,26
TOTAL	127	100	08.327,00	100

Fonte: Censo Agropecuário FIBGE (1980).

Organização: Julio Cesar Março.

Com o aumento da concentração de terras o acesso torna-se mais restrito, apenas sete estabelecimentos possuem mais da metade da área total das UPAs, um percentual de 58,73% da área das mesmas. Apenas um proprietário possuía 46,26% da área total dos estabelecimentos que era de 8.326 ha no ano de 1980. No gráfico 03 nota-se o aumento da monopolização territorial realizada por apenas sete estabelecimentos que, juntos possuem 4.890 ha. Em um período 10 anos (1970 a 1980) o crescimento do maior estabelecimento do município foi de 672 ha, tal crescimento é maior que a área total de todos os estabelecimentos localizados no estrato de até 10 ha nos censos de 1975 e 1980 somadas.

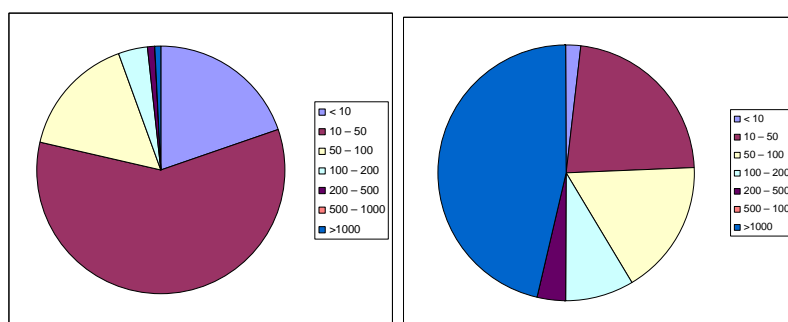


Gráfico 3 – Porcentagem de estabelecimentos sobre seu total e porcentagem de estabelecimentos por quantidade de hectares, respectivamente, 1980.

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 1980.

Organização: Julio Cesar Março.

No período de 1970 a 1980, pode-se observar a tendência de concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e se constatou que a redução dos pequenos proprietários aumentou. Como se afirmou anteriormente, a maior propriedade do município que, em 1980, representava quase a metade da área total das propriedades, ou seja, 3.852 ha, que foi constituída a partir da compra constante de pequenos e médios estabelecimentos, sua extensão afeta diretamente os dados referentes ao município. Destaca-se que este estabelecimento sempre foi ocupado pela criação extensiva de gado para corte, atividade esta que não necessita de grande número de trabalhadores, Conclui-se que esse grande estabelecimento restringe a acessibilidade dos trabalhadores à terra, emprega

poucos trabalhadores, reduz a possibilidade de dinamicidade de produção agrícola e mantém todo o município com pequeno fluxo monetário.

Nos dados referentes ao censo de 1995-1996, o mesmo estabelecimento apresentava 4.815,40 ha, ou seja, um crescimento de 963,40 ha, ocupando 47,79% da área total referente aos estabelecimentos. Observamos que, quando relacionada ao total de estabelecimentos, este estabelecimento representa 0,71% desses, porém, em área representa quase a metade das terras. Quando comparados os dados do censo de 1980 aos dados do censo de 1995-1996 percebe-se o aumento de um pequeno estabelecimento localizado no estrato de menos que 10 ha e o acréscimo de seis estabelecimentos do estrato de 10 a 50 ha. Houve a redução de um estabelecimento localizado no estrato de 50 a 100 ha, sendo essa a possível causa da ampliação dos pequenos estabelecimentos.

Observamos o aumento do número dos estabelecimentos localizados nos estratos de 100 a 200 ha e de 200 a 500 ha. Tal ocorrência aumenta a área total abrangida pelas UPAs do município de 8.326 ha em 1980 para 10.077 ha em 1996. Esse aumento é justificável pelo conceito de UPA e estabelecimentos utilizados para a análise dos mesmos, logo, esse aumento foi causado pela compra de estabelecimentos localizados nos limites do município (Tabela 03 e 04). Salienta-se que tal aumento não implica no crescimento da área do município, mas sim o aumento das áreas dos estabelecimentos a ele pertencentes.

Tabela 4 – Estabelecimentos por área em Nova Luzitânia, 1995-1996.

ESTRATO	Nº ESTABELECIMENTO	% SOBRE TOTAL	ÁREA (HA)	% SOBRE T. AREA.
< 10	26	18,58	149,20	01,48
10 – 50	81	57,86	1.889,40	18,75
50 – 100	19	13,58	1.235,40	12,26
100 – 200	11	07,85	1.479,30	14,68
200 – 500	02	01,42	508,30	05,04
500 – 1000	-	-	-	-
>1000	01	0,71	4.815,40	47,79
TOTAL	140	100	10.077,00	100

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 1995-1996.

Organização: Julio Cesar Março.

Quando se compara os dados do LUPA 2008 (Tabela 05) e o censo de 1980 (Tabela 04), os pequenos estabelecimentos do município de Nova Luzitânia localizadas no estrato de área de até 10 ha sofreram acréscimo de 16 estabelecimentos, e os localizadas no estrato de 20 a 50 ha passaram de 81 para 95. Há o aumento de três estabelecimentos no estrato de 50 a 100 ha, redução de cinco estabelecimentos no estrato de 100 a 200 ha e aumento de um estabelecimento com áreas entre 200 e 500 ha.

Tabela 5 – Estabelecimentos por área em Nova Luzitânia, 2008.

ESTRATO	Nº ESTABELECIMENTO	% SOBRE TOTAL	ÁREA (HA)	% SOBRE T. ÁREA.
< 10	42	24,85	213,40	2,26
20 – 50	95	56,21	2.089,50	22,08
50 – 100	22	13,02	1.420,80	15,01
100 – 200	06	3,55	810,90	8,57
200 – 500	03	1,78	739,70	7,82
500 – 1000	-	-	-	-
>1000	01	0,59	4.815,40	44,27
TOTAL	169	100	10.089,70	100

Fonte: Lupa (2008)

Organização: Julio Cesar Março.

O aumento dos pequenos estabelecimentos quebra um ciclo de concentração de terras, não que esse processo seja revertido, mas sim freado, principalmente, quando se observa que a maior propriedade do município manteve sua área em relação ao ano de 1996. Outro fato a ser observado é que a produção de cana-de-açúcar não tem causado redução dos pequenos estabelecimentos. Isso se deve ao modo de atuação adotado pelas empresas do setor, uma vez que não as interessa a compra de terras e sim o arrendamento para a produção da matéria prima a cana-de-açúcar.

Embora a quantidade de pequenos estabelecimentos tenha aumentado nos últimos anos a divisão de terras de Nova Luzitânia ainda é desigual, sendo que 159 estabelecimentos com menos de 100 ha ocupam o equivalente a 3.723,70 ha, ou seja, 36,91% da área dos estabelecimentos do município, enquanto que um estabelecimento abrange 44,27% da área das UPAs (Gráfico 04).

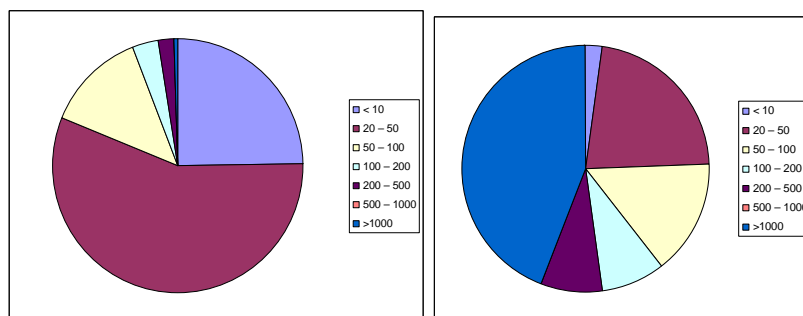


Gráfico 4 – Porcentagem de estabelecimentos sobre seu total e porcentagem de estabelecimentos por quantidade de hectares, respectivamente, 1995/1996.

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 1995/1996.

Organização: Julio Cesar Março.

Tendo em vista a distribuição desigual da terra no município cabe apresentar os dados relativos à principal cultura que monopoliza o espaço rural, isto é, a cana de açúcar. Destaca-se que a produção e produtividade de cana-de-açúcar do município apresentam notável aumento. No LUPA de 1995-1996, não há a distinção entre os usos dados à produção de cana-de-açúcar, uma vez que esta cultura pode ser utilizada como suplemento para alimentação para o gado de corte e leiteiro, a nomenclatura utilizada para a cana com esse fim é cana para forragem, de qualquer forma, a produção do município em 1996 abrangia 244 ha, tanto com usos industriais quanto para forragem.

Segundo os dados fornecidos pela Casa da Agricultura de Nova Luzitânia (Tabela 06), a área total voltada ao plantio de cana de açúcar foi de 935 ha, em 2004, quase quadruplicando a área destinada a este plantio no ano de 1996. Na Tabela 06 pode-se notar o crescimento da produção de cana no município de 2004 a 2008, tal crescimento é constante, tanto em área quanto em produção, o que não ocorre com a cana utilizada para a alimentação do gado.

Tabela 6 – Produção de cana em Nova Luzitânia de 2004 a 2008.

ANO	CANA PARA INDÚSTRIA		CANA PARA FORRAGEM	
	Área de produção (ha)	Produção (ton.)	Área de produção (ha)	Produção (ton)
2004	830,00	70.550,00	105,00	630,00
2005	866,00	69.304,00	105,00	630,00
2006	1.420,3	106.955,50	90,00	4050,00
2007	1.780,00	112.667,20	70,00	4050,00
2008	2.486,90	197.539,40	152,82	7.641,00

Fonte: Casa da Agricultura de Nova Luzitânia, 2009.

Organização: Julio Cesar Março.

Sobre o rebanho bovino total constatamos uma redução de 2.495 cabeças, sendo que, no ano de 2005, o município contava com 11.630 cabeças e de 9.135 cabeças, em 2008 (Casa da Agricultura de Nova Luzitânia, 2009). A redução do rebanho total acompanha o aumento da expansão da produção de cana-de-açúcar de forma inversa, ou seja, quanto maior a área de produção de cana-de-açúcar, menor são as quantidades de cabeças de gado criadas.

Embora o plantio de cana-de-açúcar traga diversos inconvenientes e cause destruição da flora e fauna, ele criou oportunidades de trabalho inexistentes em períodos anteriores. Segundo entrevistados, de 1980 a 1995, aproximadamente, a maior parte dos moradores do município trabalhavam no corte da cana, atividade com altos riscos à saúde e baixa remuneração, atualmente, os moradores do município trabalham, majoritariamente, nos setores internos das usinas, repercutindo em maiores salários que abrem possibilidades para que alguns trabalhadores adquiram pequenos estabelecimentos rurais.

Concluimos que, o município de Nova Luzitânia sempre contou com a divisão desigual de suas áreas. Em outras palavras, muitos estabelecimentos possuem poucas terras e poucos estabelecimentos possuem a maior parte das terras. Essa concentração de terras sofreu agravamento ao longo dos anos, porém, atualmente, o município vem apresentando maiores números de pequenos estabelecimentos. A produção de cana-de-açúcar não interfere na divisão dos estabelecimentos do município, pois a atuação do setor sucroalcooleiro não pretende aplicar seu capital na compra de terras, optando pelo arrendamento de estabelecimentos. Em contrapartida, reduz a criação de gado de corte e leiteiro, já que as áreas anteriormente voltadas para a criação do rebanho bovino são

ocupadas com o plantio de cana-de-açúcar, causando a redução de áreas disponíveis para o rebanho bovino do município.

Portanto, a constante atuação do governo concedendo benefícios para o setor sucroalcooleiro contribui diretamente para a monopolização da produção agrícola do estado de São Paulo. O avanço deste setor coloca em risco o bioma do cerrado, fauna, flora e diversidade produtiva. É fato que as queimadas, características do processo produtivo da cana-de-açúcar vêm diminuindo. Porém, as diversas áreas que já foram queimadas no passado perderam sua constituição natural. A perda gerada por tais fatos é gigantesca e, a não ser a diminuição das queimadas, a evolução dos demais processos decorrentes do avanço do plantio de cana continuam sendo amparados pelo Estado e pelos grandes empreendedores do setor.

Após análise da organização socioespacial do rural do município de Nova Luzitânia mediante o estudo da distribuição da terra, voltamos o foco da discussão para outros elementos socioeconômicos que contribuíram para a ocupação inicial e, por conseguinte a atual organização do espaço do referido município.

2.3 A ESTRADA DE FERRO E O ALGODÃO

As principais atividades socioeconômicas no início do povoado, por volta de 1940, foram o cultivo de café, algodão, milho, arroz, feijão, mandioca e outras culturas para subsistência. O café encontrava-se em decadência e, com a abertura de indústrias de beneficiamento de algodão em Araçatuba, sua produção apresentou considerável decréscimo. Segundo Bini (2009, p. 01):

Do circuito algodoeiro, grandes indústrias de beneficiamento se instalaram, diferentemente das pequenas que foram construídas para beneficiar o café. A superestrutura capitalista está melhor organizada quando se trata da jovem cultura algodoeira, do que quando se relaciona com a tradicional cultura do café. Anderson Clayton, Sanbra, Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Saab S.A. e algumas cooperativas – japonesas principalmente – construíram suas fábricas em quase todos os municípios da região de Araçatuba na época.

Os pequenos produtores de Nova Luzitânia e municípios vizinhos comercializavam suas safras não para as indústrias de beneficiamento de algodão, mas, sim para “atravessadores” que se encarregavam de transportar o algodão até Araçatuba, observa-se que a travessia do Rio Tietê era realizada, precariamente, por balsas. Toda a produção era obtida em pequenas propriedades, pois, não havia mão de obra para grande produção nem mesmo maquinários que a acelerassem.

Salienta-se que a presença dos “atravessadores”, os quais negociavam com pequenos proprietários analfabetos, não causava grandes perdas, uma vez que os entrevistados afirmam obter boa margem de lucro, pois, quase todos os entrevistados declararam que compraram suas propriedades mediante o dinheiro obtido com o algodão.

O aumento de trabalhadores no campo só ocorre após a década de 1950; uma vez que nos anos anteriores, a quantidade de trabalhadores rurais não passava de doze milhões em todo Brasil (gráfico 05). Note-se que no mesmo período a população brasileira habitava majoritariamente o campo, mesmo com o aumento de pessoas trabalhando no campo a mão de obra não era capaz de suprir a necessidade de trabalhadores para a produção, forçando os agricultores a realizarem plantio em pequenas áreas.

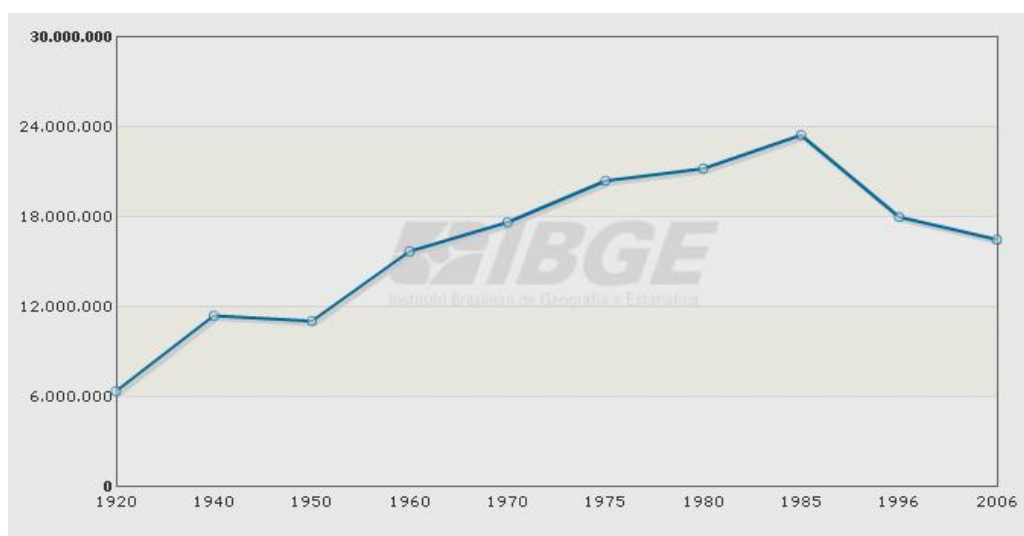


Gráfico 5 – Número de trabalhadores ocupados nos estabelecimentos agropecuários no Brasil, 1920-2006.

Fonte: Séries históricas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em 11/10/09.

A produção de algodão do município de Nova Luzitânia era realizada por meio de relações sociais de produção pautadas na contratação de diaristas. Porém, nenhum deles com carteira assinada, eles apenas eram contratados pelos proprietários ou pelos “gatos” – pessoa responsável por contratar trabalhadores, tornando-se responsável pelo pagamento dos mesmos – que combinavam locais e horas para que os trabalhadores fossem transportados até as lavouras. Não havia restrições aos trabalhadores, segundo os entrevistados, apenas crianças com menos de dez anos de idade não eram contratadas, não pela idade, mas sim pelo fato de não possuírem força e agilidade para realização do trabalho, além de perderem muito tempo brincando ou se distraíndo (OLIVEIRA, 2004, p. 114-115; Trabalho de Campo, 2008 e 2009).

O processo de mudança do plantio de café para o algodão só foi possível e viável devido à construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que conectou Araçatuba e os pequenos municípios a sua volta com os centros de processamento de algodão e, até mesmo com o porto de Santos. Tal fato influenciou a abertura de várias empresas algodoeiras de grande porte, como anteriormente citado. Com a construção do ramal de Araçatuba em 1908, teve origem a cidade – Araçatuba foi o nome dado à estação ferroviária, nome este que foi passado à cidade que se desenvolveu ao redor da estação –, pois, com a chegada da linha férrea o local se tornou o centro econômico entre os demais municípios, viabilizando, posteriormente, a abertura de grandes empresas algodoeiras (figura 02).

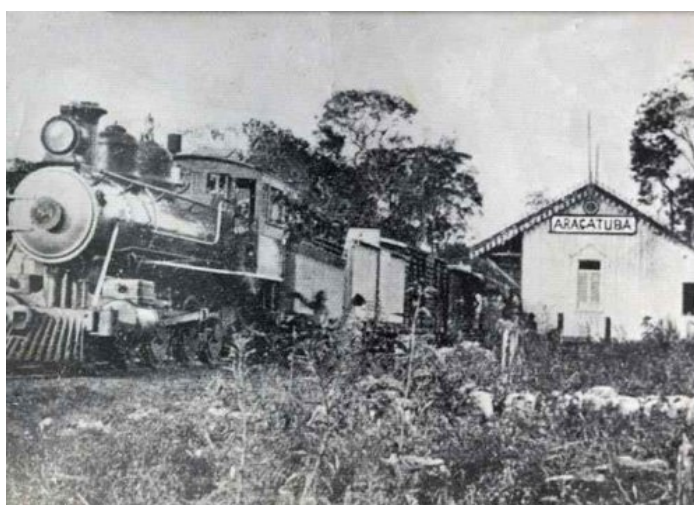


Figura 2 – Estação Ferroviária Araçatuba (1912)
Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br

Antes da construção da Estação Ferroviária Araçatuba, o principal centro econômico dos municípios do entorno de Nova Luzitânia era a cidade de São José do Rio Preto; o qual era o local onde as linhas férreas estavam mais próximas, ou seja, local onde os fluxos de mercadorias, pessoas e informações era mais rápido. Tornou-se então, o ponto para onde a produção das pequenas cidades se dirigia para ser encaminhada a outras cidades ou comercializada em outros centros, além de ser o ponto que abastecia as pequenas cidades, como por exemplo, Nova Luzitânia.

Observa-se que esta cidade possuiu o nome de “cabajá” devido ao comércio local depender dos produtos de São José do Rio Preto, como citado anteriormente. Após a construção da estação de Araçatuba estes municípios começam a contar com maior dinamicidade, percebe-se que, neste caso, o município de Nova Luzitânia e seus vizinhos mais próximos tomam vantagem visto sua maior proximidade com a cidade de Araçatuba (figura 03). Instalada a linha férrea a Mesorregião de Araçatuba os municípios inseridos nesta Mesorregião, como Nova Luzitânia, conheceram um período de crescimento econômico e populacional, como afirma em entrevista José Nascimento (Trabalho de campo, 2009), “Agora, tinha uma ferrovia que ligava esse fim de mundo com o resto do país!”.

Segundo Bini (2009, p. 02):

Dos municípios atravessados pela estrada de ferro Noroeste do Brasil – que continuou sendo a espinha dorsal da comunicação regional às outras áreas do espaço geográfico brasileiro e do mundo -, escoavam-se as mercadorias, principalmente o algodão e seus derivados beneficiados nas indústrias localizadas em Araçatuba e nos municípios de seu entorno. Eram as cidades onde se contabilizavam os lucros das atividades produtivas e os encaminhavam para seus controladores nas maiores cidades do país e no exterior.



Figura 3 – Estradas de Ferro do Estado de São Paulo (1950 ?)
Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br

Portanto, a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil trouxe aumento do lucro dos pequenos agricultores do município de Nova Luzitânia. A redução da distância para venda de seus produtos diminuiu a quantidade de intermediários o que propiciou aos produtores um rendimento maior que no período anterior a construção da estrada de ferro e consequente chegada das empresas processadoras de algodão.

A instalação da Estação Ferroviária Araçatuba constitui-se na primeira rede material presente na região, visto que, anterior a construção da via férrea existiam apenas estradas de terra abertas por tropeiros e moradores regionais que foram aumentadas pelo crescimento da necessidade de locomoção de pessoas e escoamento da produção. Logo, a chegada da estrada de ferro é a primeira ação com intuito de especializar o território, tornando-o mais dinâmico e fluido.

2.4 O CRESCIMENTO DA PECUÁRIA BOVINA

Graças ao algodão a cidade de Araçatuba se tornou o centro comercial dentre os demais municípios da região e, gradativamente, a criação de gado ganhou força. Segundo os entrevistados, a criação de gado nas pequenas propriedades era vantajosa e sempre existiu, uma vez que se compravam poucas cabeças de gado, as quais eram criadas em pequenas áreas e não demandavam grandes custos.

Dessa forma, os pequenos produtores de algodão se transformaram em pequenos criadores de gado, tanto para corte quanto leiteiro. Tal modificação não levou a uma atividade única, ao contrário, houve uma diversificação da produção e, em alguns casos uma separação entre produtores de algodão, criadores de gado e outros que plantavam – em menores quantidades – arroz, feijão, tomate, milho e outros alimentos para subsistência.

Com o aumento da produção e produtividade do algodão gerado pela inserção de maquinários no campo ocorreu o crescimento das áreas agricultáveis, bem como o aumento na demanda, tendo em vista que as grandes indústrias beneficiadoras passaram a investir ainda mais nessa produção. Essas empresas começam a financiar os pequenos produtores, já que os programas de créditos não estavam presentes em todos os municípios e, em alguns casos, os produtores sentiam-se mais seguros negociando com a própria indústria. Salienta-se que o intuito das indústrias era claro, isto é, obter e garantir a matéria prima necessária para o seu funcionamento.

A partir da disponibilidade de obtenção de empréstimos e financiamentos adquiridos em bancos ou com as indústrias beneficiadoras, os pequenos produtores do município de Nova Luzitânia conseguiram acompanhar a modernização do campo brasileiro ao introduzir os maquinários na produção, principalmente, com a utilização de tratores. Em 1970, o recém fundado município de Nova Luzitânia possuía 10 tratores, embora a maior quantidade de serviços de preparo da terra ainda fossem realizados com arados de tração animal o número de tratores era considerável. Observa-se que, em 1970, o município contava com 209 estabelecimentos agropecuários segundo o Censo Agropecuário do mesmo ano. Nos dados de 1975, o município passa a possuir 20 tratores e um trator de esteiras,

confirmando a rentabilidade criada pela produção algodoeira e seu reinvestimento no campo.

O aumento da rentabilidade adquirido por meio da produção do algodão gerou possibilidades de investimento em novas técnicas e equipamentos, causando, conseqüentemente, a necessidade de possuir trabalhadores especializados ou de o próprio produtor se especializar. Tal fato pode ser ilustrado no caso do único trator de esteiras que é listado no censo de 1975 em Nova Luzitânia. Após a compra do trator de esteiras mencionado no censo de 1975, o proprietário da fazenda foi obrigado a enviar um de seus empregados para São Paulo com o intuito de realizar cursos para operação de trator de esteiras. Em entrevista, Rubens Março (Trabalho de Campo, 2009), que foi o trabalhador enviado para realização dos cursos, informa que quando voltou de São Paulo passou a trabalhar na construção de represas, curvas de nível e, principalmente, no desmatamento dos quase cinco mil alqueires da fazenda – além de ressaltar que a mesma possui área maior que os cinco mil alqueires presentes nos censos.

Sobre este estabelecimento, observa-se que sua origem não é a mesma de várias outras da região, ela não foi adquirida no início da colonização e conservada até a atualidade. Esta grande propriedade foi crescendo aos poucos por meio da compra de diversas pequenas propriedades, em muitos casos, conforme foi informado pelos entrevistados, os sítios e até mesmo chácaras foram comprados de produtores que se encontravam endividados, doentes ou querendo voltar para seus locais de origem. Logo, quando um produtor queria vender sua propriedade recorria ao fazendeiro, até mesmo por saber que ele sempre estava disposto a adquirir mais terras e sempre os pagava à vista.

A constante atuação dos trabalhadores da frente pioneira no sentido de desmatar e abrir áreas para lavoura gerou o aumento das terras não utilizadas e das áreas de pastagem. Salienta-se que, inicialmente, nem toda a área de pastagens era utilizada para a criação de gado efetivamente, pois o rebanho não era grande o suficiente para ocupar a totalidade da área disponível mediante o desmatamento, já que o intuito principal era a criação de áreas para plantio.

Dessa forma, como afirmamos anteriormente, a falta de maquinários e mão-de-obra foram os principais fatores que deram conformação à base produtiva local, já que o crescimento do uso de maquinários contribui de forma direta no aumento das áreas utilizadas para lavoura. Note-se que a introdução de

equipamentos agrícolas possibilitou a criação de áreas de pastagens e de produção agrícola e, conseqüentemente a redução das matas, engendrando a expansão da produção extensiva de gado.

Tal fato pode ser visualizado a partir dos dados presentes na regionalização usada por Ceron (1971, p. 37, apud OLIVEIRA, 2004, p. 99), ou seja, no setor Norte-Occidental do estado de São Paulo (gráfico 06), observa-se que houve crescente redução das áreas de matas e o aumento das áreas de pastagens e de terras não utilizadas. Salienta-se que a presente regionalização utiliza a denominação Setor Norte Occidental do Estado de São Paulo para se referir a Mesorregião de São José do Rio Preto devido ao fato do mesmo representar mais da metade da área abrangida por essa regionalização.

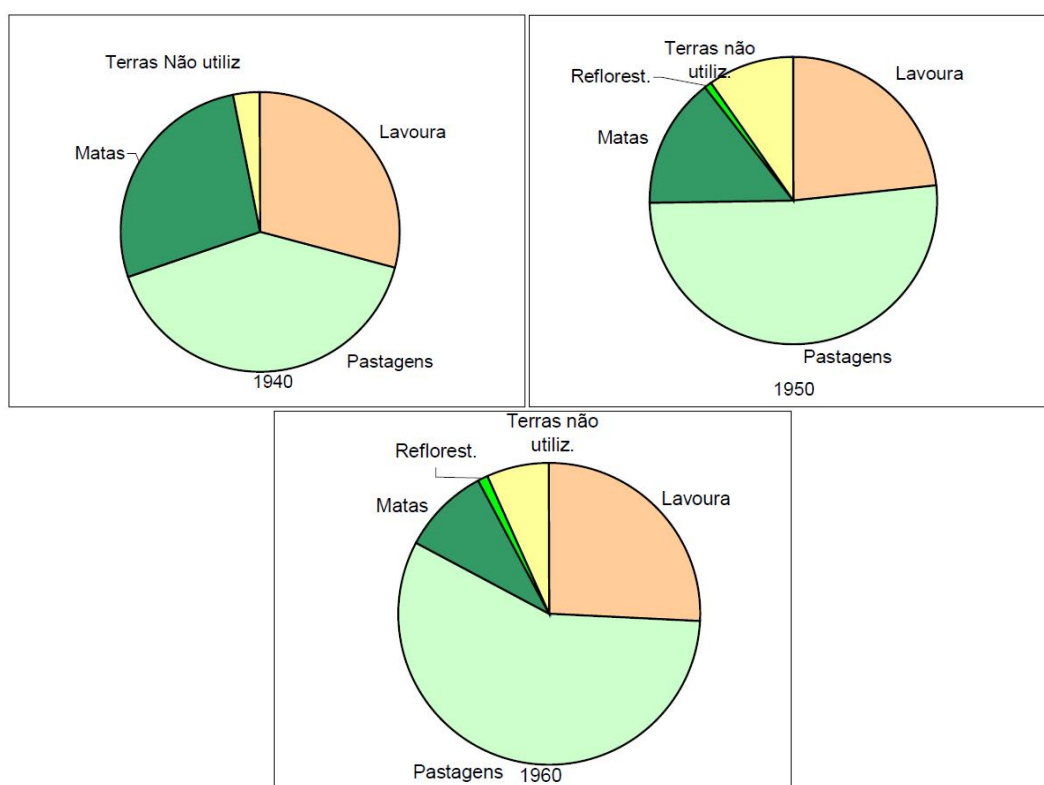


Gráfico 6 – Evolução da utilização das terras no Setor Norte-Occidental do estado de São Paulo entre 1940 e 1960.

Fonte: OLIVEIRA (2004, p.99) (extraído de Ceron, 1971, p.37)

A presença de terras não utilizadas e o aumento das áreas de pastagem desperta o interesse dos habitantes desta região para a criação de gado.

Soma-se a esses fatos: a crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial, a menor necessidade de utilização de mão-de-obra e os menores riscos de perdas decorrentes das variações climáticas, estão criadas as condições para o aumento da criação de gado, principalmente, de corte e em sistema extensivo.

Contribuíram ainda para o crescimento da criação de gado a ampliação dos mercados consumidores de carne bovina. Uma vez que São Paulo e Rio de Janeiro encontravam-se em processo de franca expansão populacional, o que proporcionava oscilações menos abruptas do mercado consumidor, causando maior conforto na continuidade da atividade. Além dessa atividade não necessitar de grande número de trabalhadores para manutenção do rebanho, fato importante devido à escassez de mão-de-obra e a viabilidade da criação em pequenas propriedades. Outro ponto que favorecia o crescimento da criação bovina era a sua rápida conversão em moeda no caso de necessidades urgentes. Assim, pode-se considerar que estas características interessaram aos produtores rurais de outros setores, convertendo os mesmos em criadores de gado mais tarde.

Portanto, ao balancear os fatores positivos da criação de gado e os negativos da produção agrícola, tais como, a queda da fertilidade progressiva dos solos da região, os baixos preços do setor agrícola, os altos custos da produção gerados pelo movimento modernizante que marcou o campo entre 1965 e 1980, a ausência de políticas públicas que amparassem e incentivassem a produção agrícola, os produtores agrícolas passam a investir cada vez mais na criação de gado, principalmente extensiva destinada ao corte. (OLIVEIRA, 2004, p. 99-119).

Sendo Araçatuba o centro comercial e econômico dessas cidades e, por consequência, tendo como habitantes grandes fazendeiros, a cidade ficou conhecida como “cidade do boi gordo”, possui até hoje a Praça do Boi Gordo (figura 04), local onde se reuniam os compradores e vendedores de gado a fim de realizarem negócios. Muitos entrevistados afirmam que a cotação do boi era realizada na mesma praça.

Junto com o aumento da atividade bovina e algodoeira veio o crescimento da cidade, grandes produtores de algodão e criadores de gado construíam grandiosas instalações como barracões para estocagem de algodão, garagens para maquinários, terminais para carga e descarga da produção, recintos para exposição de gado, entre outros. Tais produtores compravam maquinários importados fazendo a economia local evoluir a passos largos.



Figura 4 – A praça do Boi Gordo – Araçatuba (1970?)
Fonte: Nilma Coimbra

No final dos anos de 1980, as Mesorregiões de São José do Rio Preto e Araçatuba começaram a sentir os impactos do crescimento da criação de gado e plantio de algodão dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, pois a terra era mais barata nesses estados. Isso causou uma redução no ritmo de crescimento de Araçatuba e das pequenas cidades vizinhas que tinham suas economias voltadas para a criação de gado leiteiro e de corte. O algodão, desde os meados da década de 1980, havia se tornado uma produção com pontos negativos, logo, no final da década de 1980, o gado leiteiro e de corte representavam a principal produção da economia desta região. Oliveira (2004, p. 115) destaca os três pontos centrais para a queda da produção do algodão:

a) disseminação da praga que ficou conhecida como “bicudo”; b) a concorrência da produção em larga escala e mecanizada na Região Centro-Oeste do país; e, c) a conjuntura desfavorável em virtude da reestruturação do setor têxtil nacional a partir de 1989, em virtude da abertura econômica do país. Tal processo de abertura econômica do país implicou numa séria discriminação contra o setor rural, estabelecendo tarifas uniformes de 10% para a maioria dos produtos *in natura* [...]

Como alternativa para a produção em larga escala, os grandes produtores da Microrregião de Auriflama fizeram tentativas de implantar a produção citrícola, a qual apresentou bons resultados inicialmente. Porém, no início da década

de 1990, houve o desenvolvimento da Clorose Variegada dos Citros (CVC) ou amarelinho – que causa o entupimento dos vasos que transportam o xilema da planta, tal processo causa a queda da produtividade e amadurecimento precoce e endurecimento da fruta –, como ficou popularmente conhecida. Esse fato causou a erradicação dos laranjais, mesmo com a insistência nesta produção a praga se mostra extremamente onerosa e violenta, obrigando os produtores a encerrar ou frear bruscamente tal produção. Os produtores da Microrregião de São José do Rio Preto obtiveram melhores resultados com essa produção, haja visto que, na safra de 1996/1997, tal região foi responsável por 85% da produção estadual junto com as regiões de Campinas, São Carlos e Barretos. (OLIVEIRA, 2004, p. 116-117).

A seguir, realizaremos o debate sobre as condições que deram origem e sustentaram o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo, envolvendo o município de Nova Luzitânia, a caracterização do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e sua atuação em rede.

CAPÍTULO III

3 A ATUAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL EM REDE

Neste capítulo buscaremos relacionar os conceitos debatidos com a realidade observada e analisada no município de Nova Luzitânia, faremos isso mediante as informações obtidas em entrevistas com trabalhadores do setor e dados obtidos junto à empresa Aralco S. A, além de outras diversas fontes.

É crucial ter como base para a presente análise os conceitos de território, complexo agroindustrial e rede, somando aos mesmos os processos desencadeados na área de pesquisa. Incluiremos o debate sobre a globalização, tendo em vista as modificações causadas pelas necessidades criadas pelo processo de mundialização do capital, o qual induz a modernização e ampliação dos modos de plantio, produção e distribuição do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar.

3.1 AS CONDIÇÕES DE EXPANSÃO E SEDIMENTAÇÃO DO COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO

A partir da redução de obtenção de lucros com a criação e comercialização de gado e a catastrófica queda do algodão o foco da economia regional volta-se para uma produção que havia surgido na região no início dos anos de 1980, ou seja, a cana-de-açúcar. Essa produção mesmo não apresentando grande crescimento, não se abalou com a competição econômica ocasionada por outros produtores.

Ao se analisar a evolução da área plantada de cana-de-açúcar na Mesorregião de São José do Rio Preto se depara com um crescimento acelerado e constante (gráfico 07). Observa-se que, na década de 1970, a área ocupada por tal cultura era discreta, contando com apenas 764 ha, sendo que nos cinco anos posteriores não chega a dobrar. Porém, a partir de 1975 a área plantada de cana-de-açúcar apresenta um crescimento vertiginoso, em 1980, a área utilizada para o plantio da mesma é multiplicada por oito, alcançando 8.672 ha. No quinquênio seguinte, a área ocupada quase é multiplicada por cinco, na safra de 1995/1996 e 2002 esse crescimento é menor. Porém, não menos expressivo, haja visto que, de 1985 a 1995, foram adicionados à área de produção de cana-de-açúcar 52.234 ha, e

de 1995/1996 a 2002, 18.859 ha. A título de comparação, esse crescimento é próximo ao da área utilizada para produção de milho. No ano de 2002, a área total ocupada com cana-de-açúcar foi de 98.446 ha e, ao somarmos as áreas destinadas à produção de milho e soja, sua área total é aproximada à metade da destinada à cana-de-açúcar: 67.968 ha.

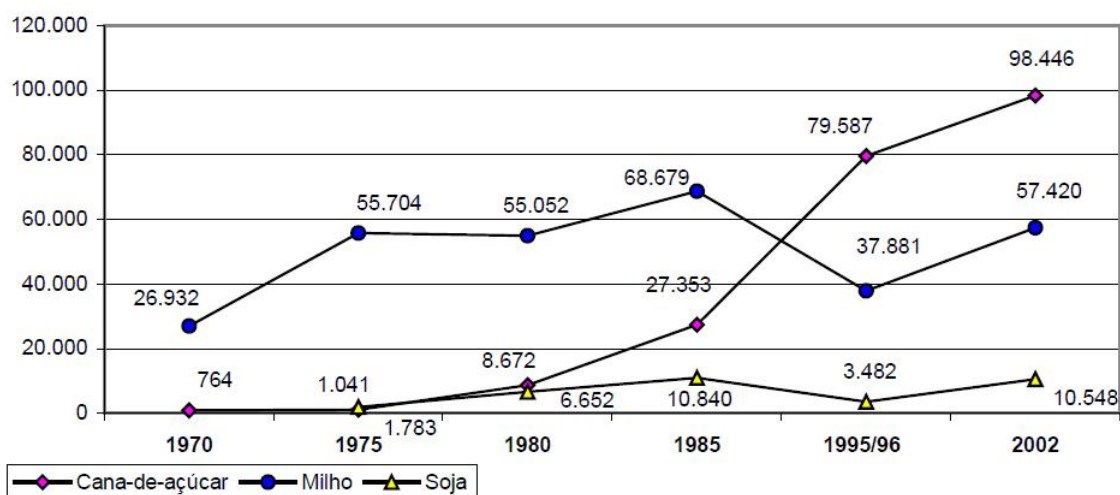


Gráfico 7 – Evolução da área plantada com as principais lavouras temporárias da Mesorregião de São José do Rio Preto, 1970-2002 (em ha).

Fonte: Extraído de Oliveira (2004, p. 110).

O aumento da área plantada de cana-de-açúcar na Mesorregião de São José do Rio Preto é notável, sua caracterização é uma ascendente de 764 ha, em 1970, para 98.446 ha, em 2002, um aumento de mais de 97.000 ha. Porém, seu crescimento e proliferação não estavam restritos a tal Mesorregião, ele se deu em quase todo estado de São Paulo e tem relação direta com o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) criado em 1975. Este programa ofereceu vantagens creditícias e fiscais aos empresários que investissem na produção do etanol – álcool anidro derivado do melaço do açúcar – para realizar a adição do mesmo à gasolina. Destilarias anexas às usinas de açúcar e destilarias autônomas foram constituídas para que tal produção fosse efetivada.

O Programa Nacional do Álcool (PRÓALCOOL) surgiu com o intuito de gerar modernização no setor rural da produção da cana-de-açúcar brasileiro e, principalmente, diminuir as violentas consequências das variações do preço do

petróleo. Tendo em vista que, em 1973, o país sofreu grande crise com o aumento do preço do mesmo devido a sua grande dependência em relação à importação, logo, como alternativa para arrefecimento de acontecimentos como este é lançada a primeira fase do PRÓALCOOL (1975-1979).

Essa primeira fase oferece financiamentos com longos prazos para o pagamento e com pequenos juros para empreendedores interessados em investir no setor de produção de etanol. Dessa forma, o programa atuou exclusivamente na concessão de financiamentos voltado a produção de álcool anidro e hidratado. Assim, o estado de São Paulo conseguiu aumentar o número de destilarias, sendo que, algumas delas se instalaram na região Oeste do Estado. Destaca-se que nessa primeira fase do PRÓALCOOL, quatro projetos foram enviados pelos fazendeiros da região de Araçatuba, sendo que, os mesmos foram aprovados resultando na construção das destilarias, a saber: Aralco, Destivale, Alcomira, Univalem e Campestre, nos respectivos municípios de Araçatuba, Santo Antônio do Aracanguá, Mirandópolis, Valparaíso e Penápolis. Tais obras foram 100% financiadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) com juros negativos advindos de subsídio concedido pelo governo (OLIVEIRA, 2004, p.117; BINI, 2009, p. 01).

Outro fato fundamental para a compreensão do avanço da produção canavieira é a criação do Programa de Expansão da Canavicultura para Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA) de 1980. Este programa incluía 153 municípios do oeste paulista distribuídos nas Mesorregiões de Presidente Prudente, Marília, Bauru, São José do Rio Preto e Araçatuba. Esse projeto tinha o intuito de aumentar a produção de álcool e gerar o aumento do emprego de tecnologia no campo nestas regiões, haja visto que, em sua maioria, tais áreas estavam sendo utilizados para a produção de milho, soja, laranja e criação extensiva de gado, sendo que, principalmente, na criação de gado extensiva eram empregados poucos recursos tecnológicos e pequeno número de trabalhadores.

O crescimento ocasionado devido às facilidades obtidas pelo PRÓALCOOL foi notável no primeiro quinquênio de 1980 nas mesorregiões de Araçatuba e São José do Rio Preto. Tal impulso não está apoiado apenas na segunda fase de atuação deste programa – que inclui os investidores interessados na produção de açúcar –, mas, também na atuação do PROCANA que, originou diversas destilarias autônomas na Mesorregião citada. No segundo quinquênio da década de 1980, a Mesorregião de São José do Rio Preto, manteve o ritmo de

crescimento da produção, contudo menos acelerado e, mesmo com o declínio dos incentivos gerados pelo PROÁLCOOL aumentou a área de produção. Tal processo só foi viável devido ao aumento do mercado internacional consumidor de açúcar, logo, as destilarias aumentaram a produção do mesmo para suprir as necessidades geradas pela demanda por essa *commoditie*. (OLIVEIRA, 2004, p. 117-118).

O constante crescimento e expansão territorial do complexo agroindustrial da cana há muito provoca preocupação, tendo em vista a violência com que sua produção e área ocupada vêm aumentando. Não apenas este crescimento é preocupante, mas, também, as consequências provocadas pelo mesmo, segundo Igari, Tambosi e Pivello (2008), no estado de São Paulo restam menos de 8,5% da área originalmente ocupada com cerrado, sendo que, apenas 6,5% dos remanescentes estão protegidos por Unidades de Conservação (Ucs).

Os autores afirmam que, a crescente demanda por biocombustíveis gerou um aumento de 37,4% na produção, ou seja, 965.244 ha da área plantada com cana-de-açúcar no estado de São Paulo no período de 2001 a 2006, ocasionando diminuição das áreas originalmente ocupadas com cerrado e as ocupadas com pastagens. Ao cruzar os dados de áreas originalmente ocupadas com cerrado, com as de pastagens e as utilizadas para cultivo de cana-de-açúcar, os autores concluíram que, as áreas onde o plantio de cana é superior às de pastagens, a agressão ao bioma do cerrado é ainda maior que aquelas onde predominam as pastagens.

A produção e processamento da cana-de-açúcar encontram-se concentrada na região Centro Sul do Brasil, contudo estão em expansão, podendo futuramente incluir na sua área de atuação as faixas periféricas da Floresta Amazônica. De um modo geral, o Brasil apresenta crescimento na produção de cana-de-açúcar, destaque para São Paulo que, não é apenas o maior produtor, como também, é o Estado que apresenta maior crescimento. Ao se comparar a produção de São Paulo com os demais Estados nota-se que, eles não acompanham seus níveis de crescimento e apresentam anos de crescimento seguidos de quedas. Segundo os dados que contam na tabela 07, nas safras de 1990 a 2009, além de São Paulo, outros 19 Estados tiveram crescimento da produção, todavia esses ritmos não são comparáveis com os que ocorrem em São Paulo.

Tabela 7 – Cana de açúcar processada pelas usinas brasileiras

ESTADOS/SAFRA	90/91	95/96	00/01	05/06	08/09
ACRE	0	0	0		
RONDONIA	0	0	0		106.292
AMAZONAS	0	0	0	252.672	303.350
PARÁ	184.432	237.779	527.383	510.086	626.865
TOCANTINS	0	221.355	0	95.314	55.456
MARANHÃO	594.940	567.594	799.490	1.797.490	2.280.160
PIAUI	464.108	414.324	248.289	492.369	900.181
CEARÁ	506.233	466.542	65.671	40.709	122.355
R. G. NORTE	2.169.458	2.414.480	2.388.270	2.356.268	3.186.768
PARAIBA	4.570.479	3.584.115	3.594.320	4.291.473	5.885.978
PERNAMBUCO	18.679.258	17.076.508	14.366.994	13.858.319	18.949.518
ALAGOAS	22.617.202	19.706.078	25.198.251	22.532.291	27.309.285
SERGIPE	1.395.449	617.099	1.413.639	1.109.052	1.831.714
BAHIA	1.052.942	2.107.303	1.920.653	2.391.415	2.541.816
MINAS GERAIS	9.850.491	8.991.955	10.634.653	24.543.456	42.480.968
ESPIRITO SANTO	1.193.648	1.775.723	2.554.166	3.804.231	4.373.248
RIO DE JANEIRO	4.522.390	5.217.136	3.934.844	4.799.351	4.018.840
SÃO PAULO	131.814.535	152.097.970	148.256.436	243.767.347	346.292.969
PARANÁ	10.751.114	18.557.004	19.320.856	24.808.908	44.829.652
SANTA CATARINA	463.388	0	0	0	0
R. G. SUL	38.393	30.877	0	57.976	107.184
MATO GROSSO	3.325.019	6.739.310	8.669.533	12.335.471	15.283.134
MATO GROSSO DO SUL	3.977.877	4.674.560	6.520.923	9.037.918	18.090.388
GOIÁS	4.257.804	6.329.500	7.207.646	14.559.760	29.486.508
REGIÃO CENTRO-SUL	170.194.659	204.414.035	207.099.057	337.714.418	504.962.891
REGIÃO NORTE-NORDESTE	52.234.501	47.413.177	50.522.960	49.727.458	64.099.738
BRASIL	222.429.160	251.827.212	257.622.017	387.441.876	569.062.629

Fonte: UNICA (2009)

No gráfico 08 é possível visualizar a diferença entre a evolução do processamento de cana no estado de São Paulo em relação às demais Macrorregiões brasileiras. Nota-se que o crescimento do processamento de cana-

de-açúcar deste Estado acompanha e influencia os níveis observados no Brasil e na região Centro Sul. Tal evolução é fruto do constante investimento em novos maquinários, criação de variedades de cana, novos insumos e criação de novas técnicas de produção.

A queda no processamento ocorrida nas safras de 2000-2001 e 2001-2002 é justificada pela valorização da *commodity* da soja; fato que influencia os agricultores a optarem pelo plantio dessa cultura, conseqüentemente, há queda na produção de cana de açúcar (MAGOSSO, 2010). Todavia, na safra seguinte o processamento de cana-de-açúcar reagiu com aumento quase proporcional ao da queda (Gráfico 08).

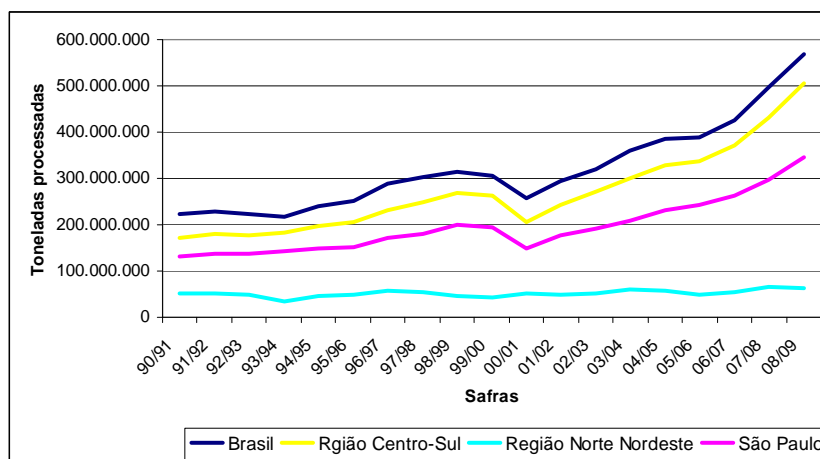


Gráfico 8 – Processamento de cana de açúcar no Brasil (1990-2009).

Fonte: ÚNICA (2009)

Organização: Julio Cesar Março

O exemplo da força do setor sucroalcooleiro no Brasil é a criação da União da Indústria de cana-de-açúcar (UNICA) que conta com 113 usinas associadas, sendo que destas, 20 exercem influência sobre a Microrregião de Auriflora. Observa-se que essa atuação é direta, ou seja, possuem áreas de plantação, bem como funcionários contratados na mesma Microrregião, no entanto, sua rede de atuação e influência ocorre globalmente.

A abrangência de sua rede torna-se compreensível quando se considera que a UNICA incorporou o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) localizado em Piracicaba em 2004. As empresas associadas à UNICA contam ainda

com serviço meteorológico personalizado prestado pela mesma e na região Oeste do estado de São Paulo contam com o apoio da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP). Na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas 2009, a COP-15 como ficou conhecida, participaram diversos representantes do setor sucroalcooleiro enviados pela UNICA com o propósito de demonstrar os benefícios advindos da geração de biodiesel a partir da cana-de-açúcar e, principalmente, os ótimos resultados obtidos pelo setor nos últimos anos (UNICA 2009).

O CTC é o maior centro de tecnologia da cana-de-açúcar do Brasil, e um dos mais destacados no mundo. Atuando dinamicamente em toda a cadeia produtiva do setor canavieiro, desde criação de diversas variedades de cana com modificações genéticas, pesquisas de desempenho de espécies, separação de características interessantes até a produção final de açúcar, de etanol, energia, avanço do plantio de cana e análise de imagens de satélites. O CTC iniciou as suas atividades em 1969, atualmente continua sendo um centro científico sem fins lucrativos, porém suas pesquisas são mantidas por usinas e associações de fornecedores de cana-de-açúcar, todos ligados à ÚNICA. (CTC, 2009; UNICA, 2009).

O CTC realiza diversas pesquisas por meio do CanaSat – programa do INPE que gera imagens e realiza pesquisas sobre o setor sucroalcooleiro – para fazer previsões de produção, rendimento das variedades plantadas, mapeamento de locais com boas condições para plantação, entre outros. O mesmo disponibiliza estes materiais para as empresas associadas e em forma de publicações (ÚNICA, 2009).

O setor encontra-se aquecido de tal forma que, em um período de 12 anos (1996-2008) ocorreram 51 fusões e aquisições (Quadro 01). Ressalta-se que cada transação desse porte movimentava vultosas somas, o que não parece ser problema para empresas como o Grupo Cosan (que realizou nove transações neste período), Louis Dreyfus (seis transações no período), José Pessoa (seis transações no período) e Bunge (3 transações no período). (AZEVEDO, 2008, p. 67).

Empresa	Estado	Ano	Comprador
Usina Santa Olinda	MS	1996	José Pessoa
São Geraldo	SP	1997	Usina Santa Elisa
São Alexandre	SP	1997	Ipiranga
Usina Adelaide	SP	1998	Usina da Barra
Usina Iracema	SP	1999	Usina São Martinho
Usina Sanagro	SP	1999	José Pessoa
Usina Rafard	SP	2000	Cosan
Ipaussu	SP	2000	Union de Sucrieries Agricoles
Usina Santa Rosa	SP	2000	Usina da Pedra
Usina Benálcool	SP	2000	José Pessoa
Usina Delta	MG	2000	Carlos Lyra
Usina Cresciumal	SP	2000	Coinbra/Dreyfus
Usina Luciânia	MG	2001	Coinbra/Louis Dreyfus
São Carlos	SP		Coinbra/Louis Dreyfus
Destilaria Vale do Rio Turvo	SP	2000	Silveira de Barros
Alcovale	MS	2001	Unialco
Usina Porbello	SC	2001	Glencore Ontl AG
Da Serra	SP	2001	Cosan
Usina Diamante	SP	2001	Cosan
Usina Alcomira	SP	2001	Márcio Pavan
Univalem	SP	2001	FDA Fr. Brasileira (Cosan, Tereo, Sucden)
Gasa	SP	2001	Cosan
Destivale (Destilaria Vale do Tietê)	SP	[2001?]*	Cosan
Destilaria Água Limpa	SP	2001	Grupo Petribu
Usina Guarani	SP	2001	Eridania Beghin Say
Usina São José (Rio das Pedras)	SP	2001	Antonio Farias
Alcoazul	SP	2002	José Pessoa
Delta	MG	2002	Carlos Lyra
Usina Bela Vista	SP	2002	Bazan
Guanabara	SP	2002	Cosan
Usina Santa Cruz	RJ	2002	José Pessoa
Usina Maluf	SP	2002	Dulcini
Usina Gantus	SP	2002	Toledo
Usina da Barra	SP	2002	Cosan
Usina Quissaman	SP	2003	José Pessoa
Alcana	MG	2005	Evergreen
Usina Monte Alegre	MG	2005	Adecoagro
Copernavi	MS	2005	Kidd & Company
Central Energética do Vale do Sapucaí (CEVASA)	SP	2006	Cargill
Passatempo	MS	2007	Louis Dreyfus
Maracaju	MS	2007	Louis Dreyfus
Esmeralda (Projeto)	MS	2007	Louis Dreyfus
Agroindustrial Santa Juliana	MG	2007	Bunge
Vale do Rosário	SP	2007	Bunge
Destilaria Paraguaçu	SP	2007	Nova América
Usasiga	PR	2007	Clean Energy Brazil (CEB)
Destilaria Alcídia	SP	2007	Odebrecht
Petribu	SP	2007	Noble Group do Brasil
Benálcool	SP	2008	Cosan
Eldorado	MS	2008	Odebrecht
Monteverde Agroenergia	MS	2008	Bunge

Quadro 1 – Fusões e aquisições ocorridas nas agroindústrias canaveiras no Brasil (1996-2008)

Fonte: Extraído de Azevedo (2008, p. 67). * A Destivale foi comprada pelo Grupo Cosan em 2005 segundo dados constantes no site deste grupo.

É notável o desempenho de grupos como a Cosan e Aralco, sendo que o primeiro possui as marcas de açúcar “Da Barra” – que conta com uma linha de

produtos que vai desde achocolatados a gelatinas – e “União”, vinculada à Móbil (produtos para lubrificação de motores automotivos em geral) e, mais recentemente, à Esso (rede de postos de abastecimento); e a segunda possui as marcas “Docyto” (açúcar), “Cent” (refresco em pó), “FASS” (cerveja), Bella (cerveja). Ambas possuem, também, produção para mercado nacional e internacional de açúcar, e álcool anidro e hidratado. O grupo Cosan que, em 2005, incorporou a destilaria Destivale, localizada no município de Araçatuba, possui no estado de São Paulo, além da Destivale, 22 unidades de produção de etanol e açúcar, uma em Goiás e outra em Mato Grosso do Sul.

Atualmente, o Grupo Cosan é o maior produtor de etanol do Brasil e realiza crescente monopolização do território, esse grupo possui cinco usinas voltadas à produção de etanol e açúcar que atuam diretamente na Mesorregião de Araçatuba e na Microrregião de Auriflora, conseqüentemente, no município de Nova Luzitânia. Em maio de 2010 o Grupo Cosan inaugurou em Goiás sua primeira usina construída totalmente pelo grupo, o investimento foi de mais de R\$ 1 bilhão. A perspectiva do Grupo é que a usina moa dois milhões de toneladas de cana e produza 180 milhões de litros de etanol na safra de 2010, para a próxima safra há previsão de que sejam produzidos 370 milhões de litros de etanol nessa usina (SCHREIBER, 2010).

A Petrobrás, por meio da subsidiária Petrobrás Biocombustível anunciou em abril de 2010 a parceria com a Açúcar Guarani, obtendo 45,7% das suas ações. A Açúcar Guarani é uma subsidiária da Tereos, grupo de investimento francês e é, atualmente, a terceira maior produtora de açúcar do mercado brasileiro, em fevereiro de 2010 a Açúcar Guarani já havia adquirido 50% da Usina Vertente por 105 milhões de reais (MAGOSSO, 2010) e, em maio de 2010 comprou a Usina Mandú por R\$ 345 milhões (www.diariosp.com.br).

A grande movimentação entre as empresas do setor sucroalcooleiro revela que o mercado está aquecido e aberto para novos investimentos, sendo que as grandes empresas e grupos de investimentos buscam estabelecer a liderança do setor comprando as usinas menores, revelando um futuro com poucas grandes empresas dominando o mesmo.

Conforme dados da União das Agroindústrias Canavieiras (UNICA), o agronegócio canavieiro movimenta cerca de R\$ 50,00 bilhões por ano, o que corresponde a aproximadamente 1,5% do PIB nacional. Sendo responsável ainda

pela geração de 3,6 milhões empregos diretos e indiretos, além de envolver em torno de 72 mil agricultores em todo o país. Assim, o Brasil é hoje o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, açúcar e álcool. Contudo, para tal cenário, deve-se considerar que o país apresenta o menor custo de produção, o qual gira em torno de U\$ 0,22 por litro de etanol. Enquanto os Estados Unidos, a partir do milho, alcança U\$ 0,30 e a União Européia U\$ 0,53, tornando o cenário mundial de produção de biodiesel extremamente favorável ao etanol hidratado e até mesmo para a adição do etanol anidro em gasolina.

Os lucros obtidos pelas empresas do setor sucroalcooleiro são gigantescos e seus participantes estudam, constantemente, métodos de ampliá-los e restringi-los ainda mais para as empresas. Uma das táticas que vem sendo utilizadas para limitar o mercado e os lucros do setor sucroalcooleiro para uma pequena parcela de empresas é a diminuição do uso de firmas terceirizadas em setores de alto retorno – como no caso dos fornecedores de cana, principalmente, no início da safra – e caminhoneiros autônomos.

O investimento tem aumentado no caso do setor produtivo agrícola, isto é, as usinas ampliam a sua participação na produção da matéria prima – a cana de açúcar, conseqüentemente, a participação efetiva dos fornecedores no total de cana processada tem diminuído. Ao se observar os dados nota-se que a quantidade de cana entregue por fornecedores aumentou, entretanto, em um ritmo menor que a ampliação do processamento de cana no Estado, logo, a participação dos fornecedores caiu de 34,7% na safra de 1990-1991 para uma participação de 11,5% na safra de 2004-2005 (Gráfico 09), revelando uma estratégia por parte das indústrias processadoras em reduzir a participação dos fornecedores autônomos.

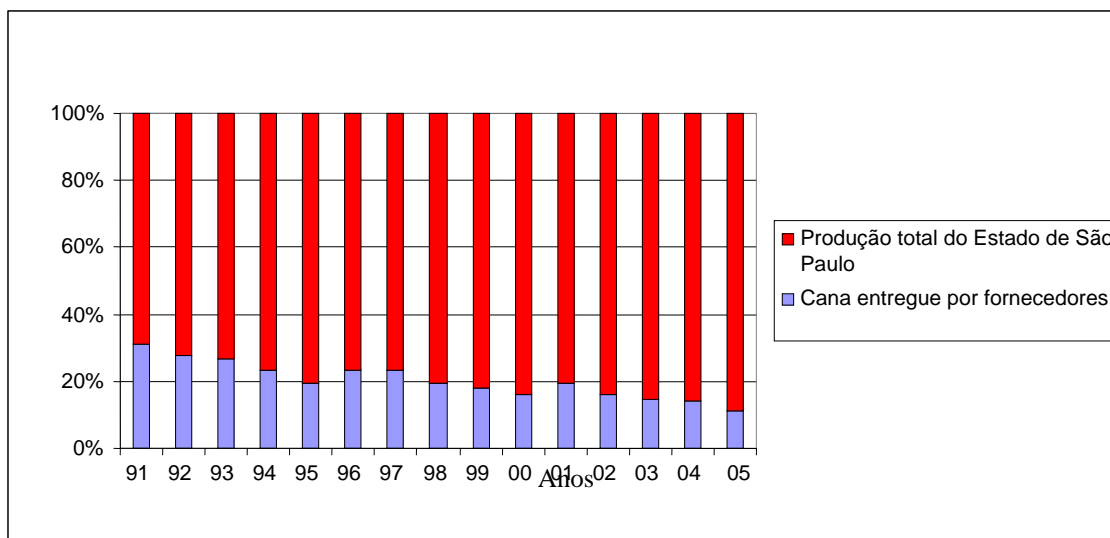


Gráfico 9 – Quantidade de cana entregue pelos fornecedores de cana e participação no total processado no Estado de São Paulo – 1984/1985 a 2004/2005.

Fonte: Unica (2009) e Azevedo (2008)

Organização: Julio Cesar Março

A constante disputa por aumento de participação na entrega de cana-de-açúcar entre fornecedores e empresas processadoras, demonstra a desvinculação entre os setores, as empresas processadoras agem no sentido de diminuir a participação dos fornecedores gerando uma monopolização territorial e produtiva. Observa-se que, a maior participação nos rendimentos por parte dos fornecedores diminui os lucros das empresas processadoras e vice versa, logo, o complexo agroindustrial canavieiro não é um macro complexo e sim, a união entre vários complexos agroindustriais relacionados entre si que, em determinados momentos, possuem objetivos idênticos: a valorização do setor sucroalcooleiro e a elevação dos lucros obtidos com o processamento de cana-de-açúcar.

Salienta-se que, tanto fornecedores quanto as usinas se encontram conectados a uma rede com pontos semelhantes, porém, ocupam posições diferentes, sendo as usinas “nós” com maior grau de conexão e influência. Prova deste fato são a atual diminuição da participação do fornecedor e a diminuição dos preços recebidos pelo produtor canavieiro (Gráfico 10), principalmente, quando se trata do álcool hidratado – álcool utilizado para combustão de veículos automotivos que utilizam motor movido a álcool ou motores bicombustíveis (álcool ou gasolina, denominados “flex”).

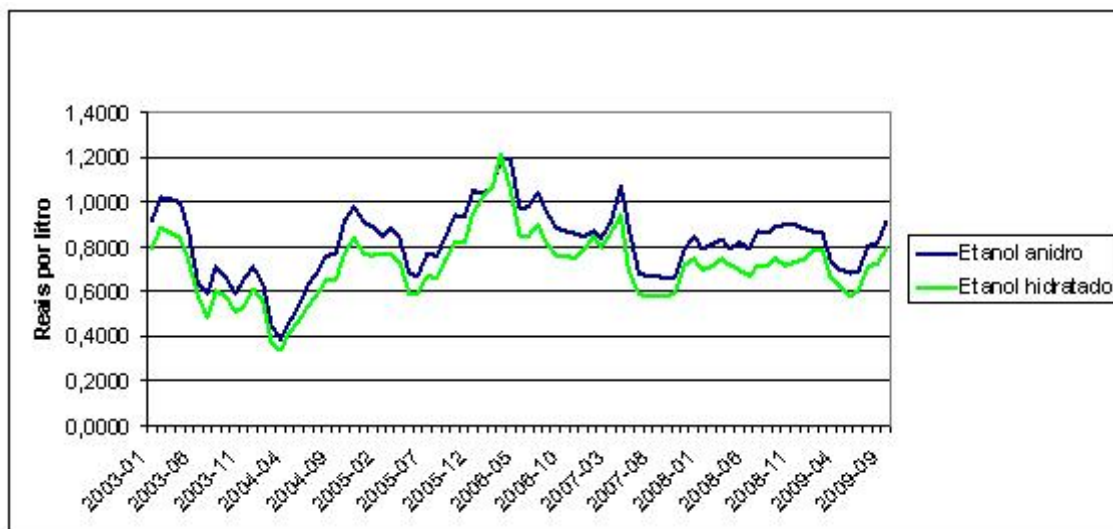


Gráfico 10 – Preços recebidos pelo produtor de São Paulo.

Fonte: Unica (2009)

Organização: Julio Cesar Março

Após o lançamento dos veículos automotivos com motores bicompostíveis (flex), o mercado de combustíveis brasileiro sofreu uma reviravolta, pois, como se pode notar no gráfico 11, de 1983 a 1989, a maioria de carros vendidos eram produzidos com motores movidos a álcool, gerando uma virada no período anterior, no qual, os veículos com motores movidos a gasolina predominavam e o consumo de gasolina era maior. Essa virada inicial é caracterizada pelo PRÓALCOOL, momento em que o governo concede benefícios para a produção do álcool e dos automóveis movidos pelo mesmo. A próxima virada é constituída no ano de 1989 e encerrada em 2005, foi ocasionada pela decadência do PRÓALCOOL e desconfortos ocasionados pela tecnologia insatisfatória dos motores de combustão a álcool que apresentavam dificuldades em seu funcionamento nos períodos de baixas temperaturas. Já no final de 1999 ocorre a retomada de vendas de carros movidos a álcool, essa retomada se deve a melhorias no sistema de combustão destes motores e retorno de benefícios concedidos pelo governo, uma vez que estes benefícios serão transmitidos aos consumidores por meio da redução de preço no álcool hidratado.

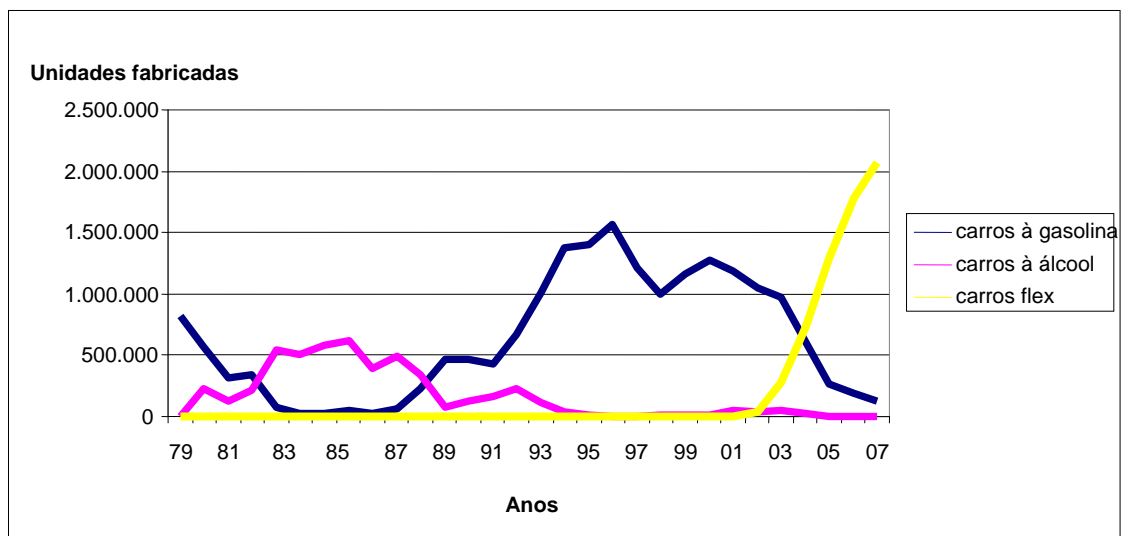


Gráfico 11 – Venda de veículos no Brasil (1979-2007).

Fonte: Unica (2009)

Organização: Julio Cesar Março

O acréscimo de vendas de automóveis movidos a álcool só não foi maior devido ao lançamento, em 2002, dos veículos “flex” que, caíram nas graças dos consumidores, gerando um aumento impressionante nas vendas dos mesmos. Conseqüentemente, o decréscimo assombroso das vendas de veículos movidos a álcool e a gasolina, pois quando os preços de álcool ou gasolina sofrem mudanças, os consumidores têm a opção de mudar de combustível, causando maior flexibilidade na escolha do combustível utilizado, dependendo dos preços exercidos, implicando na redução de gastos dos consumidores que possuem carros dotados dessa tecnologia (Gráfico 11).

A modificação nos padrões de compra de carros influenciada pelo tipo de motor de combustão gerou a inversão das quantidades de álcool anidro e hidratado produzidos dentro das usinas (Gráfico 12). Salienta-se que, o álcool anidro é produzido a partir de um processo específico de produção que lhe garante no mínimo 99,5% de pureza, obtendo maior octanagem e, o álcool hidratado apresenta cerca de 94,5% de pureza, este último é utilizado nos motores de combustão a álcool e nos veículos bicombustíveis (flex) e, o álcool anidro é adicionado à gasolina ou diesel, seu maior grau de octanagem permite que ele seja utilizado para tal fim sem que os motores movidos a outros combustíveis percam rendimento ou sofram desgaste. Portanto, para atender a maior demanda do mercado consumidor pelo álcool hidratado as destilarias passaram a produzir maior quantidade do mesmo.

Percebe-se que a curvatura crescente da produção de álcool hidratado (Gráfico 12) é influenciada pelo aumento de vendas dos carros “flex” (Gráfico 11), reagindo proporcionalmente ao aumento das vendas desses veículos.

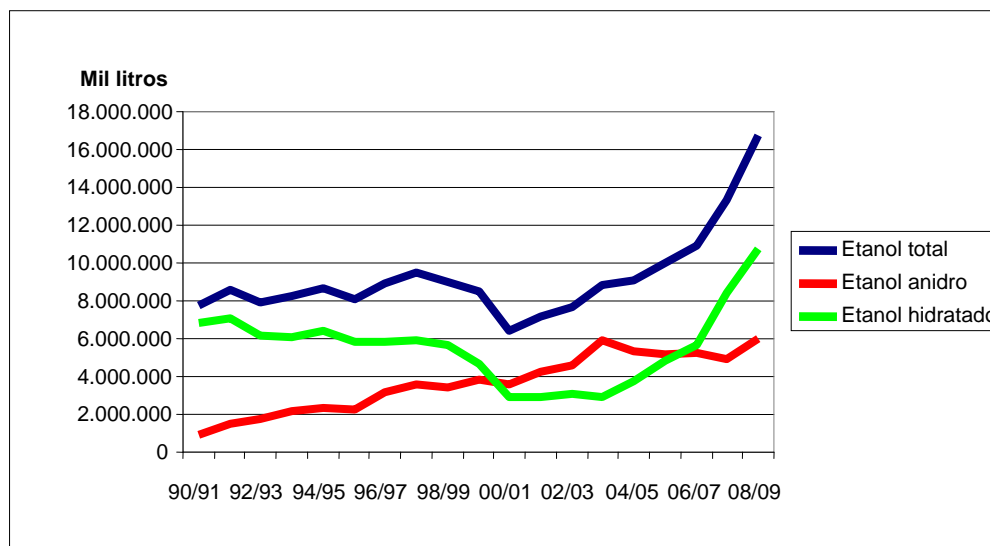


Gráfico 12 – Produção de etanol em São Paulo (1990-2009).

Fonte: Unica (2009)

Organização: Julio Cesar Março

A necessidade de substituição dos derivados do petróleo como principais fontes de combustão para os veículos automotivos forçou a busca por outros combustíveis que viessem a preencher seu lugar. Há mais de 60 anos é possível observar esforços realizados pelo Estado com intuito de diminuir a dependência brasileira em relação ao petróleo internacional.

Atualmente, elegeu-se o etanol como uma das bandeiras brasileiras pelo desenvolvimento sustentável e redução da poluição mundial. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê investimentos da ordem de R\$ 12,1 bilhões para que sejam implantadas usinas de etanol nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste, configurando-se no sucessor do PROALCOOL em relação aos benefícios oferecidos aos empresários do setor sucroalcooleiro (MACHADO, 2008, p. 32). Propagandas favoráveis ao etanol são feitas pelos representantes do governo em todos os encontros internacionais e até a Petrobrás iniciou suas atuações no setor. Porém, as consequências do aumento da produção do etanol nunca foram comentadas. Se o petróleo é um recurso mineral não renovável que carrega riscos

de poluição em sua extração, transporte e uso, o etanol causa a destruição de biomassas e a poluição com o uso de agrotóxicos, queimadas, processo de produção e em sua combustão. Portanto, se a preocupação é a redução da poluição e o desenvolvimento sustentável o governo deveria voltar-se para os automóveis movidos a energia elétrica ou solar, não a veículos movidos por combustão.

3.2 O COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO NO MUNICÍPIO DE NOVA LUZITÂNIA

O ano de 1980 marca o início das atividades sucroalcooleiras nas Mesorregiões de São José do Rio Preto e Araçatuba, conseqüentemente, no município de Nova Luzitânia. Segundo entrevistados, houve negociações para que a unidade inicial da Aralco fosse instalada no município de Nova Luzitânia. Porém, as exigências não foram atendidas e as negociações foram feitas com o município de Santo Antônio do Aracanguá, vizinho de Nova Luzitânia, onde tal destilaria se instalou. Na ocasião, os moradores foram favoráveis à decisão de não ceder às condições propostas, pois, o plantio de cana era uma atividade com grandes complicações, mau cheiro dos resíduos da produção, fumaça e fuligem ocasionadas pelas queimadas e o tráfego intenso de maquinários de grande porte. Soma-se a insegurança de grandes investimentos em um negócio nunca antes executado nesta região.

Nas Mesorregiões de São José do Rio Preto e Araçatuba as primeiras iniciativas para implantação da usina são tomadas no final da década de 1970 por meio do PROCANA. Assim a Aralco, situada no município de Santo Antônio do Aracanguá, foi fundada em setembro de 1978, no entanto, sua primeira safra foi realizada em 1981. Esse período, de quase quatro anos, demonstra a falta de experiência na montagem de unidades processadoras de cana-de-açúcar em quase todo o Estado, uma vez que essas eram as primeiras indústrias instaladas com esse fim na região. Segundo entrevistados, poucos foram os trabalhadores locais que se envolveram nas obras e montagem, em sua maioria, os profissionais especializados vieram de outros Estados e até do exterior, já que na região não existiam trabalhadores aptos para o serviço.

Passados exatos 30 anos da fundação da Aralco, a mesma empresa construiu, em 2008, uma usina no município de Buritama em menos de um ano com mão de obra majoritariamente regional. Em 1980, entrou em funcionamento a segunda destilaria regional, a Destivale – comprada pelo Grupo Cosan, em 2005 (ARALCO, 2009; COSAN, 2009).

Na safra de inauguração a Aralco processou 320 mil toneladas de cana-de-açúcar. Em 1995, produzia 2.500 sacas de açúcar cristal por dia. Na safra de 2008, a mesma processou 1.700 mil toneladas de cana-de-açúcar, transformando a matéria prima em álcool anidro, álcool hidratado, álcool extrafino e açúcar cristal. Esta destilaria passou por várias ampliações e remodelagens, quase multiplicando por seis sua produção atual se comparada com a inicial. Inserido no processo de aumento da produção está sua atuação na produção de cana-de-açúcar, desde 1983, a destilaria investe constantemente na obtenção de terras para produção. Todavia, a compra de terras imobiliza uma grande quantidade de capital, logo, a empresa trabalha, majoritariamente com o arrendamento de propriedades por safras (ARALCO, 2009).

Atuando diretamente no município de Nova Luzitânia e pequenos municípios vizinhos existem 19 destilarias voltadas à produção de etanol e açúcar, a saber, (segundo razão social): Aralco S/A – Indústria e Comércio, Aralco S/A – Açúcar e Álcool, Destilaria Generalco S/A, Usina Paisagem, Cabrera Central Energética Açúcar e Álcool Ltda., Companhia de Energia Moreno – Monte Aprazível Açúcar e Álcool Ltda., Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A, Clealco Açúcar e Álcool S/A, Usina da Barra S/A – Açúcar e Álcool – Filial Destivale, Agroindustrial Oeste Paulista Ltda., Unialco S/A Álcool e Açúcar, Álcool Azul S/A Alcoazul, Usina Santo Antonio do Aracanguá Ltda., Usina São Domingos – Açúcar e Álcool S/A, Biopav S/A Açúcar e Álcool, Destilaria São Geraldo Ltda., COPLASA Açúcar e Álcool Ltda., Açucareira Virgolino de Oliveira S/A, Central Energética da Mata – Santo Antônio do Aracanguá/SP (UNICA, 2009). A presença de tantas empresas garante aos trabalhadores várias opções de serviços e salários. Em alguns casos os trabalhadores percorrem distâncias maiores que 50 quilômetros em transportes das empresas antes de chegarem ao serviço.

A paisagem regional foi transformada em um imenso canavial, em entrevista (TRABALHO DE CAMPO, 2008) José Nascimento afirma: “É difícil se achar uma cabeça de gado, é tudo cana.” Os pequenos produtores, ao passar dos

anos, se viram forçados a arrendar suas terras para as empresas sucroalcooleiras. Os preços pagos sobre as terras arrendadas garantem aos proprietários uma renda fixa, dando oportunidade para que o mesmo busque alternativas para complementação de sua renda, muitos dos entrevistados garantem que seu faturamento mensal nas terras com a produção própria, agora arrendadas, era aproximadamente o mesmo dos valores pagos pelo arrendamento.

O crescimento da produção da cana-de-açúcar trouxe consigo incômodos para os habitantes do espaço rural do município. Para o preparo da terra, plantação das mudas, monitoramento do crescimento, aplicação de herbicidas e fungicidas, colheita e transporte, é necessário que ocorra movimentação constante de maquinários de grande porte, principalmente no plantio e transporte. Falando sobre os incômodos causados no período de plantio da cana Emiliano Março (TRABALHO DE CAMPO, 2008) relata: “Quando os tratores passam a uns 200 metros de distância da casa as telhas chegam vibrar...”, e ainda “Aqueles tratores trabalham 24 horas por dia com aceleração máxima...”. O barulho causado pelo fluxo constante de maquinários de grande porte é apenas um dos inconvenientes causados, segundo os pequenos proprietários o pior deles é o das queimadas. Nas cidades, apenas as grandes quantidades de cinzas são notadas. Porém, no campo, as casas que se localizam próximas aos locais de queimadas correm o risco de serem invadidas por animais silvestres em fuga, não são raros os relatos de cobras, capivaras, cotias, pássaros e outros animais que tentaram se abrigar em casas.

Atualmente, a cidade de Nova Luzitânia encontra-se cercada de canaviais e, mesmo sendo uma pequena cidade – 3.403 habitantes, sendo 2.749 habitantes da área urbana segundo censo 2007 – conta com intensa atividade econômica gerada pelos moradores da cidade e trabalhadores vindos de outras regiões do estado de São Paulo e do Brasil. Nos dias de pagamento, a única agência bancária da cidade é alvo de disputa entre os cortadores de cana que, ao descerem dos ônibus, recém chegados do canavial, enfrentam uma verdadeira maratona para sacarem seu pagamento – o que muitas vezes não acontece devido ao esgotamento de dinheiro dos caixas.

O processo de expansão do plantio da cana-de-açúcar na Microrregião de Auriflama desenvolveu consigo novas relações sociais de trabalho. Como afirma em entrevista Levi Barbosa: “Essa coisa de carteira assinada é de 95 pra cá, antes só assinava a carteira de cortador de cana que se machucava. Pra

levar ao hospital ele tinha que ter carteira assinada, se não se machucasse não tinha” (TRABALHO DE CAMPO, 2009). A falta de atuação e poder dos sindicatos do setor sucroalcooleiro são notáveis, pois quando os trabalhadores realizam greves ou, se manifestam no sentido de obter condições dignas de trabalho, os mesmos não obtêm respostas e, em alguns casos eram reprimidos.

Por exemplo, os acontecimentos desencadeados a partir de uma paralisação realizada, em 1991, em Ribeirão Preto, retratada no documentário “Califórnia à brasileira”. O nome deste documentário remete-se ao fato da cidade de Ribeirão Preto possuir renda per capita próxima a do estado da Califórnia nos Estados Unidos. Contudo, o dinheiro encontra-se nas mãos de poucos. O mesmo documentário narra os conflitos entre polícia e trabalhadores canavieiros que realizaram paralisação geral devido aos baixos salários pagos. Esses trabalhadores realizaram protestos pela cidade e próximos a destilaria que os havia contratado, sendo que a polícia os reprimia utilizando violência e efetuando prisões; na sequência, os polícias iam para os bairros onde os trabalhadores moravam e continuavam agredindo os trabalhadores canavieiros.

O avanço do processo produtivo do complexo agroindustrial canavieiro gerou especialização de trabalhadores do setor. No entanto, em alguns setores das usinas, principalmente no de manutenção, trabalhadores foram treinados a partir de atuação em conjunto com empresas terceirizadas especializadas para realizarem as mesmas tarefas. Tal fato confere ao trabalhador avanço setorial dentro das destilarias e setores produtivos, sendo que, as destilarias deixam de contratar empresas especializadas para realização de serviços, agora realizadas por seus funcionários.

Assim como é o caso de Célio Cordeiro que iniciou seus trabalhos na destilaria ARALCO, conforme nos afirma: “Comecei aprendendo a soldar pra corrigir desgaste no setor de moagem...” (TRABALHO DE CAMPO, 2009). Conforme nos explica Cordeiro, ao chegar à destilaria, a cana passa por uma série de martelos e facas que reduzem a cana a fibras; esse processo é a moagem. No mesmo há o desgaste dos equipamentos através de ação abrasiva severa; logo, quando desgastados, os martelos e facas necessitam do trabalho de recomposição que é realizado a partir de soldagem. A mesma não necessita de grande exatidão, fato que torna este setor da usina uma área de treinamento para soldadores iniciantes que realizam a soldagem com eletrodos ou arame tubular – que são os dois tipos mais

simples de material utilizado para soldagem. A partir de uma contínua intensificação dos trabalhos o mesmo trabalhador passou a realizar tarefas que envolviam maior especialização, chegando a se especializar na produção de peças, ou seja, o entrevistado foi contratado para serviços no setor de produção industrial e tornou-se caldeireiro.

Todavia, a relação de exploração do trabalho humano é uma constante, por exemplo, o entrevistado relata que não obteve uma melhor remuneração e não houve a alteração de cargo em carteira de trabalho, o que o levou a pedir demissão. Poré, tal fato o incentivou a abrir uma empresa de assistência de produção e manutenção para usinas no setor de caldeiraria, na qual é utilizada mão-de-obra de profissionais que, assim como ele, aprenderam a realizar tais processos dentro de usinas da região de Araçatuba e Aurifloma.

Segundo Célio Cordeiro (TRABALHO DE CAMPO, 2009), a caldeiraria engloba entre seus serviços o reparo ou substituição de perfis metálicos, chaparias, grades e pisos; reparo ou substituição de degraus de escadas metálicas em geral; instalação de chapas de reforço em tubulações; construção de laterais, teto e fundo de tanques de armazenagem; reparo ou substituição de chaparia de aço carbono em equipamentos diversos; abertura e fechamento de bocas de visitas e portas de limpeza em tanques; confecção de cestos para filtros e substituição de telas de filtros em tubulações e escapamentos; confecção de pedestais e suportes para instrumentos; confecção e instalação de proteção para acoplamento de bomba, motores e compressores; remoção, instalação e reparo de acessórios rosqueados ou soldados; confecção, remoção e montagem de tubulações; reparo, instalação e confecção de isolamento térmico; entre outros, ou seja, serviços gerais de manutenção e montagem de materiais. O entrevistado, atualmente, é prestador de serviço não apenas da destilaria anteriormente citada como, de outras das Microrregiões de Araçatuba e Aurifloma. Observa-se que o mesmo não possui nenhuma especialização ou curso técnico, apenas a experiência nestes serviços que são realizados periodicamente a fim de obter a maximização no processo produtivo.

Pode-se considerar que o entrevistado é uma exceção no mundo do trabalho do complexo agroindustrial canavieiro; contudo é de fundamental importância para o funcionamento do mesmo. Mas, o que se quer salientar quando se refere a uma exceção é que a grande maioria dos trabalhadores do setor,

particularmente os do corte da cana-de-açúcar, continua sob condições de trabalho extenuantes e tendo seus direitos suprimidos.

O aumento da tecnologia empregada na produção de açúcar e etanol gera novas áreas de serviços e introduz novas técnicas nas antigas formas de produção, por exemplo, tratores que utilizam o sistema de GPS, obrigando os tratoristas a se tornarem aptos ao manuseio do aparelho. Em entrevista (TRABALHO DE CAMPO, 2009) Renato Março, encarregado de tratoristas de uma destilaria da Microrregião de Auriflama, relata que, “Trabalhar de tratorista hoje é muito simples, você tem que colocar o trator na coordenada indicada pelo GPS, colocá-lo no modo automático e esperar ele sair do outro lado do quadro, você não encosta a mão...”, em outras palavras, os tratoristas possuem no trator equipamentos que os orientam, segundo coordenadas de posicionamento sobre sua localização em uma área pré mapeada, os tratoristas indicam no equipamento a área onde irão trabalhar e posiciona o trator, o mesmo, segue automaticamente as coordenadas enviadas pelo sistema de GPS a trajetória indicada. Porém, para instalação deste sistema, muitos tratoristas analfabetos e com baixo nível estudantil foram descartados ou realocados em outras funções.

Devido ao amplo mercado gerado pelo processamento de cana-de-açúcar é grande o número de trabalhadores de outros estados que migram para São Paulo em busca de emprego nos mais diversos setores das usinas, o maior fluxo deste trabalho sazonal é o de cortadores de cana que vem da Região Nordeste e Norte do país. Muitos vêm para o estado de São Paulo em todas as safras, retornando para suas cidades de origem no final delas; outros se estabelecem nas cidades aonde vieram trabalhar, voltando para seus Estados apenas para visitar os parentes e amigos. Manoel Alves de Quadros o “Mané Gato” como é conhecido, veio para o estado de São Paulo por muitas safras, sendo que, em 2000, veio de Minas Gerais para se estabelecer na cidade de Nova Luzitânia onde continua até hoje. O mesmo se tornou “gato”, ou seja, é responsável por contratar trabalhadores para o corte de cana, a partir de seus familiares e conhecidos, em Minas Gerais, contrata trabalhadores para corte de cana em usinas da Microrregião de Auriflama, em entrevista afirma: “Já cheguei a contratar mais de 200 trabalhadores em uma safra” (TRABALHO DE CAMPO, 2009).

O “gato”, ou seja, o intermediário se torna o representante destes trabalhadores, tanto nas usinas, quanto na cidade onde os mesmos residem. Nas

usinas ele é o responsável pelos trabalhadores, sendo uma espécie de fiscal, averiguando rendimento e exatidão do corte de cana, nas cidades ele é quem verifica as condições de moradia, resolve conflitos entre os trabalhadores e serve como garantia aos trabalhadores que chegam sem dinheiro e necessitam de mantimentos básicos para alimentação, saúde.

Outros cortadores de cana ficam nas cidades simplesmente devido às melhores condições encontradas quando em comparação com seus locais de origem, como é o caso de Antônio Cleber de Oliveira que em entrevista relata: “Vou voltar pro Piauí pra quê? Daqui uns dias tenho que voltar; aqui posso ficar com minha família e na entre safra trabalho de diarista...” (TRABALHO DE CAMPO, 2009). Em alguns casos, as destilarias evitam contratar os “gatos” devido a sua situação informal, assim os cortadores – safristas como são denominados – de outros Estados unem-se e saem à procura de trabalho em todo o trajeto percorrido desde o Estado origem. Raimundo Cordeiro Silveira, maranhense, realiza desde 2002, viagens com outros cortadores de cana sem auxílio ou contato com “gatos” em entrevista ele disse: “Tem que ser meio doido, junta uns 50 peão dentro dum ‘busão’ e sai de usina em usina, onde pagar mais a gente fica.” (TRABALHO DE CAMPO, 2009), ou seja, para eliminar um possível intermediário na contratação, esses trabalhadores preferem buscar por si mesmos melhores condições de trabalho, uma vez que o “gato” recebe porcentagem sobre o serviço dos trabalhadores por ele contratados.

Para compreendermos como são aplicados os preços da cana-de-açúcar cortada pelos trabalhadores, bem como seus salários, entrevistamos Paulo Sérgio Araújo (TRABALHO DE CAMPO, 2010) que trabalha como fiscal geral de cortadores de cana há mais de 15 anos. Araújo nos explica que anterior ao início do corte da cana cabe ao fiscal calcular o preço que será pago pelo metro da cana cortada, a partir da observação e experiência do fiscal, ele baseia quantas toneladas por hectare serão obtidas. Segundo nosso entrevistado, a média de toneladas por hectare do município de Nova Luzitânia é de 70 a 80 toneladas por hectare, para se calcular o preço da cana divide-se a estimativa das toneladas por hectare que o fiscal indica pelo espaçamento do plantio das ruas, sendo esses de 1,40 m ou de 1,50 m. Nos locais onde o plantio foi feito com distanciamento de 1,40 m a estimativa de toneladas por hectare é dividida por 1,428 m e, nos locais onde o espaçamento é de 1,50 m a estimativa de toneladas por hectare é dividida por 1,333

m. O valor resultante é multiplicado pelo preço da tonelada da cana – na oportunidade da entrevista, o preço era de R\$ 2,91 por tonelada –, obtendo-se o preço do metro cortado da cana.

A variação do preço do metro cortado da cana-de-açúcar depende da produtividade da área, segundo Paulo Sérgio Araújo, nos locais onde a cana se encontra deitada (Figura 05) o preço do metro cortado é maior e, ainda maior nos locais onde a cana é velha, esta deitada e retorcida pela ação do vento. Essa variação do preço serve para compensar a baixa produtividade do dia de serviço dos cortadores. Nos locais onde há grande quantidade de cana por hectare os preços são maiores e, nos locais de pequena quantidade os preços são menores. Isso ocorre devido à maior ou menor dificuldade do corte da cana por metro, ou seja, nos locais em que há grande quantidade de cana por metro é mais difícil que o trabalhador corte muitos metros e ocorre o contrário nas áreas com pouca cana por metro; logo, nos locais onde a cana foi queimada há maior facilidade em seu corte, causando queda no preço (Figura 06).



Figura 5 – Cana deitada.

Fonte: Julio Cesar Março, 2010.



Figura 6 – Áreas de queima de palha da cana de açúcar.
Fonte: Julio Cesar Março (2010).

Segundo o fiscal, os preços sempre são calculados na hora de chegada dos cortadores aos locais e medida no final do dia (Figura 07), ele ainda afirma que nem sempre os cortadores concordam com os preços e, nem por isso eles são revistos. Porém, se o fiscal fizer uma estimativa de toneladas por hectare abaixo da que se obteve, o preço do metro de cana cortada é corrigido. No caso dos cortadores de cana se negarem a trabalhar devido ao preço da cana cortada, o fiscal entrega um relatório para a destilaria que decidirá por suspender ou demitir os cortadores de cana.



Figura 7 – Fiscal medindo cana cortada.
Fonte: Julio Cesar Março, 2010.

Quando questionado sobre o corte mecanizado de cana-de-açúcar, Paulo Sérgio Araújo responde que os arrendatários e a própria empresa preferem o corte manual pela maior produtividade, pois, os cortadores conseguem cortar a cana com maior proximidade do solo, aumentando a produtividade, eliminando os talos das canas cortadas (Figura 08) e os problemas causados pelos mesmos, tais como furos em pneus dos maquinários utilizados no processo produtivo. Segundo nosso entrevistado, é a Companhia Ambiental do estado de São Paulo (CETESB) que indica quantos hectares devem ser cortados com maquinários e quantos devem ser cortados por corte manual.



Figura 8 – Eficiência do corte manual.
Fonte: Julio Cesar Março, 2010.

O fiscal ainda afirma que as áreas onde a cana é queimada são, preferencialmente, cortadas através do corte manual e são previamente anunciados aos moradores pelo site das empresas, nas áreas mais afastadas das cidades os avisos são feitos pelos sites e há visitas às casas dos moradores do campo para certificá-los das queimadas. O corte mecanizado é realizado em locais planos com inclinação inferior a 15 graus, sendo que as empresas optam por selecioná-los segundo a idade da cana e disposição topográfica, ou seja, nos locais em que a cana é mais velha e com menor inclinação e nunca foram queimados (Figura 09).



Figura 9 – Área reservada para corte mecanizado.
Fonte: Julio Cesar Março (2010).

Portanto, as áreas onde a colheita é feita através de máquinas seriam de alta rentabilidade para os cortadores de cana. Em tais locais, contribuiriam para a maior rentabilidade do cortador o relevo menos acidentado (áreas com declividades abaixo de 15 graus), a idade e o posicionamento da cana, pois a colheita mecanizada não pode ser realizada em áreas que as canas se encontram deitadas ou contorcidas (Figura 10). O corte de cana em áreas de baixa declividade reduz o desgaste físico do cortador. A idade da cana é um dos fatores que aumentam o preço do metro cortado (quanto mais velha maior o preço) e o posicionamento da cana reduziria o tempo de corte, ou seja, as áreas destinadas ao corte mecanizado trariam maior rentabilidade aos cortadores e menor desgaste físico.



Figura 10 – Corte mecanizado.
Fonte: ESALQ (2010).

Outra forma de trabalho sazonal criado com o aumento e evolução das atividades canavieiras é a de profissionais de manutenção de equipamentos. Entre eles encontram-se mecânicos de colheitadeiras de cana, mecânicos de máquinas niveladoras, enfim, assistentes de manutenção de maquinários e equipamentos de alta tecnologia. Esses trabalhadores qualificados se estabelecem nas cidades por períodos menores, de aproximadamente três meses; período em que os equipamentos que são responsáveis pela manutenção são instalados ou estão no período de constante uso, o que demanda maiores cuidados. Assim como relata João Paulo Pereira, instalador e instrutor para uso de GPS em tratores: “Em 2008 passei por nove cidades, sem contar às vezes que voltei pra manutenção, depois que ligam pra mim, tenho dez horas pra estar no local...” (TRABALHO DE CAMPO, 2009). Estes trabalhadores possuem maior qualificação, em alguns casos são químicos, engenheiros e agrônomos contratados por grandes empresas de insumos e tecnologia para o campo, recebem cuidados diferenciados, sendo alojados em casas maiores e mais confortáveis.

A formação de profissionais que contam apenas com a experiência é um processo desenvolvido em meio ao crescimento da atuação das destilarias.

Observa-se que, nas pequenas cidades das Microrregiões de Araçatuba e Auriflamma o trabalho no setor sucroalcooleiro é a opção mais óbvia aos trabalhadores. Dessa forma, muitos iniciam sua carreira profissional nas usinas e buscam evolução dentro do setor. Tal fato pode ser observado na experiência de Leandro Scaliante, que entrou em uma das destilarias da Microrregião de Auriflamma como operador de balança passando por vários setores até chegar à área administrativa. Após terminar o curso de Administração deixou a mesma, “Eles te deixam com registro em carteira em uma função enquanto te pagam o salário de outra, te mudam de setor e não alteram a carteira, além de não pagar o salário que deveria receber pela função...”(TRABALHO DE CAMPO, 2009).

É possível considerar que dentro de uma usina o trabalhador tem chances de evoluir em sua carreira profissional. No entanto, tem que aceitar as irregularidades que lhe serão impostas. Ao serem questionados sobre a atuação sindical dentro das usinas os trabalhadores, responderam que as ações sindicais voltam-se para oferecer serviços como: casas em praias com descontos para associados e entradas francas em exposições e eventos do setor sucroalcooleiro.

Nesse sentido, Thomaz (2005, p. 11), coloca que a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salário esbarra na inoperância do setor sindical sucroalcooleiro o que se deve ao intenso fracionamento das categorias de trabalhadores. O autor informa que a estrutura dos sindicatos atua inviabilizando a constituição de um objetivo único, sendo que, para os mais de 19.000 sindicatos presentes no Brasil há apenas sete centrais sindicais. O mesmo salienta que este fato é paradoxal por si só, uma vez que a criação de sindicatos não necessita de autorização judicial, porém, há a obrigatoriedade de apenas uma central por categoria. Thomaz (2005, p. 13) afirma que a atuação dos sindicatos sucroalcooleiros não vai além da fase produtiva, negligenciando de seu campo de atuação os componentes básicos de reprodução do trabalhador, como: habitação, educação, saneamento básico.

Dessa forma, o autor deixa claro que a atuação dos sindicatos é incompleta e ineficiente, segundo entrevistas realizadas com cortadores de cana, a maior parte das usinas oferece as ferramentas utilizadas para o corte. Porém, o preço das mesmas é descontado no pagamento. Quanto aos materiais de proteção do trabalhador, eles são entregues no início da safra e recolhidos no fim, segundo Giovanni de Freitas, cortador de cana natural de Piauí, “Se você perde ou se quebrar,

“você tem que comprar outro” (TRABALHO DE CAMPO, 2009). Assim, as empresas canavieiras realizam a comercialização de materiais, como: protetores para as canelas, luvas de proteção, facões e limas, entre outros.

Nesse contexto, a atuação de repreensão sobre os questionamentos e reivindicações dos trabalhadores é forte e presente nas usinas, pois, quando em entrevista, informávamos aos trabalhadores que seus nomes seriam usados no presente trabalho, a reação era a mesma. Dos 18 trabalhadores entrevistados, apenas três não se opuseram a declaração de seus nomes. L. F. G., tratorista de uma das destilarias da Microrregião de Aurifloma afirma, “Se eles ficam sabendo duma coisa dessas é conversa na cabeça na hora!”. Segundo o mesmo tratorista, houve casos em que um trabalhador entrou com ação judicial contra a empresa e todos seus familiares que, eram empregados na mesma, foram demitidos dentro de um mês, como o mesmo afirma “Se colocar no ‘pau’, pode contar pra família que estão todos na rua!”. L. F. G. ainda afirma que, as usinas mantêm uma listagem com os nomes dos trabalhadores que já efetivaram ações judiciais contra outras empresas do mesmo ramo a fim de evitar que os mesmos sejam contratados (TRABALHO DE CAMPO, 2009).

Entre as diversas reclamações dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro, uma aparece com frequência: a utilização do sistema de banco de horas para pagamento de horas extras. O banco de horas consiste em dar ao trabalhador uma parte das horas extras realizadas pelo mesmo em forma de tempo de folga, ou seja, quanto mais horas extras o trabalhador realizar, mais ele acumula, que podem ser convertidas em férias ou horas sem trabalho. No entanto, muitos trabalhadores reclamam que nunca podem retirar essas horas quando lhes convém e, todos prefeririam que as horas extras fossem convertidas e adicionadas no pagamento. Quando questionado sobre o aceite do banco de hora, D. S. C. empacotador do setor de açúcar de uma das destilarias da Microrregião de Araçatuba, nos afirma: “Pra trabalhar em usina você não pode falar muito, senão os fiscais te ‘queimam’, é melhor você esperar um ‘bocado’ falar...” (TRABALHO DE CAMPO, 2009).

Portanto, se as relações de trabalho do início do século XIX eram marcadas pela exploração de grandes fazendeiros sobre trabalhadores, pela falta de uma constituição que lhes garantissem direitos básicos e pela “palavra” dos homens do campo, a fase atual é caracterizada pela política de censura e repressão,

aparentemente oculta, dos trabalhadores por parte das grandes agroindústrias do complexo canavieiro, além da total inoperância de um sindicato entregue aos interesses de poucos detentores de conglomerados multimilionários apoiados pelas políticas dos governos estaduais e federal.

Passaremos a discussão de como se originou o complexo agroindustrial e sua atuação através das redes, destacando sua origem e processos que complexificaram e forçaram a utilização das redes geográficas e sua consequente construção e alteração dos territórios.

3.3 A ATUAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS EM REDE – A GLOBALIZAÇÃO

O século XVI trouxe consigo grandes descobertas científicas que transformaram a realidade mundial, abrindo novas possibilidades para diversas áreas da ciência que, em muitos casos fizeram uso de descobertas de outros ramos da ciência aplicadas às suas. Avanços consideráveis foram feitos do renascimento cultural ao período atual. Porém, no que diz respeito ao desenvolvimento agrícola brasileiro, somente quatro séculos após a chegada dos portugueses podemos falar de uma evolução efetiva considerando a aplicação de novas técnicas e maquinários no campo (ELIAS, 2002).

A aplicação dessas técnicas inovadoras agiu diretamente na produtividade agropecuária, tanto no cultivo quanto na criação de animais; tais modificações foram originadas a partir da atuação da ciência, tecnologia e informação impulsionadas pelo processo de globalização. Mudadas as bases técnicas da agricultura, o país encontrava-se apto a inserir-se no período da agricultura globalizada. O emprego dessas inovações gerou novas possibilidades de investimentos e junção de interesses com outros setores econômicos, causando a fusão, principalmente, do setor industrial com o agropecuário, sendo que o primeiro se apropria do processo de produção (ELIAS, 2002; MARAFON, 1998).

A utilização de maquinários, insumos químicos e biotecnológicos trouxe consigo a necessidade de especialização dos trabalhadores e causou o consequente aumento da divisão social e territorial do trabalho. Esses processos foram alavancados pela ampliação da eficácia produtiva inerente à globalização,

porém, os maiores obstáculos a esse aumento estão nas características triviais da agricultura. Sabemos que a produção agropecuária é, necessariamente, influenciada pelas condições naturais, tais como, solo, relevo, condições climáticas, temperatura, topografia, entre outros, logo, o desafio para que se gerasse o aumento da eficácia produtiva e redução do tempo de produção no setor agropecuário seria causar a quebra da dependência do setor em relação às condições naturais. Para isso, uma das principais orientações seguidas pelo progresso tecnológico na agricultura foi a criação e produção em escala industrial de insumos artificiais que substituíssem as condições naturais, de modo a se conseguir reduzir as perdas e aumentar os ganhos causados pelas condições naturais encontradas nas áreas de produção, dando ao setor a possibilidade de manipular os ciclos biológicos e inculcar ao setor as características da produção industrial, com tempos, gastos e produção previstos e calculáveis. (ELIAS, 2002).

A transformação do setor agropecuário brasileiro apresenta segundo Elias (2002) três períodos que são marcos de mudanças, sendo eles, as décadas de 1950, 1960 e 1970. Não cabe aqui retomarmos a discussão feita no primeiro capítulo sobre o conceito de um único macro-complexo agroindustrial ou de vários complexos agroindustriais, mas cabe frisamos que a opção que alicerça a presente pesquisa é pelo segundo conceito, assim demonstraremos de forma sucinta como os antigos complexos agroindustriais foram transformados nos atuais CAIs com atuação em rede, particularmente inseridos no movimento de mundialização do capital.

A década de 1950 foi marcada pela mudança da base técnica e busca por insumos artificiais, tais insumos foram obtidos via importação, visto que sua produção no Brasil era inviável devido a inexistência do setor de produção e investimentos nessa área. Logo, a década de 1950 representa o esforço inicial para que se rompessem as amarras do setor agropecuário e este pudesse caminhar rumo à menor dependência das ocorrências naturais.

O próximo passo para a modernização da agropecuária brasileira foi dado na década de 1960, neste período houve a tomada do setor produtivo do campo pelas grandes corporações, principalmente, as indústrias processadoras. Essa década foi responsável pelo aumento da industrialização da agricultura, a montante (fertilizantes, maquinários, sementes, etc.) e a jusante (agroindústrias),

forçando a dinâmica da agricultura aos padrões de acumulação industrial e iniciando os complexos agroindustriais.

A década de 1970 trouxe a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira. Gerando a integração de capitais dos setores industriais, bancários e agrários na agropecuária. É na década de 1970 que podemos observar a oligopolização do setor através da aparição dos modernos complexos agroindustriais geridos por corporações. A produção é comandada pelo capital financeiro e industrial, havendo contato com inovações presentes em diferentes locais do mundo e o forte contato com o mercado internacional conquistado através da produção padronizada. (ELIAS, 2002)

A padronização dos produtos alimentares ou semi-industrializados lançou os complexos agroindustriais brasileiros no mercado internacional, voltando-os à produção para o consumo em massa e globalizado, tornando sua atuação através das redes geográficas mais evidentes e, aumentando ainda mais o poder dos CAIs. A atuação por meio de redes geográficas intensificou a distância dos locais de produção dos centros de decisões e pesquisas. Tal atuação não demonstra uma ruptura e sim, uma adaptação do setor às demandas internacionais (ELIAS, 2002).

Atualmente, a biotecnologia se firmou como novo paradigma para o setor agropecuário. A biotecnologia trouxe ao setor transformações substanciais no aumento da produtividade e economia de uso de insumos artificiais, criando novas espécies, abreviando os ciclos produtivos, tornando realidade a seleção de características, aumentando o número de safras em um ano, aumentando a rentabilidade, criando a apropriação de sementes e variedades e causando a perda da soberania alimentar.

A adoção do uso e aprofundamento das pesquisas biotecnológicas alterou o cenário da produção mundial. A padronização da produção é levada a graus extremos, a produção ocorre em diversos países através de um sistema idêntico seguido à risca, o intuito dessa produção é voltada à obtenção de um produto final idêntico nos mais variados locais do mundo. As corporações multinacionais são detentoras desse padrão produção, tornando-o inacessível aos pequenos produtores, a menos que esses se integrem a tais corporações ou se tornem fornecedores.

Como citamos anteriormente, os complexos agroindustriais canavieiros utilizam a padronização da produção e desenvolvem espécies geneticamente alteradas. No Brasil, o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) é o maior exemplo dessa prática, constituindo um dos elos das redes de produção do complexo agroindustrial canavieiro.

3.4 ATUAÇÃO TERRITORIAL EM REDE DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL: ARALCO

A atuação do complexo agroindustrial canavieiro no município de Nova Luzitânia é intensa e facilmente observável, principalmente, em sua população. A cidade abriga, atualmente, trabalhadores de diferentes regiões do Brasil, os mesmos atuam em diferentes funções dentro deste complexo. A presença mais notável é a de cortadores de cana devido ao seu grande número e sotaques diferentes, em sua maioria são naturais de estados nordestinos, tais como Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Maranhão, Piauí e Paraíba.

Mediante os dados que obtivemos da Aralco, empresa do setor canavieiro, atuante diretamente no município de Nova Luzitânia desde a década de 1980, são 2.644 trabalhadores registrados na empresa – situada no município vizinho ao de Nova Luzitânia– no ano de 2010. A maioria desses trabalhadores está vinculada aos serviços agrícolas, totalizando 1.614. Segundo os dados obtidos, dos trabalhadores que exercem funções agrícolas 890 são cortadores de cana e nenhum deles é de qualquer um dos municípios do entorno da empresa, são todos mineiros e maranhenses. Os mineiros são originários de Espinosa e Itamarandiba, os maranhenses são de São Francisco (figura 11).



Figura 11 – Fluxo de cortadores de cana para a Aralco.
Organização: Julio Cesar Março

Podemos notar que, uma empresa do complexo agroindustrial canavieiro gera grande número de empregos, localizados, em sua maioria, na área agrícola. Essa mão de obra é originária de outros estados brasileiros e possui pequena variedade no que diz respeito à cidade de origem. A pequena diversidade de cidades de origem se justifica no fato de que estes trabalhadores, em sua maioria, são arregimentados por meio de contatos com os “gatos” (intermediário entre a empresa e o trabalhador) ou formam grupos que viajam pelos estados produtores de cana-de-açúcar em busca de empregos. Logo, ambos os processos são feitos entre os trabalhadores que já se conhecem ou possuem algum grau de parentesco, como comentamos anteriormente.

Seu período de trabalho é de março ao início de dezembro, porém, devido à utilização de espécies geneticamente alteradas, esses trabalhadores têm migrado de seus estados cada vez mais cedo (início de fevereiro) e retornado cada vez mais tarde (fim de dezembro). Tal fluxo de trabalhadores é criado pela atuação do CAI sucroalcooleiro com intuito de suprir a demanda por trabalhadores braçais. Pois, esses complexos optaram por especializar os trabalhadores das áreas onde estão localizados, o que torna notável este fato é não encontrarmos nenhum trabalhador no setor agrícola com origem nas cidades próximas a empresa ou no estado de São Paulo.

Trabalhadores especializados – como técnicos em química, operadores de caldeira, soldadores, caldeireiros, tratoristas, auxiliares de laboratório, entre outros – presentes em áreas próximas às unidades processadoras demandam menores investimentos, uma vez que os mesmos não aceitariam baixas condições de moradia. Como se pode notar no exemplo dos trabalhadores especializados que são de outras regiões, obrigando-os a se estabelecerem nas cidades onde seus serviços serão prestados por curtos períodos. Tais trabalhadores são alojados em casas bem localizadas, amplas e não aceitam divisão de quarto com outro trabalhador, como resultado desse fato, as empresas são obrigadas a arcarem com maiores custos. Portanto, a especialização dos trabalhadores locais por parte do complexo agroindustrial canavieiro demonstra sua preocupação em redução de gastos, marcando sua atuação territorial.

Logo, como consequência da atuação territorial do CAI canavieiro o município de Nova Luzitânia conta com a presença de trabalhadores de diferentes funções em diferentes períodos do ano, fato tornado mais visível nos períodos de safra e entressafra. A própria cidade se prepara, moradores constroem casas para serem alugadas tanto para os cortadores de cana quanto para os trabalhadores especializados. Logicamente, as casas destinadas ao uso dos primeiros possuem piores condições, menores tamanhos e são localizadas nas áreas periféricas da cidade.

A presença dos trabalhadores locais é notada na indústria. São 140 no total e, são moradores de Santo Antônio do Aracanguá, Vicentinópolis, Nova Luzitânia, Gastão Vidigal e Araçatuba, sendo a última a mais distante, aproximadamente 37 km. Confirmando o que afirmamos anteriormente.

Podemos observar que as redes surgem a partir da intensificação da busca pela dominação e apropriação do território, no caso, fica claro que a atuação do CAI sucroalcooleiro, cristalizado na Aralco, cria as redes de trabalhadores visando à dominação do território em prol dos seus objetivos. Segundo Saquet (2005, p. 02), “O território é objetivado por relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas.” Essas relações de poder ou delimitações de campos de ações são as práticas espaciais que irão constituir o território. Portanto, o movimento inerente ao território pode ser compreendido como relações de poder e essas relações são características das redes (exemplo do fluxo de

trabalhadores), em outras palavras, relações de poder, movimento territorial e redes geográficas estão intimamente ligadas e interligadas, um fazendo parte do outro e vice-versa. Saquet afirma que:

[...] alguns elementos e/ou aspectos são centrais ao território. São eles: as **redes** de circulação e comunicação (movimento); as relações de **poder**, que significam resumidamente dominação e subordinação que se cristalizam no âmbito da E-P-C (movimento), e, a formação de **identidades** locais/enraizamento/ligação/lugar (movimento) (2005, p. 2, negrito do autor).

O autor adiciona o movimento entre todas as características centrais do território, ou seja, o território é composto pelo movimento, sendo que este é a característica central do território. A compreensão do movimento como característica central do território. Salientamos que, o movimento não é entendido como algo simples ou único, ele possui diferentes meios de atuação, como mencionamos: relações de poder, redes geográficas, identidades, entre outros. Nesse sentido, a presença do complexo agroindustrial canavieiro altera os fluxos (movimentos) territoriais segundo suas necessidades. No período de safra, são observados intensos fluxos próximos às unidades processadoras, principalmente de maquinários de grande porte, tais como tratores, niveladoras, caminhões pipa, caminhões de transporte de cana, ônibus de transporte de trabalhadores e caminhões para transporte da produção. O período de entressafra é marcado por um grande fluxo de empresas especializadas contratadas para manutenção, provenientes de diversas áreas dos seguintes estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tais empresas, em sua maioria, estão relacionadas a funções específicas que exigem profissionais graduados ou venda de máquinas utilizadas no processamento e manutenção da unidade processadora, bem como empresas de softwares e hardwares.

Os fluxos colocados em prática pelo complexo demonstram que o movimento está no território e se configura na condição da atuação em redes dos complexos agroindustriais, assim como afirma Saquet:

Para entender o território em movimento e este no território, a relação tempo-espaço é central, [...], pois esta relação, em-si, é movimento. As mudanças e permanências, conjugadas, relacionadas, estão em constante movimento; são processuais e relacionais; estruturais e conjunturais. O território é relacional e

processual. É produto e condição da articulação existente entre o tempo histórico e os coexistentes (pluriescalaridade) (2005, p. 06).

Portanto, a complexidade do território está no movimento e ele é causado por diversos processos que atuam de diferentes formas, porém, todos eles se encontram conectados e interligados. Observamos que, a diferença tempo-espaço é influenciada e utilizada pelos agentes territoriais, conforme discutimos anteriormente, segundo a intencionalidade dos agentes os territórios serão dotados de maior ou menor fluidez. Dessa forma, na fase de colheita e processamento da cana de açúcar a atividade das empresas relacionadas aos CAIs sucroalcooleiros possui atuação territorial menor, seus maiores fluxos estão ativos em pequenas distâncias das unidades processadoras, excetuando-se a escoação da produção, que pode chegar ao nível global. Nos períodos de entressafra os fluxos de atuação dessas empresas alcançam seu nível máximo, uma vez que a atividade interna de processamento é reduzida, entretanto é o período em que os fluxos informacionais atuam de forma mais intensa, no qual são buscados acordos e negociações com empresas nacionais e internacionais. Em entrevista, Leandro Scaliante (TRABALHO DE CAMPO, 2009) afirma que “A entressafra é o período das grandes negociações, muitas vezes essas negociações são intermediadas por empresas que atuam no setor de compra e venda, lidando apenas com isso...”.

Como exemplo da atuação em diferentes territórios, bem como modificação dos mesmos podemos citar o exemplo da Aralco. Segundo o entrevistado e os dados fornecidos pela empresa, a Aralco mantém como clientes a Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, Petrobrás Distribuidora S/A, Petrosol Distribuidora de Petróleo Ltda, Repsol Ypf Distribuidora S/A, Shell Brasil S/A, Ipiranga Produtos de Petróleo S/A, Bunge Alimentos S/A e SUCDEN do Brasil LTDA. A empresa possui contrato fixo com a Ipiranga, Petrobrás e Shell do Brasil, sendo obrigada a produzir 100.000 m³ de álcool hidratado para cumprir seu contrato, 50% desse total é enviado à Ipiranga, 25% para a Petrobrás e 25% para a Shell do Brasil. O restante da produção de etanol hidratado é livre para ser comercializadas com outras empresas como a Repsol e a Petrosol, clientes frequentes da Aralco que não possuem contrato fixo, empresas como a Bunge e a SUCDEN que se interessam álcool anidro, conforme comentado anteriormente, esse produto possui

maior grau de pureza e pode ser utilizado para fins diferentes da combustão em veículos automotivos.

Na safra 2009/2010 a Aralco firmou contrato com a Bunge (*Tranding* francesa), SUCDEN (*Tranding* americana), Copersucar (*Tranding* brasileira) e ED & F MAN (*Tranding* inglesa) na produção e entrega de 220.000 toneladas de açúcar. Essas *trandings* são responsáveis pela exportação do açúcar para os mais diversos fins e localizações em todo o mundo. A partir dos dados fornecidos pela Aralco pudemos configurar a rede utilizada para a exportação do açúcar (figura 12). Através da atuação de quatro *trandings* a produção de açúcar da empresa alcançou 18 países no ano de 2009, demonstrando o poder de atuação territorial das redes utilizadas pelo complexo agroindustrial sucroalcooleiro. A configuração da rede criada para exportação e distribuição do álcool anidro e hidrato não pode ser desenvolvida, pois, os compradores dos mesmos não revelam seus destinos, visto que tais mercadorias não se destinam ao consumo alimentar. Salientamos que, a empresa não exporta 100% de sua produção de açúcar, uma vez que possui sua própria marca de açúcar – Docyto, como previamente informado.

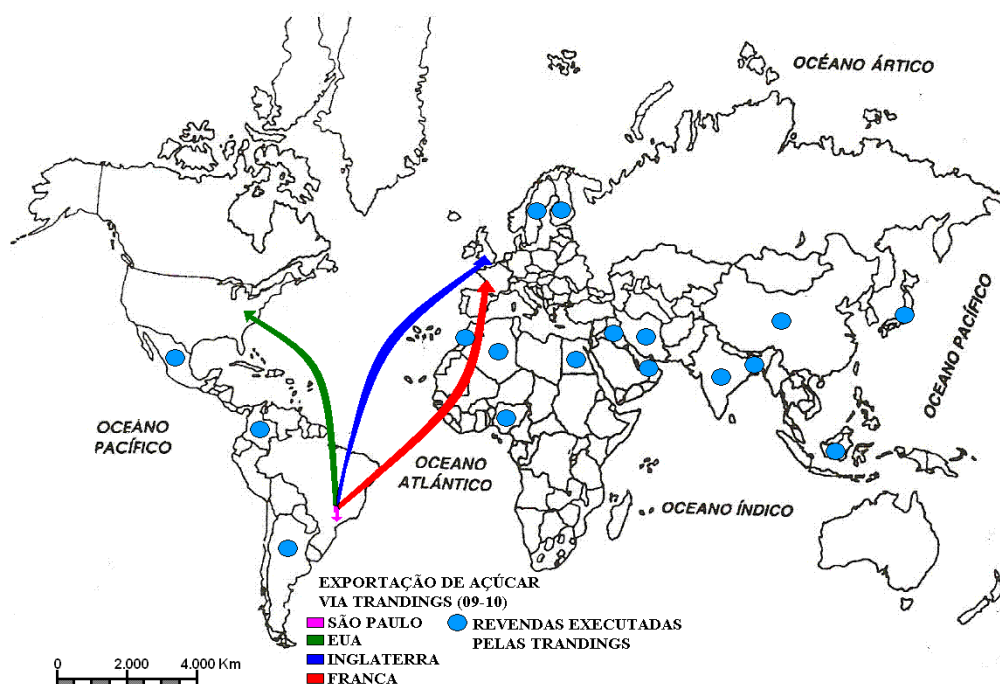


Figura 12 – Rede de exportação de açúcar da empresa Aralco a partir da atuação de empresas *trandings*.

Organização: Julio Cesar Março

Lógicamente, para garantir a produção de açúcar e etanol anidro e hidratado a Aralco é obrigada a manter uma ampla rede de contatos e transações com empresas fornecedoras de mercadorias e mão de obra. Essa rede é muito mais complexa que a configurada a partir do setor de vendas, pois, apenas 10 empresas mantêm contratos de longo prazo com a Aralco (figura 13), uma vez que na área de fornecimento de materiais em geral as compras são realizadas através de comparação de preços e análise de vantagens oferecidas. A empresa mantém um cadastro de contatos com mais de 100 possíveis fornecedoras dos mais diversos produtos e tipos de mão de obra, desde fornecedoras de materiais de construção – parafusos, chapas metálicas, fiação, materiais de soldagem – a empresas de manutenção de caldeiras e maquinários agrícolas. A maior parte das empresas que fornecem materiais para a Aralco é localizada no Estado de São Paulo e possuem filiais próximas à empresa em cidades como Araçatuba e São José do Rio Preto, além de manterem contato constante através de vendedores e representantes que realizam visitas regulares à Aralco. Segundo informações da empresa, as relações constantes com as fornecedoras (figura 13) são voltadas a áreas fundamentais para manutenção da produção e qualidade. Piracicaba é um pólo tecnológico do setor sucroalcooleiro (sendo sede da CTC), fornecendo maquinários agrícolas e implementos, turbinas, equipamentos pneumáticos, inovações tecnológicas (entre elas, espécies de cana de açúcar geneticamente alteradas) e mão de obra especializada. São Paulo, Diadema e São Bernardo do Campo fornecem equipamentos laboratoriais, softwares e manutenção dos mesmos. Curitiba e Jaraguá do Sul fornecem equipamentos e produtos químicos, motores, turbinas e maquinários industriais.



Figura 13 – Empresas que mantêm contato constante com a Aralco como fornecedoras de materiais e mão de obra.

Organização: Julio Cesar Março

As relações comerciais da empresa com os fornecedores, principalmente as de longa duração, causa uma falsa impressão de simplicidade de sua rede. Porém, a adição de sua lista de contatos com todas as possíveis empresas fornecedoras na figura 13 criaria uma representação falsa de uma rede mais complexa que a realidade, pois, tais conexões ou relações não acontecem constantemente. Por outro lado, a gama de possíveis contatos da empresa revela sua flexibilidade de atuação territorial e articulação em diferentes territórios segundo sua intencionalidade.

A partir da atuação da Aralco podemos dizer que as articulações territoriais são os componentes centrais do que entendemos por redes geográficas e considerar que rede e território condicionam-se reciprocamente, ambos são configurados por relações, movimento e poder. A rede atua no território e o território sem rede não possuiria movimento, sendo interpretado como território estático, delimitado, palpável.

A seletividade de atuação da Aralco pode ser exemplificada em seu sistema de previsão climatológico. A partir de sua relação com a UNICA a empresa possui dados detalhados sobre as condições climáticas, porém, os dados são gerados apenas para suas áreas de plantio, uma vez que não há o interesse nas demais áreas, esses dados são utilizados apenas pela empresa e não são

repassados aos agricultores de áreas próximas. Outro sistema utilizado a partir de sua intencionalidade e seletividade é o GPS (*Global Position System*), a empresa conta com tratores equipados com tal sistema para ampliar a eficiência do preparo, plantio e colheita da cana-de-açúcar, porém, o sinal utilizado pela empresa é codificado, impedindo que seja utilizado por outras empresas ou produtores.

Nesse contexto, cabe ressaltarmos que dependendo do modo de utilização, dominação ou apropriação do território, ele demonstrará caráter funcional ou simbólico, dependendo do sujeito que o constrói. Sobre as funções ou significados dos territórios, Haesbaert afirma que todos são:

[...] em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) [...] (HAESBAERT, 2005, p. 3).

No caso dos complexos agroindustriais canavieiros podemos afirmar que os territórios serão abordados a partir de suas características funcionais, visando sua exclusividade, unifuncionalidade, controle físico, produção, lucro e dominação, entre outros. Porém, essa visão não se mostra completa, pois, não estamos buscando apenas o território, buscamos o território e as redes e, principalmente, do controle dos mesmos. Referente a este controle, Haesbaert afirma que:

Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou “pós-modernas” vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território (HAESBAERT, 2005, p. 5).

Dessa forma, a atuação em rede das empresas do complexo agroindustrial canavieiro lhes permite realizar conexões entre diversos pontos presentes nessa rede, tais como: cortadores de cana, empresas especializadas em manutenção, *Trandings*, serviços climatológicos, empresas que produzem espécies

de cana modificadas geneticamente, entre outras. Nesse sentido, a sua atuação em rede lhes permite estar em contato com diferentes territórios, sobrepostos, sazonais e de diferentes alcances, atraindo para seus locais de atuação redes geográficas com intencionalidades distintas. Portanto, não é possível à compreensão do complexo agroindustrial canavieiro fixo, com territórios demarcados ou estáticos e sem atuação em rede.

O controle dos fluxos leia-se redes, é fundamental na sociedade contemporânea, assim como demonstramos anteriormente, no caso dos fornecedores e processadores de cana-de-açúcar, estes buscam constantemente reduzir a participação daqueles no processo produtivo, desencadeando uma guerra de forças e poder, na qual os fornecedores buscam permanecer como um dos elos do processo produtivo e as indústrias processadoras visam ampliar seu poder e influência dentro do complexo agroindustrial canavieiro abarcando as funções anteriores ao processamento.

Salientamos que, tal difusão e possibilidade de contato com a flexibilidade territorial e controle de diferentes redes está longe de ser homogênea, uma vez que as atuais relações de poder se executam por meio dos diferentes graus de acesso e dominação dessas redes e territórios. Por meio do acesso e controle deles são criadas as multiterritorialidades, estas são compostas por territórios múltiplos, criados a partir das condições anteriores à multiterritorialidade (HAESBAERT, 2005, p. 15).

Haesbaert (2005, p. 5) destaca quatro grandes fins ou objetivos da territorialização acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo, entre os quais destacamos o controle através do espaço e a construção e controle de conexões e redes. A partir da realidade dos complexos agroindustriais podemos reafirmar a proposição do autor, principalmente, através de sua atuação por meio das redes geográficas. Não apenas reduzindo a participação de outros setores na produção quanto, a constante busca pela redução da participação de diferentes empresas dentro do mesmo, como podemos observar através das crescentes fusões entre as empresas e compras de unidades produtoras.

A intensificação da atuação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro causou, causa e causará grandes alterações econômicas, políticas, culturais e naturais em seus territórios e locais de atuação. Essas alterações podem ser analisadas no município de Nova Luzitânia, no Estado de São Paulo e outros

estados envolvidos nesse setor. A observação da figura 14 que, diferente das imagens de satélite, mostra todas as áreas destinadas ao plantio de cana-de-açúcar sem diferenciá-las. Quanto ao período da produção (colhidas, amadurecendo, prontas para o corte ou terras destinadas à produção) nos mostra que a área do município de Nova Luzitânia e o setor Norte do Estado de São Paulo se tornaram um imenso canavial.

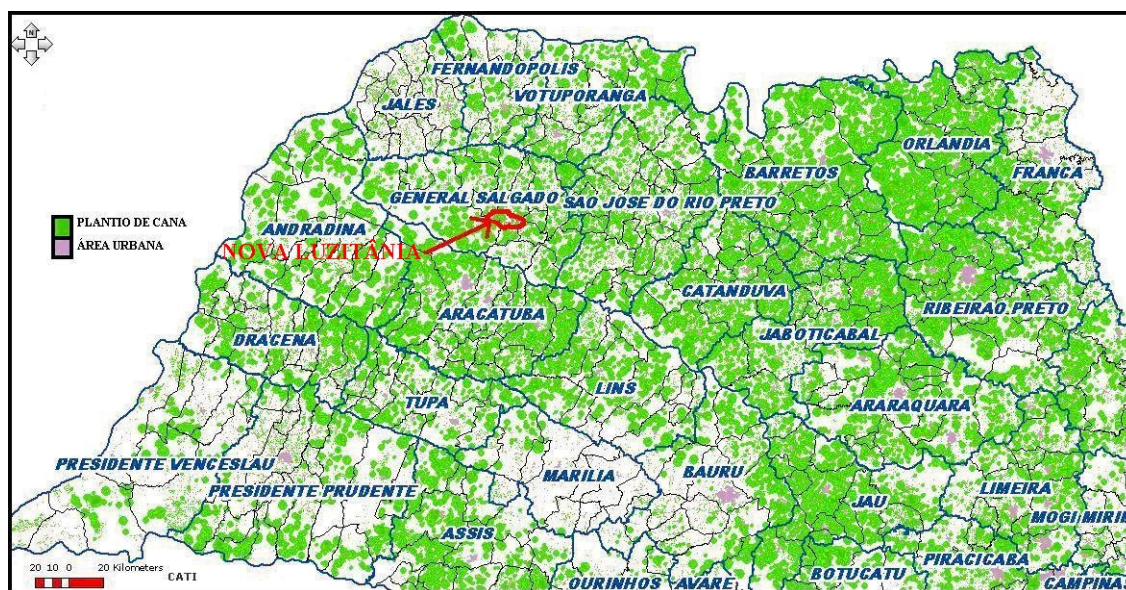


Figura 14 – Área ocupada com plantio de cana safra 2008-2009.

Fonte: Cati (2009).

Organização: Julio Cesar Março.

José Nascimento, citado várias vezes no presente trabalho, que possui uma pequena propriedade no município de Nova Luzitânia mantendo-a “livre” da cana-de-açúcar. Quando questionado sobre o futuro dos pequenos proprietários da região (TRABALHO DE CAMPO, 2009), responde prontamente: “A cana só dá renda para os usineiros, ela salvaguardou o povo mais fraco de estudo, mas o pequeno produtor, esse vai se acabar...”. Notamos que, a atuação governamental não adota nenhuma atitude para frear o aumento da produção sucroalcooleira ou manter áreas sem a mesma produção, pelo contrário, incentiva seu aumento destinando verbas para a construção e ampliação de unidades processadoras.

Portanto, a junção e atuação do Estado e do complexo agroindustrial sucroalcooleiro promove a distinção territorial, criando diferentes

multiterritorialidades segundo seus objetivos, estratégias e escalas de atuação. Demonstrando uma combinação de tempos espaciais diferentes, acumulados desigualmente ao longo do tempo, influenciando as possíveis conexões, sobreposições e superposições territoriais. Logo, os tempos espaciais e os territórios serão sobrepostos e superpostos, conectados e acelerados para os complexos agroindustriais sucroalcooleiros, porém, seletivos e excludentes aos setores de menor influência ou poder de dominação territorial (HAESBAERT, 2005). Demonstrando que a lógica do que se chama de globalização é a busca pela espacialização do capital determinada pelo capital financeiro visando lucros (OLIVEIRA, 2004), impulsionando a criação de territórios múltiplos, multiterritorialidades, redes, territórios-rede, entre outros, todos voltados à obtenção de lucro.

CONCLUSÕES

A evolução das técnicas, ferramentas e maquinários utilizados no Noroeste paulista após a intensificação da produção sucroalcooleira é evidente, assim como o aumento da dinamicidade econômica das cidades desta região que se envolvem nesse processo. Porém, as consequências dessa atividade são desastrosas para a natureza e o meio ambiente. O bioma do cerrado presente na região está sendo atacado com uma violência nunca antes vista; se as pastagens são desconfiguradas a partir da utilização de sementes modificadas para aumentar o rendimento da criação extensiva de bovinos, o plantio de cana simplesmente o arrasa, diminuindo as áreas de mata, poluindo o ar através das queimadas e causando a diminuição da quantidade de animais, entre outros fatores negativos. Devemos nos questionar se a obtenção de um combustível mais barato e melhor economicamente para nosso país é uma necessidade tão grande ao ponto de permitir que o estado de São Paulo se transforme em uma monocultura que tenta propagandear a ideia de sustentabilidade e forma “limpa” de obtenção de fonte de energia.

As atividades sucroalcooleiras estão causando redução da variedade de produção do campo. No Noroeste paulista nota-se a redução das pequenas propriedades com produção de subsistências ou de gêneros alimentícios. Devido ao cerco realizado pelo complexo agropecuário sucroalcooleiro, os pequenos proprietários encontram-se sem alternativas para não lançarem-se no mesmo setor. A criação de gado encontra-se emperrada pela grande concorrência de estados como Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso; a produção de leite exige que haja investimentos na obtenção de animais de raça, melhoramento das condições sanitárias e obtenção de equipamentos para conservação e redução da proliferação de bactérias com intuito de aumentar a qualidade do leite. Portanto, o estado de São Paulo está diante de um crescente movimento de monopolização territorial e não oferece subsídios ou alternativas aos pequenos produtores para que os mesmos oponham-se ao movimento das grandes corporações do etanol e açúcar.

A monopolização não ocorre apenas territorialmente; ela também ocorre quanto às áreas de trabalho. As opções deixadas aos trabalhadores das

pequenas cidades da Microrregião de Aurifloma são mínimas, ao buscar salários dignos são forçados a ingressarem no setor sucroalcooleiro, pois são as únicas grandes empresas próximas, caso contrário os mesmos são obrigados a partirem para as cidades médias da região (Araçatuba ou São José do Rio Preto). Fato que transforma as pequenas cidades das Microrregiões de Araçatuba e Aurifloma em cidades dormitórios tomadas por uma população de outros estados e regiões, além de reduzir a variedade de profissionais especializados em diferentes áreas.

O presente trabalho serve de auxílio aos pesquisadores que buscam compreender e analisar o território gerido e produzido através da atuação dos Complexos Agroindustriais em rede. Portanto, o aumento das conexões entre redes direcionadas aos mesmos produz alterações territoriais e desdobramentos visíveis em suas áreas de atuação, conectando diferentes territórios com as malhas globais. Os aparatos inerentes aos processos produtivos e novas ou renovadas relações de trabalho só ocorrem devido à evolução realizada a partir dos investimentos do setor sucroalcooleiro que realiza constante investimento buscando maximizar a produção e reduzir seus gastos. O aumento da velocidade dos tempos nos territórios que os complexos agroindustriais atuam é seletivo e intencional, visando o lucro maximizado.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I. T. **A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato**. São Cristóvão/SE: NPGeo, UFS, 2001.

ANTONELLO, I. T. O volver da organização do espaço sob a força da divisão do trabalho. **GEO UERJ Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 47-62, 2002.

AZEVEDO, J. R. N. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul: relação capital x trabalho e reconfiguração espacial**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.

BINI, D. L. C. O circuito espacial do algodão na região de Araçatuba na primeira metade do século XX. **Análises e Indicadores do Agronegócio**. v. 4, n. 6, jun. 2009. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br>. Acesso em: 8 set. 2009.

BRANCO, M. L. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F.; MOURA, R. **Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: jcmarc@hotmail.com. 2 jun. 2008.

BRASIL. Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Disponível em: <[HTTP://www.brasil.gov/pac/conheca/infra_estrutura/energia](http://www.brasil.gov/pac/conheca/infra_estrutura/energia)>. Acesso em: 8 fev. 2010.

CALABI, D.; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. **Archivio di studi urbani e regionali**, Veneza, v. 4, n. 2, jun. 1973. (Mimeografado).

CANDIOTO, L. Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na Geografia. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 67-86

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. **Geografia: Conceitos e temas**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 141-162.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. **Geografia: Conceitos e temas**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 141-162.

EDUARDO, M. F. **Território, trabalho e poder: por uma Geografia relacional**. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=52>>. Acesso em: 25 maio 2008.

ELIAS, D. Globalização e agricultura no Brasil. **GEO UERJ Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 23-32, 2002.

FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. 2001.

FRESCA, Tânia Maria. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, p. 87-119. 2004.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [s.n], 2005.

HEIDRICH, A. L.. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 35-66.

IGARI, A. T.; TOMBOSI, R. L.; PIVELLO, V. R.. Cana de açúcar x pastagem: o uso da terra e a conservação dos remanescentes de cerrado no estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DO CERRADO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA O EQUILÍBRIO ENTRE SOCIEDADE, AGRONEGÓCIO E RECURSOS NATURAIS. 9., Brasília/DF, out. 2008. **Anais...** Brasília/DF: [s.n], 2008.

IBGE. **Censo Agropecuário1970**: São Paulo. Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Censo Agropecuário1975**: São Paulo. Rio de Janeiro, 1976.

_____. **Censo Agropecuário1980**: São Paulo. Rio de Janeiro, 1981.

LIMA, G. F.; SANCHES, D. R. **Pelos caminhos de Nova Luzitânia**: o resgate de uma história. Nova Luzitânia: Somos, 2009.

MACHADO, A. **Além das fronteiras da agroindústria**: poder e territorialização na contramão da esperança. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

MAGOSSI, E. Açúcar Guarani fica com 50% da Usina Vertente. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 17-24, fev. 2010.

MARAFFON, G. J. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **GEO UERJ Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-22, jun. 1998.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: UNESP, 2000.

NOVAES, B. **Califórnia à brasileira**. Brasil: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), 1991. CD-ROM.

OLIVEIRA, F. As Contradições do ão: Globalização, Nação, Região, Metropolização
In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo.
Anais... São Paulo: [s.n.], 2005.

OLIVEIRA, R. M. **A integração agricultura-indústria**: uma análise da cadeia agroindustrial da borracha natural da Microrregião geográfica de São José do Rio Preto-SP. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

PACELLI, E.; BRAY, S. C. As transformações técnicas na agricultura canavieira: um estudo do setor canavieiro de Araras/SP. **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: UNESP/IGCE, 2006.

PEREIRA, M. F. V.; KAHIL, S. P. O território e as redes: considerações a partir das estratégias de grandes empresas. **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: UNESP/IGCE, 2006. p. 217-229.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. O retorno do território. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-20.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <www.cati.sp.gov.br/projetolupa>. Acesso em: 20 out. 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Território e identidade**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [s.n.], 2005.

SCHREIBER, M. Cosan inaugura usina de R\$ 1 bi em Goiás. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Mercado, p. 7. 28 maio. 2010.

SILVEIRA, R. L. L. da. Complexo agroindustrial, rede e território. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 215 - 255.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 16-36.

THOMAZ JUNIOR, A. Gestão e ordenamento territorial da relação capital – trabalho na agroindústria sucro-alcooleira. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 43, 1 jul. 1999.

Sites:

www.aralco.com.br

www.cati.sp.gov.br

www.cati.sp.gov.br/projetolupa

www.cosan.com.br

www.ctcanavieira.com.br

www.diariosp.com.br

www.esalq.usp.br

www.estadao.com.br

www1.folha.uol.com.br

www.ibge.gov.br

www.unica.com.br